



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

ANA MÁRCIA DE ALMEIDA REZENDE

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS DE AFETO:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2017

ANA MÁRCIA DE ALMEIDA REZENDE

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS DE AFETO:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam que é possível viver em um mundo sem violência, e especialmente àqueles que lutam para que isto seja alcançado.

AGRADECIMENTOS

Sempre recorro ao meu Deus, nas minhas dores, fraquezas, nos meus medos. Tantas vezes pedi, e nada me foi negado. Tantas vezes procurei alívio, conforto, e sempre encontrei. Nunca a porta esteve fechada aos meus apelos. Agradeço-vos meu bom Deus por tudo. Por absolutamente tudo. Nesse momento, porém, quero agradecer-vos pela conclusão deste trabalho, pela força que me destes para chegar até esta etapa e finalizá-la. Obrigada!

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe Maria José, que do seu jeito simples e amável, sempre acreditou em mim e no meu potencial. Sempre pude contar com suas orações, com o seu carinho. Que Deus lhe pague por tudo!

Agradeço aos meus amigos de turma, em especial, aos queridos Christianne, Lynna, Moisés e Valdenice. Vocês me deram muita força nos momentos em que eu estive desanimada. Sempre foram solícitos com as minhas necessidades. Peço-lhes desculpas pelas vezes em que estive ausente, pelos momentos de confraternização que não pude participar. Quero que saibam que os levo no coração, e tenho verdadeira gratidão por todo o apoio e amizade. Obrigada!

Agradeço também às minhas amigas de longa data, em especial à querida Nayana, que sempre torce por mim. Amiga, nunca vou esquecer todo o apoio que você me deu quando entrei no mestrado. Você sempre foi solícita diante das minhas inquietações e medos, e sempre teve palavras reconfortantes para me ajudar. Sua amizade é especialíssima! Que Deus te abençoe sempre, e também abençoe a nossa amizade cada vez mais!

Quero também agradecer às estimadas Maria do Carmo e Thais. Amigas de infância, adolescência, juventude, amigas de sempre. O incentivo de vocês foi muito importante para que essa etapa fosse concluída. Agradeço por perdoarem a minha ausência. Saibam que as levo no meu coração!

Quero agradecer também ao meu orientador, o professor Joilson Pereira. Obrigada pelos ensinamentos, pelo apoio, por toda a aprendizagem que pude obter nesses dois anos. Em especial, quero agradecer por ter me apresentado à temática da violência contra a mulher. Foi uma experiência enriquecedora ter trabalhado com tal temática.

Também sou grata às professoras Dalila Xavier de França e Leonor Cantera. Ambas trouxeram contribuições valiosas para o meu trabalho, enriquecendo-o com suas sugestões e comentários. Agradeço também a disponibilidade que têm manifestado diante dos convites para as bancas de qualificação e de defesa.

Agradeço aos funcionários do NPPGPS, que sempre foram solícitos diante das demandas de mestrands e docentes, e sempre me auxiliaram em tudo o que necessitei ao longo desses dois anos.

Quero também agradecer à equipe diretiva da escola, onde foi realizada a coleta de dados, aos/as professores/as e funcionários/as pelo interesse e abertura para a realização desta pesquisa.

E, por último, mas, não menos importante, quero agradecer aos/as adolescentes participantes. Agradeço o interesse e disposição em contribuir com este estudo, e o acolhimento demonstrado durante toda a fase de coleta de dados. Vocês foram os/as grandes protagonistas deste trabalho. Mais uma vez, obrigada!

Ah, como poderia esquecer de vocês leitores/as! Agradeço-lhes por dedicarem um momento de seu tempo para lerem este trabalho. Espero que as informações contidas aqui possam trazer contribuições para os seus estudos, e até mesmo inspirar novas pesquisas!

Minha gratidão a todos/as!

Resumo

Este estudo teve por objetivo conhecer as representações sociais (RS) elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto, bem como possibilitou ter acesso às representações da violência nos próprios relacionamentos afetivos desses/as participantes. A pesquisa foi realizada com 22 adolescentes (11 moças e 11 rapazes) estudantes do ensino médio de escola pública da cidade de Itabaiana, interior de Sergipe. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada, e analisados através da técnica de análise de conteúdo. Entre os principais resultados, revelou-se que os/as adolescentes possuem RS amplas e complexas sobre a violência contra a mulher nos relacionamentos afetivos, ora ancoradas em um posicionamento crítico e questionador da violência, e ora ancoradas nas ideologias de gênero e no patriarcado. As RS elaboradas pelos/as participantes objetivaram a violência contra a mulher como um fenômeno cotidiano, que acontece inclusive em suas próprias famílias, sendo eles/elas testemunhas de agressões de seus pais/padristos contra suas mães. O estudo ainda apontou que os/as adolescentes sofrem violência em relações como o namoro e o ficar, havendo uma maior declaração das meninas como vítimas. De modo geral, esses/as jovens posicionam-se de forma contrária à violência que acontece em suas famílias e na sociedade, mas não conseguem elaborar RS fortes o suficiente para mobilizá-los no enfrentamento dessa situação em seus próprios relacionamentos afetivos. Portanto, os resultados apresentados nesse estudo apontam a importância de desenvolver trabalhos preventivos com os/as adolescentes, a fim de conscientizá-los acerca dos perigos da violência em relações como o namoro/ficar, que pode ser um preditor para a violência na vida adulta. Também torna-se relevante desenvolver um trabalho que questione as crenças e ideologias de gênero que ainda fazem-se presentes em suas RS, buscando o estabelecimento de relações baseadas na equidade.

Palavras-chave: Representações sociais; Violência contra a mulher; Adolescentes.

Abstract

This study aimed to understand the social representations (RS) developed by adolescents on violence against women in intimate relationships of affection, and also allowed access to representations of violence in their own romantic relationships. The survey was conducted with 22 adolescents (11 girls and 11 boys) high school students from public school in the city of Itabaiana, inside Sergipe. Data were collected through a semi-structured interview and analyzed through content analysis. Among the main results, it was revealed that the adolescents have RS large and complex on violence against women in romantic relationships, both anchored at a critical and questioning positioning of violence, but also anchored in gender ideologies and patriarchy. Adolescents pointed violence against women as a daily phenomenon, which happens even in their own families, where they witness abuse of their parents / stepparents against their mothers. The study also pointed out that the adolescents suffer violence in relationships such as dating and "stay", with a greater declaration of girls as victims. In general, these adolescents have a position contrary to the violence that happens in their families and in society, but cannot elaborate RS strong enough to mobilize them to face this situation in their own romantic relationships. Therefore, the results presented in this study indicate the importance of developing preventive work with adolescents in order to educate them about the dangers of violence in relationships such as dating / "stay", which can be a predictor of violence in adult life. It also becomes important to develop a work that questions the beliefs and gender ideologies that still are present in their RS, seeking to establish relationships based on equity.

Keywords: Social representations; Violence against women; Adolescents.

Sumário

Apresentação.....	10
Capítulo 1 – Violência: origem e possíveis explicações.....	17
1.1 Violência no Brasil.....	17
1.2 Violência: etimologia do termo.....	20
1.3 Violência e suas possíveis explicações.....	22
Capítulo 2 – Violência contra a mulher.....	36
2.1 A violência contra a mulher: patriarcado e aspectos históricos.....	36
2.2 A violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto.....	45
2.3 A violência contra a mulher a partir da perspectiva de gênero.....	48
2.4 Violência nos relacionamentos afetivos de adolescentes.....	52
Capítulo 3 – Representações Sociais.....	63
3.1 A teoria das Representações Sociais.....	63
3.2 Representações Sociais e violência contra a mulher.....	73
3.3 Representações Sociais da violência contra a mulher e adolescentes.....	83
Capítulo 4 – Método.....	88
4.1 Objetivos.....	88
4.2 Tipo de pesquisa.....	88
4.3 Local e Participantes.....	89
4.4 Instrumento.....	91
4.5 Procedimento para coleta de dados.....	92
4.6 Análise de dados.....	93
Capítulo 5 – Resultados e Discussão.....	99
5.1 Descrição das categorias e subcategorias contidas nas entrevistas.....	99
5.2 Discussão das categorias e subcategorias contidas nas entrevistas.....	102
Considerações Finais.....	147

Referências.....	154
Anexos.....	169

Apresentação

A violência é um dos maiores problemas que tem afligido a humanidade ao longo de sua história. Registra-se que desde tempos remotos, os seres humanos agridem-se mutuamente, seja pela disputa de territórios, por divergências religiosas, ou mesmo pela manipulação e posse do poder de uns sobre outros. De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (2002), a violência pode ser entendida como o uso da força física ou do poder, ou a ameaça de seu uso, contra si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade, que tenha ou venha a ter como possível resultado, danos físicos, psicológicos ou privação de liberdade.

Assim, com base nessa definição, podem ser considerados como violência tanto os grandes conflitos armados que produzem mortes em massa, a exemplo das guerras e disputas por terras e riquezas, como também as agressões que acontecem entre as pessoas no dia-a-dia, como é o caso da violência nas relações familiares, especialmente a violência contra a mulher. Um estudo de alcance global realizado pela Organização Mundial de Saúde, em parceria com a London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM) e com a South African Medical Research Council (SAMRC) trouxe dados reveladores acerca da violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo e por não parceiro. O estudo revelou que quase um terço (30%) de todas as mulheres que estiveram em um relacionamento experimentaram violência física e/ou sexual por seu parceiro íntimo. Em algumas regiões esse valor chegava a 38% das mulheres. Em termos globais, cerca de 38% de todos os homicídios de mulheres foram cometidos por seus parceiros íntimos, e 42% das mulheres que sofreram violência física e/ou sexual nas mãos de seus companheiros apresentaram ferimentos como resultado. O estudo ainda trouxe dados que mostram a violência contra a mulher nas relações íntimas como uma prática que está disseminada tanto nos países subdesenvolvidos como também nos países mais ricos. Em relação à prevalência durante a vida da violência por parceiro (física e/ou sexual) ou

da violência sexual por não parceiro, ou ambas entre todas as mulheres de 15 anos ou mais, por exemplo, as taxas foram as seguintes: África (45,6%), Américas (36,1%), Mediterrâneo Oriental (36,4% - sem dados disponíveis sobre violência sexual por não parceiro nesta região), Europa (27,2%), Sudeste Asiático (40,2%), Pacífico Ocidental (27,9%), Países de alta renda (32,7%) (WHO, 2013).

Outro relevante estudo sobre violência contra a mulher infligida por companheiro íntimo, porém com dados regionais, foi realizado pela Organización Panamericana de la Salud - OPS (2013) em doze países da América Latina e o Caribe. Os principais resultados revelaram que esse tipo de violência encontra-se generalizado em todos os países participantes do estudo, embora a prevalência varie segundo o contexto de cada um. De acordo com a pesquisa, considerável porcentagem de mulheres, casadas ou em união estável, informou ter sofrido alguma vez na vida violência física ou sexual por parte de um companheiro íntimo, variando entre 17% na República Dominicana e 53% na Bolívia. O mesmo estudo ainda apontou que a violência psicológica, envolvendo insultos, humilhações e ameaças de danos, sofridos alguma vez na vida por mulheres casadas ou em união estável, também mostrou-se frequente nos países, oscilando entre 17% no Haiti e 47,8% na Nicarágua.

Contudo, apesar dos dados mencionados acima serem alarmantes, eles refletem apenas a violência dirigida à mulher nos relacionamentos íntimos de afeto. Ainda é preciso considerar outros tipos de violência que incidem sobre a mesma, como o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, o tráfico sexual e a prostituição forçada, a desigualdade de oportunidades de trabalho e menor remuneração, entre outros, que também fazem-se presentes em diversos países ao redor do mundo. Assim, quando considerados em nível global, os dados da violência contra a mulher são ainda mais assustadores, e levam muitos pesquisadores a se indagarem quanto à origem e permanência dessa prática na sociedade.

De modo geral, a violência contra a mulher tem sido explicada por pesquisadores feministas por meio de estudos baseados na perspectiva de gênero. A partir desta, os papéis e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade não são mais compreendidos como fatos naturais, mas construções que decorrem de fatores sociais, políticos, econômicos, étnicos e culturais (Dias & Machado, 2008; Sardenberg & Macedo, 2011). Assim, o gênero legitima a divisão sexual do trabalho, como também os papéis sociais destinados aos sexos, encarregando-se de atribuir a homens e mulheres funções distintas, direitos e deveres diferentes, ficando quase sempre a cargo do homem a posse de riquezas, o poder sobre a esposa e filhos, e a capacidade de gestão da vida social, enquanto à mulher ficam incumbidas as tarefas de cuidado e manutenção do lar, restringindo-lhe a vida ao espaço privado. Desse modo, a variável gênero perpassa todas as relações entre homens e mulheres, o que também inclui às referentes à violência nas relações afetivas (Cantera, 2005).

Estudiosos de gênero apontam o sistema patriarcal como um dos grandes responsáveis pela manutenção e reforçamento das desigualdades de gênero ainda hoje (Cantera, 2005; Hines, 2007; Saffioti, 2004; Vilá & Tordera, 2011). Por ser um sistema androcêntrico, que leva a discriminação e dominação social de homens sobre mulheres, o patriarcado estabelece uma assimetria entre os sexos, delimitando quem tem o poder, o homem, e que está submetido, a mulher (Cantera, Pallares, & Selva, 2013). Essa ordem patriarcal vigorou nas sociedades por muito tempo, sendo vista como uma realidade natural. Porém, nas últimas décadas, o sistema ideológico que a torna legítima tem sido criticado pelo feminismo (Cantera, 2005). Assim, o patriarcado tem entrado em crise junto com a ordem familiar e matrimonial construídos sobre o mesmo, embora isto não anule automaticamente todos os seus efeitos (Castells, 1997; Pateman, 1993).

Os ideais e valores patriarcais encontram-se, ainda hoje, imbricados no pensamento coletivo, guiando atitudes e comportamentos que levam ao desrespeito para com os direitos

femininos de uma vida digna respaldada na liberdade, justiça e equidade, e tornam legítimas práticas como a da violência contra a mulher. É devido ao enraizamento das desigualdades de gênero no pensamento social, que muitos homens e mulheres acabam concordando com as assimetrias entre os papéis destinados a cada sexo, e por vezes, com o próprio exercício da violência. Na pesquisa da OPS (2013), por exemplo, verificou-se que muitas mulheres aceitavam a violência contra a mulher infligida pelo parceiro, embora esse dado variasse de acordo com o contexto. Assim, enquanto na Jamaica, 2,9% das mulheres aceitavam que o marido batesse na esposa tendo ao menos uma razão para isso, no Equador, esse valor chegava a 38,2% das mulheres. A aceitabilidade das agressões era ainda maior entre as mulheres do meio rural que entre as urbanas, e entre as que haviam sofrido violência física ou sexual por parte de um parceiro íntimo, em comparação com as que não haviam sofrido.

Portanto, nota-se que o patriarcado não deixou de existir, ao menos a nível do imaginário coletivo e dos valores e práticas que regem o funcionamento social. Assim, muitas vezes, a violência contra a mulher continua a ser vista como um acontecimento comum nos relacionamentos familiares, justificada pelos agressores e vítimas, que encontram uma “razão” para sua ocorrência. Desse modo, para que haja uma verdadeira mudança social que leve ao fim da violência, faz-se necessário a construção de novos modos de significar as relações entre os sexos, voltados para a equidade de gênero.

Porém, para que essa mudança seja iniciada, antes torna-se preciso conhecer, exatamente, o modo de pensar que tem legitimado as desigualdades entre os sexos e a violência. O conhecimento sobre o pensamento coletivo que fundamenta a violência contra a mulher precisa ser considerado, a fim de que seja possível trabalhá-lo, refutar suas bases, e no lugar delas implantar um modo de pensar mais crítico e reflexivo acerca dos sexos e de seus papéis na sociedade, visando a equidade de gênero e os direitos femininos. Daí a importância do estudo das representações sociais (RS) da violência contra a mulher. As representações

sociais são definidas nas perspectivas de Moscovici (2010) e Jodelet (1984) como um conjunto de proposições originárias no imaginário coletivo, que possibilitam compreender o que determinados grupos pensam, como agem e que sentido atribuem a uma série de fenômenos. Nelas estão presentes três funções básicas: a função cognitiva de investigação da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais.

Assim, o estudo das RS elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher, torna possível a visualização de como eles/elas compreendem esse fenômeno, ou seja, como o interpretam e os significados que lhe atribuem, tornando-o apreensível pelos sentidos e criando uma realidade cotidiana. Também possibilita o entendimento de como esses conhecimentos produzidos pelos/as adolescentes acerca da violência, ou seja, essas representações, tornam-se orientações práticas para suas condutas e comportamentos mediante o fenômeno apreendido.

No caso da presente pesquisa, busca-se identificar as representações sociais da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto (casamento, namoro e “ficar”) elaboradas por adolescentes. Considerando que a adolescência é a fase onde geralmente se iniciam os relacionamentos amorosos, e que também muitos/as adolescentes vivenciam violência em suas relações afetivas (Minayo, Assis, & Njaine, 2011), faz-se relevante apreender as RS elaboradas por esse grupo acerca da violência contra a mulher. Portanto, a partir das representações sociais elaboradas pelos/as adolescentes será possível visualizar o que está presente em seu imaginário coletivo acerca desse fenômeno, ou seja, quais pensamentos, sentimentos e atitudes são manifestados por eles/elas em face da violência contra a mulher, inclusive considerando as suas próprias relações de intimidade. Esse conhecimento, além de permitir verificar o posicionamento assumido pelos/as jovens acerca da violência, também pode servir como guia para o desenvolvimento de políticas

educacionais, visando a conscientização dos/as mesmos/as, que podem ser desenvolvidas no espaço escolar e disseminadas na sociedade.

Assim, do ponto de vista social e científico, este estudo se justifica pelo fato de que é importante o conhecimento de como os/as adolescentes representam a violência contra a mulher, considerando que tais representações podem estar relacionadas com a legitimação dessa prática na sociedade. Também é válido considerar que a maioria dos estudos sobre violência contra a mulher tem se voltado para a perspectiva da vitimização, buscando compreender a etiologia da violência e o comportamento dos agressores. Desse modo, fazem-se necessários estudos que mostrem o que as pessoas pensam sobre a violência contra a mulher, por meio do acesso a seu mundo representacional sócio-cognitivo, o que somente torna-se possível por meio do estudo das RS. No caso da presente pesquisa, tem-se por objetivo geral identificar as RS da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto elaboradas por adolescentes. Também se buscará conhecer as RS desses/as jovens acerca desse tipo de violência em seus próprios relacionamentos afetivos.

Assim, a fim de abarcar os objetivos propostos, esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, além da parte de considerações finais. O primeiro capítulo refere-se à violência de modo geral, buscando trazer explicações nas perspectivas biológica, psicológica e social para a origem e manutenção desse fenômeno ainda nos dias atuais. No segundo capítulo aborda-se o tema da violência contra a mulher, a partir de um percurso pela história das violências praticadas contra mulheres ao longo dos tempos, tendo por base o sistema patriarcal. Em seguida, é apresentado o tema da violência nas relações íntimas de afeto, a partir dos estudos de gênero. Este capítulo também trata da violência nos relacionamentos íntimos de adolescentes, considerando que a vivência dessa prática na fase da juventude pode estar relacionada com a sua manutenção nas relações conjugais da vida adulta. O terceiro capítulo aborda a teoria das representações sociais na acepção de Moscovici e Jodelet, e

fornece explicações sobre a importância de estudar o tema da violência contra a mulher na perspectiva de adolescentes tendo por base esse referencial. O quarto capítulo versa sobre o método do presente estudo, apresentando os objetivos, o tipo de pesquisa e os instrumentais teórico-metodológicos para coleta, análise e interpretação dos resultados. No quinto capítulo estão presentes os resultados da pesquisa e também a discussão a partir do referencial teórico apresentado. Por fim, na parte das considerações finais, a pesquisadora compartilha sua experiência diante da realização deste estudo, apresenta um breve resumo dos principais resultados encontrados, como também traz propostas para pesquisas futuras.

Capítulo 1 – Violência: origem e possíveis explicações

Este capítulo inicial tem por objetivo refletir sobre o tema da violência. Assim, primeiramente, são apresentados dados sobre a violência no Brasil, que mostram os gastos com esse fenômeno e a sua incidência no território nacional. Em seguida, busca-se delimitar o conceito de violência através de um percurso pela etimologia do termo. Também são apresentadas algumas abordagens teóricas acerca da violência, envolvendo áreas do saber como a psicanálise, a etologia e a psicologia social, demonstrando como uma explicação unívoca é incapaz de dar conta da complexidade do fenômeno. Por fim, reflete-se sobre as normas sociais como possíveis mantenedoras de uma ordem violenta na sociedade.

1.1 Violência no Brasil

Uma das maiores preocupações dos países em quase todo o mundo e, especificamente do Brasil, diz respeito a questão da violência. Todos os anos são gastos quantias exorbitantes na tentativa de diminuir a incidência desse fenômeno, presente tanto em países ricos quanto nos considerados subdesenvolvidos. De modo geral, a violência é responsável pela maior parte das mortes de pessoas jovens, da invalidez de muitas outras, e dos gastos com saúde pública em termos de tratamento e recuperação de vitimados. No Brasil, no ano de 2013, por exemplo, foram gastos 258 bilhões de reais com custos da violência, segurança pública, prisões e unidades de medida sócio-educativas, o que correspondeu a 5,4% do PIB – Produto Interno Bruto do país naquele ano. Deste valor, 192 bilhões de reais corresponderam aos custos sociais da violência, que incluem gastos decorrentes das perdas de vidas humanas (114 bilhões), sistema de saúde (3 bilhões), segurança privada e seguros (75 bilhões), segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014).

Além dos dados mais gerais acerca dos gastos com a violência, alguns estudos têm mostrado os tipos de violência mais incisivos no país. O “Mapa da Violência” realizado no ano de 2011 (Waiselfisz, 2012) apresenta dados alarmantes sobre a situação de homicídios no Brasil. De modo geral, nos últimos 30 anos, o país registrou 1,1 milhões de mortes por homicídio. Em 1980 ocorreram 13.910 homicídios, passando para 49.932 em 2010. Considerando-se a dimensão populacional em cada período, em 1980 havia um índice de 11,7 homicídios para cada 100 mil habitantes, passando para 26,2 em 2010, ou seja, um aumento real de 124%. O estudo também atentou para uma nova configuração na disseminação da violência: antes concentrada nos grandes centros urbanos como é o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, passou a disseminar-se para cidades menores do interior e para Estados até então considerados tranquilos. Assim, no ano de 2000, Estados que apresentavam níveis moderados ou baixos para o contexto nacional, nos dez anos seguintes tiveram um crescimento avassalador, como Alagoas, Pará e Bahia, que de 11^a, 21^a e 23^a posições passaram para o 1^o, 3^o e 7^o lugares respectivamente no ranking dos Estados com maiores taxas de homicídio.

Quando se analisa a questão da violência em suas especificidades, o quadro mantém-se igualmente intimidante. No que se refere à violência contra a mulher, o “Mapa da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil” (Waiselfisz, 2015) revela que entre 1980 e 2013 foram assassinadas no país 106.093 mulheres. Em 1980 o número de mortes foi de 1.353 passando para 4.762 em 2013, o que representa um aumento de 252% no quantitativo de mulheres vítimas de assassinato. Esse aumento levou o Brasil a ter uma média de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, índice superior ao de países como Paraguai e Argentina (1,8 e 1,4 respectivamente). Entre as unidades federadas do Brasil, destaca-se o Estado de Sergipe, que apesar de ser o menor do país, mantém taxa de 5,1 homicídios para

cada 100 mil mulheres, valor maior que a média nacional e que os índices observados em Estados como Ceará e Bahia, com taxas respectivamente de 2,6 e 2,2.

Porém, apesar do quadro de violência apresentado aqui ser bastante assustador, ele corresponde apenas a um tipo de violência que provoca danos letais, que é o caso de homicídios. Ainda é preciso considerar outros tipos de violência, que não necessariamente incidem sobre o corpo, mas que provocam danos igualmente graves em outras esferas, como nos domínios emocional, material e social. Exemplo disto são as violências psicológicas, patrimoniais e morais. Portanto, nota-se a amplitude do conceito de violência, que não o restringe apenas aos atos que envolvem danos físicos.

De modo geral, a noção de violência é considerada ambígua, pois não há uma única percepção a seu respeito. Pesquisadores como Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima e Martinelli (2002) defendem que há uma multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas, a partir do entendimento de que cada período histórico tem suas normas, condições e contextos sociais. Assim, a violência pode ser considerada como um dado cultural e societário, que tem variadas formas de manifestação, a depender do contexto sociocultural em que ocorre e da diversidade e complexidade dos valores que assume em cada um destes contextos particulares (Almeida, Almeida, Santos, & Porto, 2008).

O sociólogo Waiselfisz (2012) aponta que, nas últimas décadas, tem havido um alargamento do entendimento da violência, decorrente de uma reconceitualização de suas peculiaridades, pelos novos significados que o conceito assume. Em decorrência disto, o conceito passou a incluir e nomear como violência acontecimentos que antes eram vistos como práticas naturais de regulamentação das relações sociais, exemplo disto são a violência doméstica, a violência simbólica contra grupos, etnias, a violência nas escolas, entre outros.

1.2 Violência: etimologia do termo

Para um entendimento mais claro acerca do que vem a ser o conceito de violência, faz-se necessário um percurso pela etimologia do termo. Assim, o filósofo Michaud (2001) apresenta o termo latino *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio, força, e o verbo *violare*, tratar com violência, transgredir. Esses termos remetem a *vis*, que significa vigor, força, a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força. Michaud (2001) explica que um núcleo de significação similar também está presente na passagem do latim para o grego. O *vis* latino corresponde ao *is* homérico (*ís*), que compreende a ideia de força, vigor, e está vinculado ao termo *bia* (*βία*), que significa a força vital, a força do corpo, e como consequência, o emprego da força, que coage e faz violência. O filósofo conclui, que independente de onde seja procurada a sua origem, no núcleo de significação da palavra violência está sempre a ideia de uma força, de uma potência. A priori, essa ideia de força não depende de julgamento de valor, é, pois, uma força natural do ser, não qualificada. É o seu exercício contra pessoa ou objeto, que faz com que ela assuma o caráter violento. Portanto, é a força em ato, ou seja, o seu emprego contra algo ou alguém que lhe dá uma conotação violenta.

A fim de complementar esse raciocínio, Michaud (2001) explica que a ideia de violência também está relacionada aquilo que é considerado como norma em uma sociedade. Assim, a força vai assumir a qualificação de violência em função de normas que variam em cada tempo e lugar. No Código Penal francês, por exemplo, inicialmente eram considerados como violência, os atos de caráter físico contra outros homens, que causavam-lhes lesões e traumatismos mais ou menos graves. Contudo, no decorrer do tempo, o direito evoluiu a fim de ampliar a incriminação, passando-se a considerar como violência, além dos ferimentos e danos físicos, os danos e problemas que não decorriam diretamente do emprego de força bruta. Assim, a noção de violência que, inicialmente, estava vinculada ao uso da força física,

passou a abranger uma dimensão imaterial, envolvendo além das agressões corporais, gestos menos graves, mas que igualmente constituíam danos à vítima. Com esta ampliação também passou-se a considerar como violência, os insultos, ameaças, danos aos bens, e todo e qualquer ato ou conduta que levasse a perturbações psicológicas.

Por outro lado, o autor também explica que é preciso atentar para aquelas práticas que, apesar de provocarem lesões físicas e/ou agravos psicológicos, não são consideradas como violência. É o caso das violências legitimadas pela sociedade, que são específicas e bem definidas, como no caso dos esportes, do contexto cirúrgico e da manutenção da ordem (Michaud, 2001).

Assim, ao considerar o sentido etimológico de violência e sua conotação jurídica, Michaud (2001) chega a um denominador comum quanto a esse fenômeno: a violência é um elemento de força física que produz efeitos, mas também é um elemento imaterial, que produz transgressões a uma ordem normativa. À medida que a ordem muda, a violência pode deixar de existir, passar a existir, ou se tornar uma prática legitimada socialmente.

Outro aspecto importante sobre violência é a sua relação com o conceito de agressão. Para alguns autores esses dois termos, apesar de apresentarem semelhanças, têm, em seu cerne, sentidos diferentes, e por isso é preciso deixar claro as nuances de cada um, evitando confundi-los. Cantera et al (2013), por exemplo, apresentam essa diferenciação, a partir do significado etimológico de cada um dos termos. Elas mostram que agressão provem do latim *adgredior*, *adgressus*, que significa ir em direção a alguém, ir de maneira hostil e atacar, sendo, então, um comportamento orientado a provocar um mal a alguém. Já violência, em latim *violentus*, ao ser formada pelo termo *vis* (força) e *lentus* (sufixo que denota continuidade), significa o que continuamente utiliza a força. Assim, a agressão pode ser entendida como uma ação hostil pontual, enquanto a violência figuraria como uma prática continuada. Outra autora que também diferencia esses termos é Cortés (2011). Em sua

acepção, a agressão é uma ação danosa que provem de uma reação defensiva, e é proporcional ao ataque recebido. A violência, por sua vez, é uma agressão consciente, intencional, continuada e, geralmente, seletiva contra a vítima, sendo deferida com o intuito de atender ao/s objetivo/s de quem a pratica. Nesses termos, a agressão pode ser compreendida como uma prática mútua, enquanto a violência é arbitrária, e muitas vezes assume um caráter desproporcional em relação àquilo que a originou.

Porém, apesar dessas diferenças apresentadas por alguns estudiosos, autores da Psicologia Social tendem a utilizar ambos os conceitos como sinônimos (Parada, 2014). Esse é o caso de Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), que em seu livro “Psicologia Social” abordam o fenômeno da agressão, utilizando ora este termo, ora o termo violência, não estabelecendo distinções entre os mesmos. Também na presente dissertação optou-se por utilizar os termos violência e agressão como sinônimos, a partir do entendimento de que há uma forte ligação entre ambos, sendo desnecessário, para fins deste estudo, considerá-los em suas particularidades.

1.3 Violência e suas possíveis explicações

A pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo (2006) em seu estudo sobre a violência, a considera como um fenômeno de significado polissêmico, complexo e, muitas vezes, controverso e que, por isso mesmo, não pode ser encerrado em uma definição fixa e simples. Inicialmente, ela explica, assim como Michaud, que a violência, em seu sentido material, refere-se a um termo neutro, desprovido de valoração. Porém, quando se observam os eventos violentos, percebe-se que eles envolvem conflitos de autoridade, lutas pelo poder, vontade de domínio e posse de uns sobre outros e/ou sobre seus bens. Essas manifestações, de acordo com Minayo, recebem avaliação positiva ou negativa, e são consideradas benéficas ou maléficas, a depender das circunstâncias do contexto social que as envolve e de como a

subjetividade encontra-se imbricada nesse contexto. Assim, a autora considera que não é possível dar uma resposta conclusiva para o fenômeno da violência, pois em torno do mesmo há uma série de situações que envolvem processos sócio-históricos, sociedade e subjetividade, e que escapam a qualquer explicação que se propunha pragmática ou maniqueísta.

Outra autora que também pesquisa o fenômeno da violência é a antropóloga brasileira Alba Zaluar. Em seus estudos sobre antropologia urbana e antropologia da violência, ela chega a um entendimento similar ao de Michaud e de outros autores dedicados a investigação do tema: a violência não é um fenômeno de fácil entendimento, devido ao seu caráter polifônico, que comporta significações variadas (Zaluar, 1999). Também a mesma pesquisadora, de modo similar a Michaud e Minayo, compreende a violência como uma força que, a priori, é neutra em si, não podendo ser considerada necessariamente positiva e boa, ou negativa. Essas conotações somente adquirem sentido, quando a força (que em princípio ainda não é violência) ultrapassa determinados limites ou perturba acordos tácitos e regras ordenadoras de relações, e então passa a ser chamada de violência, assumindo caráter maléfico (Zaluar, 1999). Portanto, considerando os estudos de Michaud, Minayo e Zaluar, parece haver um consenso na literatura acerca do fato da violência ser um termo dotado de múltiplos usos e significações, o que torna difícil dar-lhe explicações precisas ou mesmo satisfatórias.

Porém, apesar da dificuldade já pontuada por alguns autores em definir o conceito de violência/agressão, devido a sua complexidade, existe uma série de teorias que buscam explicar sua origem, ou pelo menos, ampliar a compreensão do significado desse fenômeno nas relações humanas. Pesquisadores como Aronson, Wilson e Akert (2002), Krüger (2006), Michener, DeLamater e Myers (2005), Rodrigues et al (2009) e Pinheiro e Almeida (2003) definem a violência/agressão como qualquer comportamento que tenha por intenção causar dano físico ou psicológico, seja em outro organismo ou objeto. Portanto, nessa definição, os

autores destacam a caracterização da violência para além de sua dimensão física, sendo considerados os aspectos psicológicos/emocionais. Assim, são considerados como violentos, os atos de burla, estigmatização, chantagem, ameaças e outros comportamentos que acarretem efeitos de cunho psíquico. Essa definição também remete ao entendimento da violência na perspectiva jurídica apresentada por Michaud (2001), que alude tanto à esfera física como à imaterial.

Outro aspecto importante destacado pelos autores nessa conceituação, diz respeito à intencionalidade da ação por parte do agressor. Assim, considera-se apenas como violento/agressivo, o ato que foi provocado com o intuito de prover dano a alguém ou a alguma coisa. Se não houve intenção, por mais que o ato tenha provocado sequelas, não pode ser chamado de violência (Krüger, 2006; Michener et al, 2005). Contudo, nem sempre é possível determinar, de modo claro, a ocorrência ou não de intencionalidade por parte do autor, o que relativamente dificulta a decisão sobre ter havido ou não violência em determinados casos (Rodrigues et al, 2009).

Os pesquisadores em psicologia social também costumam fazer distinção entre diferentes tipos ou formas de agressão, tomando como base os motivos ou intenções que estão subjacentes a esses comportamentos. Desse modo, há a agressão hostil, que se constitui em um ato que tem origem em estados emocionais fortes, como a raiva, e seu objetivo é provocar dor ou sofrimento a uma pessoa, a fim de satisfazer impulsos hostis. Já na agressão instrumental, não há intenção de ferir ou maltratar a outra pessoa, porém, o ferimento ou mágoa são utilizados como meio para se atingir outro objetivo, que não causar dor (Aronson et al, 2002; Rodrigues et al, 2009). Por exemplo, em uma partida de futebol, o jogador da defesa procura, de todos os modos possíveis, impedir o adversário de marcar um gol, e para isso muitas vezes recorre a empurrões ou confrontos corporais, a fim de tomar a bola. Esses atos podem acabar ocasionando dor ao jogador adversário, contudo o objetivo do defensor

não é machucar o seu oponente, mas desarmá-lo, tirando-lhe a bola. Nesse caso pode-se dizer que há agressão instrumental. Porém, se um jogador acredita que o seu adversário vem jogando de modo desleal durante a partida, pode machucá-lo de propósito, sem que isso acarrete mais chances de tomar posse da bola. Nesse caso em que o ato/comportamento somente teve por objetivo causar sofrimento, pode-se falar em agressão hostil (Aronson et al, 2002).

Contudo, como já foi apontado anteriormente, há outros tipos de agressão que não provocam necessariamente dor física, mas que levam a danos de outra natureza. Os insultos, calúnias, ofensas, ou mesmo impedimentos, constituem uma agressão considerada como simbólica, que também pode ser hostil ou instrumental. Há ainda a agressão sancionada, que é aquela que conta com aprovação social e é juridicamente legitimada, sendo exemplos, a ação de um soldado durante a guerra, os atos de um policial a fim de manter a ordem, ou o comportamento hostil de uma pessoa que age em legítima defesa (Rodrigues et al, 2009). É o tipo de agressão que Michaud (2001) chama de “violência sancionada”, cuja função é meramente instrumental. Também é válido considerar o fato de que muitos atos de agressão podem ser considerados altruísticos, e este julgamento considerará o ponto de vista de quem os observa. Exemplo disso são os pilotos japoneses, os famosos kamikases, que arremetiam seus aviões em missões suicidas na Segunda Guerra Mundial. Para os seus compatriotas, eles eram considerados heróis nacionais, sendo o seu ato suicida visto como corajoso e altruístico, portanto, um tipo de agressão legitimado socialmente (Rodrigues et al, 2009).

Essa variedade de definições atribuídas ao fenômeno da agressão deve-se à diversidade de perspectivas teóricas que buscam dar conta do comportamento agressivo/violento entre os seres humanos. As teorias explicativas para o estudo da violência se diferenciam quanto ao que consideram ser este fenômeno inato ou aprendido, e também à importância que atribuem à influência de fatores pessoais ou situacionais como propiciadores

da agressão. De modo geral, as teorias mais utilizadas para explicar a origem da violência e sua manutenção nas relações humanas, podem ser agrupadas em três categorias: 1- o homem é por sua própria natureza um ser agressivo, e por isso, inevitavelmente, terá que encontrar um modo de expressar seus impulsos. Nesta perspectiva incluem-se os teóricos da psicanálise e aqueles que atribuem uma base biológica para os comportamentos agressivos, como os etólogos e os sociobiólogos; 2- a agressão é uma reação a fatos frustrantes, sendo a resposta agressiva do homem proveniente de um impulso eliciado por condições externas. São seguidores desta perspectiva os teóricos da hipótese frustração-agressão; 3- a agressão é um comportamento aprendido, resultado da cultura e do processo de socialização, sendo parte dessa categoria os teóricos da aprendizagem instrumental e da observação (Rodrigues et al, 2009).

A psicanálise é uma das mais conhecidas teorias a serem utilizadas para explicar o fenômeno da violência. Segundo Freud (1989), os seres humanos nascem com duas classes de pulsões: a pulsão de vida (*Eros*), que envolve o conjunto das pulsões responsáveis pela criação e manutenção da vida – pulsões sexuais e de auto-conservação, e a pulsão de morte (*Tanatos*), oposta à pulsão de vida, e que visa reduzir esta última até a sua extinção. Essa pulsão de morte está inicialmente voltada para o interior do indivíduo, tendendo-o a auto-destrutividade. Somente depois é que ela irá se dirigir para fora, aparecendo sob a forma de agressão contra o mundo externo (Kristensen, Lima, Ferlin, Flores, & Hackmann, 2003). Para Aronson et al (2002), a teoria de Freud pode ser muito bem comparada a teoria hidráulica, por meio da analogia com a pressão da água que se acumula em um recipiente. Assim, como a água, a agressão precisa “escoar” de alguma forma, a fim de evitar algum tipo de explosão. É, portanto, nesse momento, que aparece o papel exercido pela sociedade, pois ela participará no processo de regulação desse instinto e de sua sublimação, ou seja, de sua canalização para um comportamento aceitável.

Outra perspectiva teórica que visa dar explicações para a origem da violência é a etologia. Nas décadas de 1930 e 1940, um grupo formado por cientistas etólogos como Niko Tinbergen, Konrad Lorenz e Karl Von Frisch, juntos com o geneticista Seymour Benzer, ampliou a complexidade do modelo biológico, ao mostrar que os instintos apresentavam um componente genético passível de ser conhecido (Kristensen et al, 2003). Assim, sob a perspectiva etológica postula-se que a violência/agressão provém de um instinto de luta herdado, presente tanto nos seres humanos como nas outras espécies animais. Parte-se do pressuposto de que esse instinto se desenvolveu durante o processo de evolução, pois trazia uma série de benefícios (Lopes, 2009). A luta, por exemplo, serviu para a dispersão de populações por uma vasta área, permitindo o uso dos recursos naturais disponíveis, e também foi útil para o processo de seleção de parceiros sexuais, pois possibilitou que somente os mais fortes e robustos transmitissem os seus genes para as gerações posteriores (Krüger, 2006; Michener et al, 2005). Desse modo, as pulsões agressivas resultam da pressão da seleção intra-específica, que fez surgir no homem, ainda no início da sua história, uma determinada quantidade de comportamento agressivo, essencial para o seu desenvolvimento. Contudo, apesar dos mecanismos de inibição, essa carga de agressividade não encontra um escape adequado nos dias atuais (Kristensen et al, 2003).

Outra teoria, também proveniente de estudos com animais, é a sociobiologia. Essa abordagem constitui-se em uma extensão da teoria da evolução de Darwin, e compreende o estudo sistemático das bases biológicas do comportamento social. Assim, seu postulado básico é o de que o comportamento do homem em sociedade pode ser entendido em termos de evolução das espécies. Os seguidores dessa teoria veem vantagens biológicas na agressão, como as habilidades para a defesa de recursos e a proteção da prole. E defendem que se um indivíduo agressivo é bem-sucedido, esse comportamento pode favorecer sua posição dentro de seu próprio grupo em comparação com os demais. Portanto, a sociobiologia concebe uma

função adaptativa da agressividade, que permite a sobrevivência do grupo e as chances de sucesso futuro (Rodrigues et al, 2009).

Contudo, apesar da importância das teorias de base biológica para a compreensão da violência, elas têm sido alvo de críticas no meio científico. Alguns de seus principais opositores são os psicólogos sociais, que discordam do caráter predominantemente “inatista” atribuído ao comportamento agressivo. Esses pesquisadores alegam que a noção de um impulso instintivo e inato para a violência é incompatível com a ideia de que é a intenção do agressor em provocar dano que caracteriza um ato como agressivo (Parada, 2014). Eles também criticam os estudos que comparam, indiscriminadamente, o comportamento agressivo de determinadas espécies com o comportamento humano (Krüger, 2006; Michener et al, 2005). Assim, apesar de ser verdade que variadas espécies animais atacam outras que invadem seus territórios, é um erro argumentar, como fizeram muitos pesquisadores devotos da biologia, que os seres humanos estão programados para agir de modo semelhante, defendendo seu território e sendo agressivos em função de estímulos específicos (Aronson et al, 2002; Rodrigues et al, 2009). Os psicólogos sociais também argumentam que as teorias do instinto não conseguem dar explicações satisfatórias quanto à variabilidade do comportamento agressivo entre pessoas de um mesmo grupo e entre povos de diferentes regiões. Estudos comparativos entre culturas mostram que existe variedade entre o nível de algumas formas de agressão e sua incidência ao longo do tempo. Portanto, concluem os pesquisadores, que se a violência fosse um comportamento determinado somente pela genética, deveria manter-se constante entre todos os indivíduos da espécie humana, o que não acontece (Aronson et al, 2002; Rodrigues et al, 2009).

No entanto, apesar das objeções feitas pelos teóricos da psicologia social às teorias inatistas, isso não significa dizer que eles rejeitem completamente as influências exercidas pela biologia na ocorrência de comportamentos agressivos. Há até mesmo um consenso entre

os pesquisadores quanto à presença de fatores biológicos que predis põem certos indivíduos à agressão (Rodrigues et al, 2009). Assim, a principal crítica da psicologia social a tais abordagens, refere-se ao emprego exclusivo de explicações biológicas, desconsiderando a influência de outros fatores, como a experiência prévia e o ambiente social. A partir desse entendimento, para que uma ação agressiva aconteça ou não, torna-se necessário a interação complexa entre predisposições inatas, respostas inibitórias aprendidas e a natureza exata da situação social (Aronson et al, 2002). Portanto, para os psicólogos sociais, o papel exercido pelas variáveis biológicas é o de moderador da agressão humana, pois cada um de seus fatores, seja a história evolutiva, a genética ou mesmo a atividade hormonal, contribui para a agressividade exercida pelos indivíduos, apesar de não determiná-la (Rodrigues et al, 2009).

Em alternativa as teorias de base inatista, que somente explicam os motivos pelos quais as pessoas são capazes de agredir, os psicólogos sociais têm desenvolvido estudos que buscam compreender como essa capacidade é implementada, e em que situações há maior probabilidade de que um indivíduo haja de modo agressivo para com os seus semelhantes. Uma das primeiras teorias empregadas a esse respeito é a hipótese da frustração-agressão, proposta por um grupo de pesquisadores da Universidade de Yale nos Estados Unidos (Rodrigues et al, 2009). Em sua formulação original, a hipótese advertia que toda frustração provocava alguma forma de agressão, e que todo ato ou comportamento agressivo era sempre resultante de alguma frustração (Michener et al, 2005). Nesse sentido, a frustração era compreendida de forma situacional, como qualquer interferência real ou simbólica, a objetivos ou necessidades considerados importantes pelos indivíduos. E a sua ocorrência desencadearia uma espécie de “energia”, que incitaria a agressão (Monteiro, 2013). Contudo, reformulações posteriores levaram a uma flexibilização da teoria, que passou a afirmar que a frustração pode conduzir a uma variedade de respostas, como raiva e aborrecimento ou mesmo agressão (Aronson et al, 2002; Kristensen et al, 2003).

Ainda de acordo com a teoria, a manifestação de uma resposta agressiva em função da frustração, é dependente de uma variedade de fatores, tais como a proximidade da meta ou do objeto desejado, pois quanto mais próxima a meta, maior a expectativa de prazer que é contrariada, e quanto maior a expectativa, maior a agressão (Aronson et al, 2002; Michener, 2005); quando existe expectativa de gratificação e esta não acontece; e quando há um impedimento total para alcançar a meta (Kristensen et al, 2003; Rodrigues et al, 2009). A manifestação de agressão nessas circunstâncias também depende de outros fatores como o tamanho e a força do responsável pela frustração e sua capacidade de dar o troco (Aronson et al, 2002; Michener et al, 2005). Assim, se o agente responsável pela frustração for, por exemplo, alguém muito forte, como um lutador de boxe, ou que detém poder, como um patrão, pode ser que a agressão não se manifeste. Outro fator que modula o nível de agressão, ou até mesmo pode impedir sua ocorrência, é se a frustração é compreensível, legítima, ou tem uma causa racional. Algumas vezes, uma explicação plausível ou mesmo um pedido sincero de desculpas podem atenuar a resposta agressiva, a partir da minimização do sentimento de frustração (Aronson et al, 2002; Michener et al, 2005).

Outro ponto importante a destacar é que a frustração não é sinônimo de privação, ambos são conceitos diferentes. Na privação, por exemplo, a pessoa não possui algo que deseja, e sabe que dificilmente poderá adquiri-lo. Já na frustração há a expectativa de se vir a possuir o objeto almejado. Assim, quando essa expectativa não se realiza, o sentimento de insatisfação que surge no segundo caso é muito maior do que no primeiro caso. Uma criança carente que deseja um brinquedo, mas sabe que seus pais não poderão comprá-lo, tenderá a ficar menos chateada em comparação com uma criança que tenha recebido dos pais a promessa de que teria o brinquedo, mas não o ganhou de fato (Rodrigues et al, 2009). Nesse segundo caso há uma nítida quebra de expectativas, que, de acordo com os pesquisadores,

poderá conduzir ao desencadeamento de atos agressivos de forma mais intensa do que no primeiro caso.

Os teóricos também diferenciam a privação da privação relativa, que acontece quando a insatisfação resulta da comparação com outras pessoas, quando estas passam a possuir ou conseguir coisas a mais que o percebido. Assim, a percepção do indivíduo de que tem menos do que merece ou do que os seus semelhantes têm, pode desencadear um sentimento de frustração e isto influenciar suas reações emocionais, conduzindo-o a agressão (Aronson et al, 2002; Monteiro, 2013; Rodrigues et al, 2009).

Outra teoria que tem sido muito utilizada para a explicação da violência é a teoria da aprendizagem social. Seu maior representante é o pesquisador Albert Bandura, que considera a existência de dois métodos para a aprendizagem do comportamento agressivo: a aprendizagem instrumental e a aprendizagem observacional. Na aprendizagem instrumental, considera-se que o comportamento que é recompensado tem maior probabilidade de ocorrer no futuro. Desse modo, o comportamento agressivo é aprendido por meio de incentivo e recompensas oferecidos pelo ato (Kristensen et al, 2003; Michener et al, 2005). Entre os principais reforços para a agressão podem ser citados vantagens materiais diretas, como dinheiro para os adultos e doces para as crianças, aprovação social, por meio de elogios e o aumento de status daquele que agride, e atenção maior dispensada ao agressor (Michener et al, 2005; Rodrigues et al, 2009).

Já a aprendizagem observacional ou modelação social, é considerada um método mais comum para a aquisição de comportamentos agressivos, pois parte do pressuposto de que é possível aprender novos comportamentos a partir da observação e imitação das ações de outras pessoas, vistas como modelos (Krüger, 2006; Michener et al, 2005). Geralmente, os principais exemplos de imitação são os pais, familiares em geral, sociedade ou mesmo ídolos, que demonstram tipos de ações recompensadoras. Também a escolha dos modelos a serem

imitados não é aleatória, sendo a inteligência e o status os critérios mais utilizados. Assim, a aprendizagem da agressividade a partir da modelação vai acontecer por meio de quatro processos: inicialmente o indivíduo precisa estar atento às dicas e indícios que lhes são dados; em seguida as observações que ele faz passam por processo de codificação e são representadas na memória; essas representações tornam-se modelos de imitação de comportamento; por último, o que foi aprendido necessita de incentivos adequados para que seja praticado (Kristensen et al, 2003). Um bom exemplo desse processo pode ser encontrado nos experimentos realizados por Bandura e seus colaboradores na década de 1960, que mostraram como as crianças facilmente aprendiam comportamentos agressivos pela simples observação de um adulto que agisse com agressividade (Michener et al, 2005). Na medida em que elas haviam aprendido o comportamento agressivo, bastava-lhes uma oportunidade para que o reproduzissem (Aronson et al, 2002; Kristensen et al, 2003).

Contudo, apesar de o método da aprendizagem social ter sido bastante utilizado na explicação de comportamentos agressivos em crianças, tem havido discussões acaloradas na psicologia social acerca de sua validade. Entre os principais argumentos, os pesquisadores alegam que não é possível estabelecer uma relação direta entre a agressividade demonstrada por crianças e o fato delas observarem adultos agindo com violência, pois outras variáveis podem estar envolvidas. Porém, apesar de tais objeções, estudiosos apontam que os trabalhos de Bandura foram essenciais por demonstrarem como, possivelmente, ocorre o processo de aquisição de comportamentos agressivos e a importância do reforço para sua manutenção (Rodrigues et al, 2009).

De modo geral, nota-se que as teorias apresentadas aqui, tanto aquelas que têm fundamentação biológica, quanto as que têm uma base social, são importantes para a compreensão da violência/agressividade humana, contudo, não permitem determinar, de maneira clara, como essa capacidade se manifesta. Como Minayo (2006) e Zaluar (1999) já

havia apontado, a violência é um fenômeno multifacetado, dotado de controvérsias, e que por isso ninguém pode dar uma palavra final sobre o mesmo. São diversas as condições que influenciam a probabilidade de expressão de um ato agressivo, seja em termos de motivação, afeto ou mesmo circunstâncias ambientais. Portanto, tais teorias seriam mais eficazes se fossem consideradas de modo complementar, pois a complexidade que envolve os atos humanos escapa a qualquer tipo de explicação que se propunha unidirecional. Há uma interação dinâmica entre fatores pessoais, sociais e ambientais, que possibilitam ao homem a expressão de determinados comportamentos, como é o caso da violência, e para conhecê-la torna-se necessário um olhar biopsicossocial (Kristensen et al, 2003).

Também é importante considerar que, apesar do esforço feito pelas teorias a fim de darem conta da violência, elas não conseguem abranger todos os aspectos que podem estar imbricados na ocorrência desse fenômeno. Além da influência de fatores orgânicos, da aprendizagem, ou mesmo de estados de frustração, é preciso atentar para outras variáveis que podem estar por trás de comportamentos agressivos e que nem sempre são consideradas, como é o caso das normas sociais (Rodrigues et al, 2009).

Há uma série de prescrições em cada cultura, que além de regular os comportamentos que são aceitos socialmente, definem aqueles que são considerados violentos, e para isso levam em consideração quem os exerce, com qual finalidade e o contexto onde ocorrem. Assim, por exemplo, os meninos aprendem que devem revidar um golpe de outro garoto, contudo, não devem proceder do mesmo modo com as meninas. A criança também aprende que não deve ser agressiva com as pessoas mais velhas, principalmente pais e professores. Portanto, são as normas sociais, forjadas culturalmente, que prescrevem o modo correto de agir e de se expressar, e regulam o que pode ser ou não considerado violência em um dado contexto (Rodrigues et al, 2009).

Além de sua função prescritiva, as normas também caracterizam a violência, definindo-a como pró-social ou anti-social. Assim, é lícito um policial atirar em um bandido, a fim de contê-lo; tropas de um país invadir outro durante um período de guerra; um cidadão matar em legítima defesa. Esses tipos de violência aceitos socialmente, remetem aquilo que Michaud (2001) chama de violência sancionada, pois têm uma finalidade instrumental, no caso dos exemplos citados, manter a ordem e defender a própria vida, respectivamente, e fazem parte de uma norma social específica.

Contudo, as normas sociais não são imutáveis, o que significa que podem sofrer alterações ou mudanças completas. Assim, alguns tipos de violência intrafamiliar, que por durante muito tempo, e em diversos lugares, foram consideradas legítimas, pois tinham uma função disciplinadora, hoje são desacreditadas (ao menos em alguns países), sendo alvo de críticas e mesmo de sanções. O dever dos pais em educar seus filhos, por exemplo, permitiu, por gerações, o uso da violência física, a fim de manter a obediência e disciplina das crianças. Porém, em alguns países, até mesmo no Brasil, já existem leis que criminalizam qualquer tipo de mau-trato a crianças e adolescentes, independente de contexto e finalidade.

Outro exemplo de como as normas sociais sofrem mudanças pode ser encontrado no caso da violência contra a mulher. No Brasil, por durante muito tempo, a violência foi vista como uma prática corriqueira dos relacionamentos conjugais, a fim de tornar a mulher obediente e submissa (Parada, 2014). Há registros de que no período colonial, era permitido ao marido fazer uso da chibata para corrigir sua esposa (Cabral, 1999). E até meados de 1980 não era considerado crime o marido matar a mulher flagrada em adultério, a fim de preservar a honra familiar (Alves & Diniz, 2005; Brazão & Oliveira, 2010). Essas normas que legitimavam e até mesmo incentivavam a violência contra a mulher, mantiveram-se ao longo dos anos, e somente, há pouco tempo, foram modificadas completamente em termos jurídicos. Assim, não existem mais leis que afirmem o direito de um homem sobre a vida de sua

parceira, inclusive a Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06, foi implementada com o objetivo de coibir a prática de qualquer tipo de violência contra a mulher (Brasil, 2006).

Porém, é preciso considerar que a mudança nas leis e normas que regem o funcionamento social não condiz necessariamente com a realidade cotidiana. Assim, as normas podem ser modificadas a nível formal, mas não extintas, pois acabam fazendo parte do imaginário popular, e enraízam-se como práticas habituais. É devido a isso, que apesar de haver leis que coíbem maus-tratos e agressões contra mulheres e crianças, essas práticas não deixam de existir, pois, para a população, em geral, a norma ainda continua válida. No próximo capítulo será apresentado como no caso da violência contra a mulher, o próprio funcionamento social baseado no patriarcado, acaba por reforçar a manutenção de normas sociais violentas, que atingem a mulher não somente em seu corpo, mas também nas esferas emocional e simbólica.

Capítulo 2 – Violência contra a mulher

Este capítulo aborda a conceituação da violência contra a mulher, enquanto um fenômeno que persiste ao longo dos séculos, destacando o papel que o patriarcado exerce na manutenção desse tipo de violência na sociedade ainda hoje. Em seguida, abrange o tema da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto, e apresenta a perspectiva de gênero como caminho possível para compreensão do mesmo. Este capítulo também aborda, de forma breve, a violência nos relacionamentos de intimidade de adolescentes, atentando para as peculiaridades desse fenômeno.

2.1 A violência contra a mulher: patriarcado e aspectos históricos

A violência contra a mulher é um problema mundial, que atinge tanto países ricos como aqueles considerados subdesenvolvidos. A Organização dos Estados Americanos – OEA (1994) define esse tipo de violência como qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual e/ou psicológico para a mulher, assim como a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, que ocorra na vida pública ou privada. Assim, apesar do espaço doméstico ser o local mais comum da violência, esta também pode acontecer em outros âmbitos sociais, como na comunidade e no trabalho.

Entre as diversas formas em que a violência contra a mulher pode se manifestar, destacam-se o abuso sexual, o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, a mutilação genital, o tráfico e a prostituição forçada, a violência decorrente dos conflitos bélicos, bem como outras práticas que levem a danos à saúde física, psíquica e sexual de meninas e mulheres (Sanchis, 2005; Vilá & Tordera, 2011).

Além de ser um fenômeno bastante frequente, a violência contra a mulher tem raízes históricas. Durante séculos o homem tem exercido poder sobre a mulher, legitimado pela cultura e pela religião. Esse exercício do poder tem se modificado ao longo do tempo, apresentando-se de forma mais suave em alguns casos (Saffioti, 2004; Vilá & Tordera, 2011), mas nunca deixando de existir.

A situação de violência contra a mulher somente começou a mudar a partir das lutas feministas, que tornaram o problema visível diante da sociedade (Brazão & Oliveira, 2010; Contreras, Bott, Guedes, & Dartnall, 2010). E, assim, o feminismo tornou-se o propulsor da deslegitimação da violência contra as mulheres dando-lhe uma interpretação social (Feitosa, 2011; Vilá & Tordera, 2011).

A partir do reconhecimento da existência de atos abusivos e situações de injustiça contra o sexo feminino, têm sido buscadas explicações para esse fenômeno. Hoje, a visão mais aceita é a de que a violência contra a mulher decorre de um processo multicausal, pois há uma combinação de fatores individuais do agressor da mulher com aspectos culturais e sociais, que acarretam esse fenômeno (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012; Mateus, 2015, Reichnheim, Dias, & Moraes, 2006; Vilá & Tordera, 2011). Estudiosos apontam que um importante fator que contribui para esse tipo de violência são as crenças e atitudes patriarcais dos agressores que se encontram disseminadas na sociedade (Araújo, Martins, & Santos, 2004; Cantera, 2005; Hines, 2007; Saffioti, 2004).

O patriarcado pode ser definido como um modo de organização sociocultural, em que o domínio dos homens estrutura a totalidade das relações sociais que se estendem a partir da família e da tribo até a comunidade, a sociedade e o estado (Cantera, 2005; Costa, 2005). Esse domínio também acomete o modo de perceber, de construir e de gerir a realidade social, determinando uma precisa divisão de papéis masculinos e femininos, sendo que os homens

desempenham os papéis considerados superiores e ocupam os status mais elevados (Cantera, 2005; Feitosa, 2011; Strey, Azambuja, & Jaeger, 2004; Vilá & Tordera, 2011).

As principais características do patriarcado são a assimetria e a desigualdade, a estrutura vertical, a hierarquia, a ordem, a disciplina, o monopólio do poder e da violência pelo patriarca, considerado o chefe e cabeça da família (Cantera, 2005; Narvaz & Koller, 2006a; Sanchis, 2005). É um sistema androcêntrico, que favorece a desigualdade entre homens e mulheres (Cantera et al, 2013). O patriarcado estabelece uma assimetria entre os sexos, delimitando quem pode abusar, o forte (o homem), e quem está submetido, o frágil (a mulher) (Cantera, 2005; Vilá & Tordera, 2011). Essa ordem está sustentada pela cultura, pelas tradições e pelas religiões, e tem se mantido ao longo dos séculos (Contreras et al, 2010; Vilá & Tordera, 2011).

O patriarcado, assim como outros sistemas sociais, determina qual é o tipo de violência concebível e aceita, determina o grau e forma em que é legitimada pela sociedade, e também indica quem pode exercê-la e quais são os seus objetos alvo. Nesse sistema, os papéis estão bem definidos no tocante aos protagonistas, agente e paciente da violência, que é deferida com o suposto intuito de manter a autoridade, a lei e a ordem, a dignidade e o controle da situação (Cantera et al, 2013; Sanchis, 2005). Assim, os principais símbolos da ordem patriarcal são um homem forte e dominador, e uma mulher frágil e submissa, com uma desigual distribuição de poder e com posições sociais diferenciadas (Cantera, 2005).

Registra-se que praticamente todas as sociedades têm desenvolvido sua particular construção do patriarcado (Cantera, 2005; Feitosa 2011; Saffioti, 2004). Tanto na tradição judia como na mitologia grega há relatos de violência física e sexual contra meninas e mulheres no entorno familiar e matrimonial, legitimadas e aceitas pela sociedade (Cantera, 2005). A dominação das mulheres pelos homens tem feito parte da normalidade social e

cultural, e é considerada um dos crimes mais encobertos e tolerados em toda a história da humanidade (Vilá & Tordera, 2011).

Como exemplo da força da ideologia patriarcal nas sociedades, os documentos oficiais elaborados ao longo dos tempos deixavam claros os deveres correspondentes a cada um dos sexos. Assim, o Código Civil Espanhol de 1889, apontava entre os deveres do marido, proteger a esposa, e recomendava a esta obedecê-lo em tudo (Cantera, 2005). A Constituição Civil espanhola de 1791 distinguia entre duas classes de cidadãos: os homens maiores de 25 anos, independentes e detentores de propriedades, e as mulheres, consideradas ignorantes, incapazes de tomar decisões e desprovidas de direitos. A elas era proibido ter bens em seu nome e administrar dinheiro. Sua finalidade era a de cuidar da casa, satisfazer ao marido e ter filhos (Vilá & Tordera, 2011). Essa desvalorização do sexo feminino também foi mantida na Revolução Francesa que proclamou os Direitos Humanos em 1789. Apesar de seu lema apregoar a liberdade, a igualdade universal e a fraternidade, estes benefícios estavam restritos somente aos homens (e não a todos), pois as mulheres continuaram sem direitos civis e políticos, consideradas propriedades de seus pais e maridos (Vilá & Tordera, 2011).

Além de não gozarem de direitos políticos e de terem sua liberdade limitada, as mulheres estavam obrigatoriamente submetidas à vontade e dominação dos homens, primeiro de seu pai, e após o casamento, de seu marido. Seu mundo estava restrito a maternidade e aos cuidados do lar, sem ter nenhum reconhecimento (Boris & Cesídio, 2007). A obediência, o respeito e a abnegação eram virtudes obrigatórias para elas (Vilá & Tordera, 2011). Desse modo, a coerção, em forma de violências física, emocional, social ou simbólica, aparecia neste contexto como um recurso legitimado ideologicamente do poder do homem para controlar a mulher e garantir a sua obediência (Cantera, 2005; Narvaz & Koller, 2006a).

As práticas de dominação da mulher são inumeráveis e fazem-se presentes ao longo do tempo, desde a antiguidade até os dias de hoje. Registra-se uma série de punições e castigos

que ceifaram a vida de milhares de mulheres, acusadas de bruxaria ou de traição conjugal (Santiago & Coelho, 2007; Vilá & Tordera, 2011). O Código Hammurabi, por exemplo, estabelecia para as mulheres acusadas de infidelidade a seu cônjuge, a submissão à prova da água, que consistia em ser atirada à corrente do rio Eufrates. Partia-se da crença de que se a mulher sobrevivesse era um sinal de sua inocência, mas se perecesse haveria encontrado a devida punição (Cantera, 2005).

Prova semelhante a essa também era aplicada às mulheres acusadas de bruxaria na era pré-moderna. A diferença consistia no fato de que se a mulher sobrevivesse à prova da água, ainda teria de ser submetida à fogueira, pois se acreditava que somente o diabo poderia ajudá-la a superar a prova (Cantera, 2005). Outro método para avaliar se uma mulher acusada era ou não bruxa foi proposto por um famoso manual para inquisidores, o *Malleus Maleficorum*. De acordo com esse manual, bastava perguntar a mulher se ela era bruxa, e assim ela teria duas possibilidades de resposta, sim ou não. Mas, as duas a levariam ao mesmo destino: a fogueira. Ao dizer “sim” a acusada daria razão aos seus acusadores e, ao dizer “não” supunha-se que ela estaria mentindo, pois uma bruxa de verdade nunca admite sua identidade (Cantera, 2005). Desse modo, as mulheres acusadas de bruxaria encontravam-se em um beco sem saída, pois o fim que lhes aguardava era sempre o perecimento.

Geralmente, a acusação de bruxaria recaía sobre as mulheres mais independentes, que ganhavam a vida por si mesmas. Quase sempre eram pessoas mais velhas, que viviam sozinhas e detinham o conhecimento de plantas com propriedades curativas. Essa excessiva independência feminina gerava receio e acabou levando ao massacre de milhares de mulheres. Registra-se que somente na Catalunha foram assassinadas 400 mulheres sob a acusação de bruxaria e no resto da Europa foram 60 mil entre os séculos XIV e XV (Vilá & Tordera, 2011).

Por durante muito tempo o discurso legitimador masculino tem apontado o corpo da mulher como objeto de violência (Cantera, 2005). No entanto, não é necessário ir longe para se ter conhecimento dos abusos e agressões contra mulheres, pois ainda hoje perduram práticas violentas, que são aceitas pelos países onde são produzidas. O mau-trato a mulheres e meninas ocorre em todas as partes do mundo e assume formas diferentes segundo as culturas e as tradições (Feitosa, 2011; Vilá & Tordera, 2011).

O infanticídio de meninas, ou aborto seletivo, por exemplo, é uma prática comum em países como a Índia e a China, onde há uma preferência por bebês do sexo masculino. Em tais países, os bebês do sexo feminino são rejeitados, pois assim que as mulheres descobrem que estão grávidas de meninas, solicitam um aborto de forma voluntária. Isso demonstra um menosprezo dessas sociedades para com as meninas e também traz consequências problemáticas na formação de casais entre a população. Já é notável os desequilíbrios demográficos em países da Ásia, como a Índia, a Coreia e a China, o que afeta as sociedades atuais e afetará as futuras (Vilá & Tordera, 2011). No caso particular da Índia, acredita-se que o aborto seletivo seja responsável pelo déficit de 8 milhões de meninas (Pandey, 2011).

Outras práticas danosas às mulheres e que também perduram em muitos países, sendo legitimadas pelas religiões e pela cultura, dizem respeito à mutilação genital, ao apedrejamento público e aos assassinatos pela honra. O primeiro procedimento, a mutilação, acontece em muitos países africanos e em alguns do continente europeu (Sow, 2004), e é realizado inclusive por médicos em hospitais, com a finalidade de se manter a tradição (Sanabria, 2005; Vilá & Tordera, 2011). O apedrejamento, por sua vez, destina-se a mulheres acusadas de infidelidade conjugal e também àquelas que foram estupradas. Pais, irmãos e vizinhos são encarregados de atirar as pedras na acusada, a fim de manter a honra familiar. Os assassinatos pela honra também são cometidos em países europeus e não estão contabilizados. Geralmente, esta pena destina-se a meninas ou jovens mulheres que foram educadas em

países diferentes daquele em que seus pais vivem, mas que são obrigadas a seguir os costumes arcaicos, casando-se com homens impostos. Quando elas rejeitam seus maridos ou se divorciam, são assassinadas pelos seus familiares por terem cometido o crime de desonrar a família (Vilá & Tordera, 2011).

Mas, para além dos crimes contra as mulheres que são cometidos com o ideal de sustentar a tradição, ainda há inúmeros atos de violência presentes em diversas partes do mundo e que incidem sobre a mulher, a fim de explorar sua sexualidade. É o caso do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, considerada uma das mais vis atividades criminosas de que se tem notícia (Moura, 2013). Em busca de melhores condições de vida, muitas mulheres, jovens e adultas, são enganadas e cooptadas por aliciadores para fazerem parte de esquemas de exploração e submissão baseados no lucro. É bastante comum o uso de ameaças e humilhações por parte dos aliciadores, que impõem a essas mulheres rotinas de trabalho extenuantes, e a contração de dívidas impagáveis. O tráfico sexual produz consequências tão graves para as vítimas, que é considerado uma forma moderna de escravidão. Por meio dele, a mulher é transformada em um bem de consumo, tendo anulados os seus direitos humanos mais elementares. Essa prática criminosa é classificada de variadas maneiras, podendo acontecer dentro de um mesmo país (tráfico doméstico), envolver países fronteiriços ou pertencentes a uma mesma região (tráfico inter-regional), ou mesmo em países de regiões diferentes (tráfico transregional ou transcontinental) (Moura, 2013). Estima-se que mais de 400.000 mulheres e meninas são vítimas de tráfico sexual, sendo que muitas estão dentro do território da União Europeia (Vilá & Tordera, 2011).

As meninas e mulheres também são usadas sexualmente nos conflitos bélicos. Costuma-se utilizá-las como arma de troca para humilhar e submeter a população vencida. Assim, os soldados vencedores abusam e torturam sistematicamente de meninas e mulheres, que são transformadas em escravas sexuais (Vilá & Tordera, 2011). Porém, não são apenas os

povos invasores que empreendem a violência sexual. Em vários conflitos armados em países da América Latina e do Caribe, tais como Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti e Peru, quase todos os grupos armados praticaram violência sexual, mas os principais perpetradores foram os governos e as forças paramilitares (Contreras et al, 2010). Em grande parte dos casos, os perpetradores de abuso sexual durante conflitos armados têm ficado impunes, especialmente quando são oficiais de confiança. Um caso emblemático disso aconteceu em 2006, na comunidade de San Atenco, México. Nessa região diversas mulheres foram presas ilegalmente, torturadas e abusadas sexualmente por homens das forças armadas durante um conflito político. O caso foi denunciado formalmente, mas não houve punição dos agressores (Amnistía Internacional, 2014). Na Guatemala, uma investigação sobre abusos dos direitos humanos após a guerra, revelou que dos 1.465 atos de agressão sexual registrados, 89% foram cometidos por membros do exército ou de forças armadas associadas ao governo. E mesmo no período pós-conflito, ainda continuam a registrar-se nesse país estupros e assassinatos de mulheres como um legado da guerra (Contreras et al, 2010).

A violência sexual contra meninas e mulheres também tem sido cometida durante situações de emergência causadas por desastres naturais. Registram-se abusos sexuais contra meninas e mulheres na República Dominicana após a passagem do ciclone Noel, no ano de 2007. Esse dado mostra como as precárias condições de vida nos abrigos após a tempestade, e os poucos recursos econômicos, tendem a aumentar o risco de violência sexual em áreas atingidas por catástrofes naturais (Contreras et al, 2010).

Mas, para além das formas bárbaras em que a violência contra a mulher se manifesta, esta também assume formas mais sorrateiras, que tornam difícil percebê-la. É o caso da pobreza feminina, do assédio no ambiente de trabalho e da manutenção do ideal de beleza. A pobreza afeta grande parte das mulheres mais velhas, que não têm habitação fixa e não dispõem de pensão para que continuem vivendo. Outras são jovens, que cuidam sozinhas de

seus filhos em países onde há poucos recursos financeiros. Assim, cerca de 70% da população pobre é formada por mulheres e meninas, e dos 880 milhões de adultos analfabetos 2/3 são mulheres (Vilá & Tordera, 2011).

O assédio sexual no ambiente de trabalho é também outro tipo de violência que atinge diversas mulheres ao redor do mundo. Essa prática caracteriza-se por incluir contato físico, comentários verbais e avanços sexuais indesejáveis e inapropriados, podendo envolver uma exigência de sexo em troca de benefícios no emprego, ou outras ações que criem um ambiente de trabalho hostil ou angustiante para a vítima (Contreras et al, 2010). Pesquisas realizadas em locais de trabalho de lugares industrializados e desenvolvidos revelaram que 30% a 50% das trabalhadoras já sofreram alguma forma de assédio sexual no local de trabalho, em algum momento de sua vida (Secretaria Geral da ONU, 2006). Em relação ao Brasil, uma pesquisa realizada em 12 grandes cidades do país, revelou que 52% das mulheres relataram terem sofrido alguma forma de assédio sexual no trabalho (DeSouza & Cerqueira, 2008). O assédio é considerado uma violação dos direitos humanos, afetando a dignidade, segurança, saúde e bem-estar das trabalhadoras. Essa prática também mina o seu direito a igualdade de oportunidades de tratamento. E, apesar do assédio ser uma ocorrência frequente, muitas mulheres têm dificuldade de denunciá-lo por medo de retaliações ou da perda do emprego (Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2007). Outro fator que contribui para o mascaramento do problema deve-se às crenças e estereótipos das sociedades patriarcais, que tendem a negar a sua existência (Vilá & Tordera, 2011).

O ideal de beleza e juventude, apregoado pelos meios de comunicação e reforçado socialmente, constitui outro tipo de violência que incide, principalmente, sobre pessoas do sexo feminino. A ditadura da estética constitui uma violação das identidades e pluralidades femininas, reforçando o racismo, e contribuindo para que as mulheres que estão fora dos padrões da moda sintam-se feias e desinteressantes (Brazão & Oliveira, 2010). O ideal de

beleza leva meninas e mulheres a buscar um padrão estereotipado de aparência física e juventude, que muitas vezes é impossível de ser atingido, pois se contrapõe às normas da natureza. Os meios de comunicação propagam ideias que rejeitam o envelhecimento, a fim de reforçar o consumismo de produtos e tratamentos para o rejuvenescimento, e difundem um tipo de beleza que é aceito, quase sempre, de maneira incontestada. Para alcançar esses ideais, mulheres de várias idades submetem-se a procedimentos cirúrgicos e estéticos que podem comprometer sua saúde (Boris & Cesídio, 2007). É, portanto, uma violência exercida de forma simbólica e que se encontra disseminada socialmente (Vilá & Tordera, 2011).

2.2 A violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto

As agressões e abusos nas relações íntimas de afeto, consideradas como relações em que há envolvimento afetivo-sexual entre as partes como casamento, namoro ou ficar - relação afetiva comum entre os jovens, em que costuma haver menos cobrança e compromisso, (Nascimento, 2009) - representam mais um tipo de violência que incide sobre a mulher, e que está relacionado com o sistema patriarcal. Para Souza (2010), a violência nas relações íntimas refere-se a agressões deferidas por pessoas que mantêm ou mantinham um relacionamento afetivo, um vínculo emocional, com a pessoa que foi agredida. Geralmente, nesses casos, o agressor é o marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou ex-namorado. Esse tipo de violência é um processo que pode acontecer antes, durante ou após o estabelecimento de uma relação formal, e pode ocorrer dentro ou fora do espaço delimitado como doméstico ou familiar (Cantera, 2004). É sempre um ato intencional, que por ação ou omissão, visa a causar na mulher danos físicos, emocionais, econômicos, sociais, jurídicos, atentando contra sua liberdade e desenvolvimento enquanto pessoa (Cantera, 2003).

A violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto pode acontecer de variadas formas, e geralmente, é classificada em tipos como violência física, violência psicológica ou emocional, e violência sexual. A violência física é a mais perceptível e também é a forma de mau-trato mais denunciada. Refere-se ao emprego da força sobre o corpo da vítima, seja por meio das mãos, exemplificado por golpes e empurrões, ou por meio de objetos como armas de fogo, facas, cigarros, ácidos, que deixam no corpo efeitos como hematomas, queimaduras, fraturas, mutilações, lesões, entre outros (Cantera, 2005; Schraiber, Oliveira, Falcão, & Figueiredo, 2005; Souza, 2010; Strey et al, 2004). Inicialmente, os agressores atacam suas parceiras em locais de difícil visualização, como na barriga, nos seios, na parte inferior das coxas, a fim de não deixar pistas. Quando as agressões passam a acontecer em locais mais visíveis, isto significa que a violência já está instaurada há bastante tempo. Esse tipo de violência também não acontece de modo imediato, mas é um processo lento, que não se percebe a princípio. Pode começar com pequenas ações, como o controle das roupas que a mulher utiliza e da checagem de seu telefone que, muitas vezes, não são percebidas como violência, mas como demonstrações de cuidado. Porém, quando esse controle aumenta, essas ações tendem a evoluir para os atos de agressão física de fato (Vilá & Tordera, 2011).

Já na violência psicológica ou emocional, o homem busca prevalecer sobre a vontade da mulher e anular sua capacidade de tomar decisões. Consiste em um atentado contra a dignidade e identidade da mulher, que se manifesta por meio de insultos, burla, estigmatização verbal, crítica humilhante, ameaças, entre outros (Cantera, 2005; Minayo, 2006; Oliveira & Souza, 2006; Souza, 2010). Entre as diversas formas pelas quais essa violência pode acontecer, é comum a desqualificação da mulher devido a sua aparência física ou modo de se vestir, que pode ocorrer em casa ou diante de outras pessoas, inclusive amigos. Registra-se também a prática de afastá-la de seus familiares ou amigos para que não receba influência dos mesmos; depreciar sua capacidade intelectual ou para criar os filhos; ignorar

suas necessidades materiais e de afeto; levantar suspeitas sobre traição, seguidas de ameaça constante (Vilá & Tordera, 2011). Assim como a violência física, a psicológica também é progressiva, ou seja, não começa repentinamente (Araújo et al, 2004), mas por meio de pequenos ataques e insultos verbais, até prosseguir-se ao controle psicológico (Vilá & Tordera, 2011).

No que se refere à violência sexual, esta se caracteriza pela imposição de determinados tipos de atos ou relações sexuais que atentam contra a saúde, a dignidade e a liberdade da mulher (Cantera, 2005; Schraiber et al, 2005). É um tipo de agressão que costuma estar silenciada, porque muitas mulheres têm dificuldade de reconhecê-la como violência, pelo fato de que é o próprio marido ou namorado quem as obriga a manter relações sexuais (Araújo et al, 2004; Vilá & Tordera, 2011). Outro fator que também impede a denúncia é a dificuldade, ou até mesmo a vergonha, que a mulher tem de falar do abuso sexual a terceiros, que poderão não dar crédito, duvidar da veracidade da sua acusação, ou mesmo culpá-la pela violência sofrida (Contreras et al, 2010). Entre os tipos mais frequentes de violência sexual destacam-se: obrigar a mulher a manter relações sem o seu consentimento, por meio de coação ou ameaças; ter de fazê-lo em situações humilhantes, com outras pessoas ou em presença de outros; impedir o uso de preservativo, o que aumenta o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, sífilis, gonorreia, condiloma genital, herpes genital, além do risco de gravidez indesejada (Contreras et al, 2010; Minayo, 2006; Souza, 2010; Vilá & Tordera, 2011).

Além desses três tipos de violência, que são considerados mais comuns, ainda há outras agressões contra a mulher nas relações conjugais, namoros ou “ficar”, como as violências patrimonial e moral. A primeira é caracterizada pela retenção, subtração ou destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais,

bens, valores, entre outros; e a segunda é representada por calúnia, difamação e injúria (Brasil, 2006).

Todos os exemplos de violência apontados até aqui podem ser considerados como fruto de um sistema social baseado no patriarcado, que toma as mulheres como seres subalternos, subservientes e à disposição do homem. A este é outorgado o direito sobre a sexualidade, o corpo e os comportamentos femininos. Essa ordem patriarcal aparece como uma realidade natural, e tem se sustentado ao longo do tempo, até que o sistema ideológico que a torna legítima é criticado pelo feminismo (Cantera, 2005). Assim, nos últimos tempos, o patriarcado tem entrado em crise junto com a ordem familiar e matrimonial construídos sobre o mesmo, mas isto não anula automaticamente todos os seus efeitos (Castells, 1997; Pateman, 1993).

2.3 A violência contra a mulher a partir da perspectiva de gênero

Uma compreensão mais abrangente sobre o fenômeno da violência contra a mulher é alcançada por meio de estudos baseados na perspectiva de gênero. De acordo com esta, os papéis e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade e as relações estabelecidas entre ambos não são fatos naturais, que decorrem de seus aspectos biológicos, mas construções nas quais encontram-se implicados fatores sociais, políticos, econômicos, étnicos e culturais (Cantera, 2005; Dias & Machado, 2008; Sardenberg & Macedo, 2011). Assim, a variável sexo/gênero perpassa todas as relações homem-mulher, o que também inclui às referentes à violência nas relações afetivas (Cantera, 2005).

A diferenciação natural entre macho e fêmea tem sido utilizada há muito tempo como critério para a divisão sexual do trabalho, sendo designadas aos homens as tarefas de produção, e às mulheres as tarefas reprodutivas. E a partir dessa distinção, os estereótipos de gênero têm ganhado fundamentação científica, pois passou-se a destinar ao sexo masculino as

funções de caçador e provedor da prole, e ao feminino as funções de reprodução e cuidado, típicas das fêmeas. Essa divisão sexual de tarefas, arraigada no senso comum, torna natural que o homem seja responsável por manter a família e que para isso tenha que trabalhar fora de casa, enquanto que a sua parceira deve permanecer no ambiente doméstico onde pode criar os filhos (Cantera, 2005; Sardenberg & Macedo, 2011).

A noção de gênero, contudo, permite o entendimento de que ser mulher ou ser homem não implica em um fato biológico ou natural, mas que há uma série de fatores de ordem social, política, econômica, cultural e étnica que levam as pessoas a pensarem e se comportarem enquanto sexo masculino ou feminino (Scott, 1995). É o gênero que estrutura e torna legítima a divisão sexual do trabalho, como também os papéis sociais destinados aos sexos. Assim, as diferenças sexuais são construídas socialmente e culturalmente, por meio de uma série de elementos, e tomadas como naturais (Dias & Machado, 2008). Uma das consequências produzidas por essa naturalização é a desigualdade nas relações, caracterizadas historicamente pela subordinação feminina e pela dominação e violência masculinas (Araújo, 2008; Ramos & Roque, 2010; Saffioti, 2004; Sardenberg & Macedo, 2011).

O caráter social das relações entre os sexos pode ser mais bem compreendido considerando que sexo e gênero são elementos opostos. Sexo é entendido como os aspectos físicos/anatômicos que distinguem os machos das fêmeas da espécie humana (Cantera, 2005; Izumino, 2004; Sardenberg & Macedo, 2011). Em seu aspecto etimológico deriva do latim *sexus*, que por sua vez vem de *secare* – separar, dividir. Assim, sexo é o elemento que categoriza homens e mulheres em dois grupos distintos, inconfundíveis entre si. Essa divisão natural entre os sexos foi apropriada pela ciência biomédica que a converteu em critério de classificação dos seres humanos, tratando como desvios os elementos que não se encaixam nesse sistema normativo (Cantera, 2005).

Gênero, por outro lado, é uma questão cultural, que se manifesta nas diferentes maneiras que as sociedades humanas têm elaborado em torno das diferenças sexuais, e delas têm se apropriado, definindo e distinguindo o masculino e o feminino (Dias & Machado, 2008; Izumino, 2004; Martins, 2010; Sardenberg & Macedo, 2011). É o correspondente cultural do sexo, o senso de pertença a uma classe sexual específica. Assim, enquanto o sexo é a estrutura natural que constitui biologicamente as pessoas, o gênero é o constituinte psicossocial, que forma o núcleo da estrutura da personalidade, é o referente para a definição do eu, para a aceitação e interiorização dos papéis sociais e para a conquista da identidade social (Cantera, 2005).

A distinção entre sexo e gênero permite explicitar o caráter arbitrário dos termos feminino e masculino, tornando o “gênero” um conceito fundamental no campo de estudo das relações entre homens e mulheres. É por força das ideologias de gênero que homens e mulheres exercem diferentes funções no espaço social, bem como têm acesso desigual a fontes de renda e recursos materiais (meios de produção, capital) e não materiais (poder, educação) (Sardenberg & Macedo, 2011).

Ao longo da história, a noção de gênero foi utilizada por grupos feministas como arma teórica contra o ideal de determinismo biológico dos sexos, que oculta relações de poder. Para o feminismo as diferenças sexuais não justificam a desigualdade de gênero, atribuindo-lhe origem social, histórica e cultural. Assim, de acordo com o paradigma de gênero, as concepções de masculino e feminino não são características psicológicas derivadas de elementos biológicos, mas construções culturais reproduzidas socialmente (Izumino, 2004; Sardenberg & Macedo, 2011).

A perspectiva de gênero aparece, portanto, como o marco conceitual que permite focalizar a violência que acontece entre homens e mulheres, e mais especificamente nos casais, em relação com os ideais de masculinidade e feminilidade, partindo do entendimento

de que estes são construções socioculturais baseadas na desigualdade (Cantera, 2005). Assim, a violência no casal é entendida não como um processo natural das relações entre macho, considerado forte, valente, dominador, e fêmea, vista como frágil, obediente, submissa (Cortez & Souza, 2008; Ramos & Roque, 2010), mas como um processo histórico, proveniente de estruturas ideológicas (Cantera, 2005).

Para autoras feministas como Scott (1995), a categoria gênero constitui-se em um importante ângulo analítico para pensar a violência contra a mulher, e para compreender as relações de poder nela envolvidas. Essa autora explica que foi somente no final do século XX que começaram a aparecer preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise, ou seja, como meio para falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, pois até então as teorias feministas estavam baseadas em analogias como a oposição masculino/feminino, ou com a formação da identidade sexual subjetiva. Essa autora, apoiada em uma leitura genealógica, historiciza o conceito de gênero e propõe o seu uso como categoria analítica e instrumento metodológico para compreender como, no decorrer da história, foram produzidas e legitimadas as construções de saber e poder sobre a diferença sexual (Araújo, 2008).

Em sua definição de gênero, Scott (1995) parte de duas proposições, considerando-o como elemento que constitui as relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos, e como uma forma de dar significado às relações de poder. Uma importante característica dessa nova categoria analítica é a crítica às construções binárias que relacionam o sexo masculino ao poder e à supremacia, e o sexo feminino à obediência e à subordinação. A partir desse entendimento é possível desmistificar a crença em um poder absoluto do homem e uma impotência universal da mulher, considerando os diferentes modos de subjetivação vivenciados por ambos (Araújo et al, 2004).

Assim, evidencia-se que a dominação masculina não acontece da mesma maneira, bem como as mulheres não se sujeitam da mesma forma, sendo que cada um dispõe de estratégias de poder, dominação e submissão (Araújo et al, 2004). E isto faz com que a violência se manifeste de forma diferenciada nos diversos contextos sociais, tornando necessária uma análise do fenômeno que considere além dos aspectos universais, suas peculiaridades (Araújo, 2008). Portanto, ao se refletir sobre a problemática da violência contra a mulher faz-se necessário um olhar atencioso, que considere as diversas facetas que esse fenômeno pode envolver. Um tipo específico de violência contra a mulher é aquele que acontece nas relações íntimas de afeto mantidas por adolescentes, e que traz características muitas vezes diferentes daquelas presentes nos relacionamentos dos adultos, como se pode ver a seguir.

2.4 Violência nos relacionamentos afetivos de adolescentes

A revisão de literatura realizada até aqui mostrou o fenômeno da violência contra a mulher nos relacionamentos amorosos de pessoas adultas, apresentando-o enquanto uma prática sustentada pela cultura patriarcal e que encontra respaldo nas relações de gênero desiguais. De modo geral, na literatura científica tem predominado uma relevante produção acadêmica, nacional e internacional, sobre a violência contra a mulher perpetrada por pessoa com quem ela mantém ou mantinha uma relação afetiva, porém, ainda são poucos os estudos que têm focado esse tipo de violência nos relacionamentos de jovens e de adolescentes. A problemática da violência nas relações íntimas de jovens permanece marginalizada nos discursos sociais e da saúde, e quando comparada com a violência na vida adulta, os abusos cometidos contra adolescentes em relações afetivas tem recebido menor atenção da comunidade científica (Nascimento & Cordeiro, 2011; Soares, Lopes, & Njaine, 2013), apesar dessa prática também estar sustentada na lógica patriarcal e poder ter desfechos trágicos (Taquette, 2009).

Em um levantamento realizado no banco de dados da Capes no período de 1987 a 2007, constatou-se a inexistência de trabalhos sobre a violência nos relacionamentos afetivos entre adolescentes em âmbito nacional, fosse em dissertações de mestrado ou em teses de doutorado (Nascimento & Cordeiro, 2011). A mesma escassez de estudos também foi apontada por pesquisadores de outros países como Portugal, que somente no fim da década de 1990 começaram a perceber a necessidade de pesquisar o tema (Caridade & Machado, 2006). Um dos possíveis fatores que contribui para a pequena quantidade de estudos é a ideia de que não existe violência no namoro, devido à percepção de que a violência de gênero acontece apenas em relacionamentos mais estáveis e não em relações em que há pouco compromisso como o “ficar” e o namorar de adolescentes (Gomes, 2011). Outros fatores apontados são a dificuldade de definição da violência em relações como o namoro e a operacionalização desse conceito, pois não há um consenso sobre o mesmo (Rubio-Garay, Carrasco, Amor, & López-González, 2015), e a dificuldade dos pesquisadores em acessar a população adolescente devido à necessidade de consentimento dos pais (Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006).

É, portanto, recente a produção científica brasileira sobre a violência em relacionamentos afetivos do público juvenil, e um dos principais estudos foi a pesquisa “Vivência de violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes”, realizada através da parceria entre o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli - Claves, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Ensp e Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. Esse estudo realizado com 3,2 mil adolescentes de escolas públicas e privadas de dez capitais brasileiras, apontou que cerca de 9 em cada 10 jovens que estão em relações afetivas praticam ou sofrem variadas formas de violência, sendo que a agressão tornou-se sinônimo de domínio nas relações amorosas. O estudo também revelou que meninas e rapazes alternam os papéis de vítima e de autor a depender do momento e do meio em que vivem, sendo que

violências física, verbal, sexual e relacional são praticadas por ambos os sexos, mesmo que de modo diferente (Oliveira, Assis, Njaine, & Oliveira, 2011).

Assim, notam-se distinções entre a prática de violência que acontece nas relações íntimas de adolescentes quando comparada à violência conjugal de adultos (Schleiniger & Strey, 2013). De modo geral, alguns trabalhos apontam que no caso de adolescentes há uma simetria entre os gêneros no que diz respeito a sofrer e perpetrar violência nos relacionamentos afetivos (Antonio & Hokoda, 2009; Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010; Oliveira et al 2011), diferente do caso de adultos, em que quase sempre o homem figura como o principal agressor (Strey et al, 2004).

A literatura mostra que entre os/as adolescentes é comum haver modos de pensar e representações que legitimam situações de desigualdade nos relacionamentos afetivos, e por vezes, a violência. Um exemplo disto é encontrado no estudo realizado por Guevara e Gontero (2014) com 60 adolescentes de 16 a 20 anos em Córdoba, Argentina. A pesquisa revelou a presença de representações da masculinidade entre os/as adolescentes que vinculam-se com indícios de violência e desigualdade de gênero nas relações afetivas. Para a maioria dos rapazes e também para algumas moças, a masculinidade é percebida como hegemônica. Nesse contexto, os homens são vistos como devendo exercer os papéis de provedor e controlador do relacionamento, situação que quase sempre leva a atos como o controle da parceira, em termos do modo como deve se comportar e vestir, os locais a frequentar, as atividades que deve exercer, e as pessoas com quem mantêm amizade. Assim, as autoras concluem que apesar de haver mudanças na sociedade quanto às subjetividades de gênero, ainda persistem modos de pensar tradicionalistas, que funcionam como ordenadores das relações afetivas, levando, muitas vezes, a situações de violência com os/as parceiros/as íntimos.

Estudos mostram que há uma variedade de atos de violência presentes nos relacionamentos de adolescentes, tais como agressões físicas, psicológicas e sexuais. Porém, a violência psicológica tem se apresentado como a mais frequente (Beserra et al, 2015; Schleiniger & Strey, 2013). Os/as adolescentes apontam agressões verbais, tentativas de controle da vida por parte do/a parceiro/a, chantagens emocionais e pressões para a realização de certos atos ou adoção de determinadas condutas como os principais tipos de violência psicológica que sofrem em seus relacionamentos (Nascimento & Cordeiro, 2011; Oliveira et al, 2011).

Em relação às tentativas de controlar a vida do outro, quase sempre os/as adolescentes citam o controle do comportamento, das roupas usadas pelo/a parceiro/a, das pessoas com que mantêm conversa ou amizade, dos lugares que frequenta e também a checagem das agendas dos celulares e das redes sociais dos/as parceiros/as (Nascimento & Cordeiro, 2011; Oliveira et al, 2011). Já em relação às chantagens, destaca-se a pressão dos rapazes para manter relação sexual com as ficantes ou namoradas (Oliveira et al, 2011). Essa pressão incide tanto sobre as adolescentes, que muitas vezes são chantageadas pelos seus parceiros para aceitarem a relação sexual, como também incide sobre os rapazes, que sofrem pressão cultural para demonstrarem disposição ativa para o sexo, atributo que integraria sua masculinidade (Schleiniger & Strey, 2013).

Outra violência psicológica que incide nas relações afetivo-sexuais de adolescentes é a violência relacional. Esta caracteriza-se pela difamação ou uso de boatos que desacreditam o/a parceiro/a diante de seu círculo social e de amizade. Nesse tipo de violência é comum as moças desqualificarem a capacidade sexual dos seus parceiros, enquanto os rapazes tendem a divulgar intimidades do casal. Essas práticas têm por objetivo a exposição do outro através de noções culturais fundamentadas nos padrões de gênero, em que se tem como valor moral

feminino a continência sexual, enquanto do homem é esperado um exercício da sexualidade ancorado em valores machistas (Oliveira et al, 2011).

Porém, apesar da variedade de agressões psicológicas que são perpetradas nas relações afetivo-sexuais de adolescentes, esse tipo de violência ainda é subestimado. De modo geral, pouca atenção é dada à violência psicológica, especialmente às agressões verbais, insultos e xingamentos, que são percebidos como uma forma de comunicação dos/as jovens (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014). Pesquisa realizada com adolescentes brasileiros/as revelou altos índices de violência psicológica perpetrada em suas relações afetivo-sexuais. De acordo com o estudo, 85,3% dos/as jovens já haviam praticado alguma forma de violência verbal, fosse por meio de insultos, depreciação, fala em tom hostil, entre outros, sendo que muitos/as adolescentes além de darem justificativas para tais práticas, as concebiam como aceitáveis em seus relacionamentos, a partir do entendimento de que faziam parte da dinâmica relacional (Oliveira et al, 2011).

Esses resultados demonstram uma banalização da violência psicológica, que passa a ser vista como algo intrínseco às próprias relações humanas e, por isso, também acaba sendo reproduzida nos relacionamentos amorosos de forma indiscriminada. Contudo, é importante atentar ao fato de que esse tipo de agressão, além de provocar danos ao bem-estar psíquico das vítimas, quase sempre está associada à ocorrência de outros tipos de violência. Na pesquisa de Oliveira et al (2011), por exemplo, 32,3% dos/as adolescentes relataram vivenciar violências psicológica e sexual, e 24,9% alegaram sofrer em conjunto agressões física, psicológica e sexual.

Em relação à violência física, como foi apontado anteriormente, tanto moças quanto rapazes apresentam-se ora como agentes, ora como pacientes, revelando uma provável simetria de gênero quanto ao uso desse tipo de violência. Um estudo realizado na cidade do Recife com 302 adolescentes de escolas públicas e particulares, revelou que 19,9% desses

jovens praticaram violência física em seus relacionamentos afetivo-sexuais, sendo que as meninas apareceram como as maiores agressoras (21,8%) quando comparadas aos rapazes (17,4%), porém esta diferença não foi significativa (Barreira, Lima, & Avanci, 2013). Seguindo essa mesma linha, o estudo de Beserra et al (2015) realizado com 260 adolescentes que autodeclaravam ter namorado/a, revelou que a violência física foi apontada por 9,2% da amostra como fazendo parte de seus relacionamentos afetivos, sendo que as moças apareceram como as maiores perpetradoras de agressões físicas. Também no estudo de Oliveira et al (2011), constatou-se que as meninas despediam mais agressões físicas que os rapazes. Elas tendiam a dar tapas nos namorados e atirar objetos neles, com o intuito de humilhá-los ou se vingar de alguma traição. Porém, a mesma pesquisa também revelou que as agressões físicas, quando praticadas por rapazes, eram mais severas, levando às moças a sofrerem consequências graves, demandando mais cuidados emergenciais devido a lesões e traumas físicos.

De modo geral, estudos mostram que quando se analisam o contexto e as consequências da violência, as mulheres experimentam níveis mais elevados de agressões severas e têm reações emocionais mais acentuadas do que os homens (Caridade & Machado, 2006; Straus & Gozjolko, 2014; Taquette, 2009). As adolescentes e jovens que sofrem violência estão mais propensas a distúrbios psiquiátricos, têm menor autoestima, são mais inseguras e quando grávidas correm maiores riscos de abortamentos e mortalidade materna (Taquette, 2009).

No que diz respeito à violência sexual, o estudo de Beserra et al (2015) mostrou que adolescentes de ambos os sexos quase não se referiram a essa prática, sendo que apenas 4% alegaram serem vítimas, enquanto 1,7% admitiram ser perpetradores. No estudo de Oliveira et al (2011), porém, os resultados foram bem diferentes, revelando que 43,8% dos/as jovens relataram ter sofrido esse tipo de violência, não havendo diferenças entre os sexos, enquanto

38,9% declararam ser perpetradores/as, havendo, nesse caso, maior pontuação para os rapazes do que para as moças. O mesmo estudo mostrou que o ato de beijar forçadamente foi o fator responsável pelo elevado índice desse tipo de violência, que, geralmente, acontece em festas e eventos sociais frequentados pelos/as jovens.

Apesar do último estudo citado acima revelar a compreensão dos/as adolescentes em identificar a violência sexual, a literatura mostra que, com frequência, esse público não percebe as agressões praticadas em suas relações amorosas como abusivas, e especificamente, não reconhece as relações sexuais forçadas por seus/suas parceiros/as como violência (Caridade & Machado, 2008). Esse tipo de interpretação do fenômeno resulta em uma subestimação da real prevalência com que o mesmo acontece nos relacionamentos amorosos dos/as jovens.

Outro ponto a destacar sobre a violência sexual nos relacionamentos de adolescentes é que esta tende a ser mais perpetrada por rapazes do que por moças. A literatura tem apontado uma maior vitimização feminina e perpetração masculina no tocante às agressões sexuais (Caridade & Machado, 2008). Schleiniger e Strey (2013) destacam o papel “machista” atribuído aos homens e a pressão social que sofrem para manterem relações sexuais a qualquer custo, como alguns dos fatores explicativos para esse tipo de violência sexual contra as adolescentes. De acordo com essas autoras, a violência sexual praticada pelos rapazes é, muitas vezes, justificada por meio da associação entre a insinuação e a sensualidade das mulheres e as características biológicas masculinas, que, supostamente, levam o homem a perder o controle e partir para o ato sexual.

Contudo, Schleiniger e Strey (2013) também destacam a influência dos padrões hegemônicos de gênero na invisibilidade da violência sexual sofrida por homens. Com base nesses padrões, os rapazes não reconhecem que são vítimas desse tipo de violência, pois atribuem a dominação sexual somente ao sexo masculino, considerando ser impossível uma

moça abusar sexualmente de um rapaz. É devido a tais ideologias de gênero que muitos adolescentes sentem-se coagidos a exercerem sua sexualidade ativamente, mesmo quando não é da sua vontade, pois encontram-se sob o risco de serem considerados “frouxos” e/ou “gays” pelas moças e também por seus amigos. Desse modo, as autoras concluem que os/as adolescentes vivem sob a égide de um sistema de gênero, que tanto justifica a violência sexual dos rapazes, quanto contribui para a invisibilidade da violência praticada por meninas contra eles.

Outro ponto importante a destacar sobre a violência nas relações afetivas de adolescentes, refere-se à sua banalização ou mesmo naturalização. Assim, na sociedade em geral, e especificamente entre os/as adolescentes, é comum o discurso de que não existe violência no namoro ou no ficar, ou de que esta é parte integrante da relação, como uma maneira de demonstrar carinho e cuidado. No estudo de Beserra et al (2015), por exemplo, 40% dos/as jovens que sofreram violência em seus namoros relataram não ter tomado nenhuma atitude diante da agressão sofrida, e 18,7% a consideraram normal. Já na pesquisa de Nascimento e Cordeiro (2011), apesar dos/as jovens citarem diversos tipos de violência que podem acontecer em relações afetivo-sexuais, eles/elas não foram capazes de reconhecer como violência as proibições que aconteciam em seus próprios relacionamentos, tais como impedir o/a parceiro/a de frequentar atividades de lazer e diversão, ter amizades com pessoas do sexo oposto, usar certas roupas. Eles/elas também não viam como atos de violência checar celular e redes sociais do/a parceiro/a, trocar tapas e xingamentos, que eram, muitas vezes, encarados como brincadeiras.

De acordo com a literatura, a compreensão da violência nas relações afetivas enquanto uma prática natural ou mesmo corriqueira, deve-se a alguns fatores tais como a manutenção na sociedade de um ideário do amor romântico, em que a violência passa despercebida ou até mesmo é vista como demonstração de afeto (Castro, 2009; Nascimento &

Cordeiro, 2011; Oliveira et al, 2011; Rubio-Garay et al, 2015; Schleininiger & Strey, 2013). Assim, os/as jovens que compreendem o amor com base nesse idealismo tendem a invisibilizar a violência presente em seus relacionamentos, pois partem da crença de que o amor requer sacrifícios, e por isso devem suportar tudo em nome desse sentimento maior. É devido a crença de que o amor é provação e supera todas as dificuldades, que muitas moças e rapazes veem o ciúme excessivo de seus/suas parceiros/as e o controle como demonstração de cuidado e atenção, enquanto os maus-tratos, ofensas e abusos físicos são entendidos como provações que precisam ser suportadas, afim de que a felicidade plena seja alcançada (Nascimento & Cordeiro, 2011).

Outro fator que tem relevância no desencadeamento da violência nos relacionamentos afetivos de adolescentes refere-se às desigualdades de gênero presentes na sociedade. O modelo explicativo baseado no gênero envolve uma visão abrangente, que considera a estrutura macrossocial e a cultura, a partir do entendimento de que as relações afetivas entre adolescentes estão inseridas em contextos, que sofrem influências de modelos hegemônicos de gênero, podendo produzir violência e/ou contribuir para a invisibilidade da mesma (Gomes, 2011).

Apesar da violência nos relacionamentos afetivos de jovens não ser facilmente identificada e/ou reconhecida, ela pode provocar prejuízos ao seu bem-estar físico e psicológico. Estudos mostram que esse tipo de violência pode influenciar negativamente a saúde ao longo da vida (Beserra et al, 2015; Schleininiger & Strey, 2013). Assim, além dos danos imediatos sofridos ainda na adolescência, os/as jovens que passam por situações de violência em suas relações afetivo-sexuais, são mais propensos a apresentarem sintomas de depressão e ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, insucesso escolar e ideação suicida (Caridade & Machado, 2006).

E, além das consequências que atingem diretamente o/a adolescente, a literatura tem apontado que a violência nas relações afetivo-sexuais pode ser um importante preditor de futuros episódios de violência conjugal na vida adulta (Castro, 2009; González-Ortega, Echeburúa, & Corral, 2008; Minayo et al, 2011; Moreira, 2007; Strey et al, 2004). As crenças, percepções e valores de gênero que enraízam a violência enquanto uma prática natural e que faz parte das relações afetivas, provavelmente são cultivados na fase da adolescência e tendem a se manter ao longo do desenvolvimento, embasando a violência que incide na vivência conjugal, especialmente aquela que acontece contra a mulher.

Como já foi apontado anteriormente, a violência em relações como o namoro e o ficar tende a ser simétrica, ou seja, moças e rapazes figuram ora como agressores e ora como vítimas de maus-tratos físicos, psicológicos e sexuais (Antonio & Hokoda, 2009; Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010; Oliveira et al 2011). Contudo, nos relacionamentos conjugais, a literatura científica aponta haver um consenso quanto às mulheres serem as principais vítimas da violência, deferida pelos maridos e ex-maridos (Strey et al, 2004). Uma possível explicação para a diferença observada no uso da violência entre casais de namorados e ficantes adolescentes quando comparada a cônjuges adultos, reside no fato de que a adolescência é uma fase de experimentações em que a violência nas relações íntimas ainda é manifestada de modo mais similar entre os gêneros. Porém, no caso de adultos, as normas de gênero apresentam-se mais intensificadas e inflexíveis, levando a manifestações da violência mais próximas dos padrões tradicionais, que a localizam no sexo masculino (Oliveira et al, 2014). Desse modo, a violência contra a mulher que acontece em um relacionamento conjugal, pode estar relacionada com episódios de violência que tiveram início nas relações íntimas mantidas na adolescência, e que eram praticados de modo indiscriminado entre meninas e rapazes, perpetuando-se como um modelo a ser reproduzido na vida adulta.

Assim, considerando que a violência nas relações de intimidade de jovens traz consequências para o seu bem-estar físico e psicológico e que, possivelmente, existe uma relação entre a violência praticada nos relacionamentos da juventude e aquela que acontece na vida conjugal, especialmente a violência contra a mulher, faz-se relevante compreender os pensamentos e significados atribuídos pelos/as os/as adolescentes às agressões e abusos que acontecem em seus relacionamentos afetivos e, especificamente, as representações que mantêm acerca do fenômeno da violência contra a mulher. Esse conhecimento torna-se um meio importante para se desenvolver trabalhos que visem a modificação de tais modos de pensar e práticas em seus relacionamentos atuais, e a possível prevenção da violência conjugal na vida adulta.

A partir desse entendimento, no próximo capítulo será apresentada a teoria das representações sociais, enquanto aporte teórico que possibilitará o estudo dos significados, valores e práticas atribuídos ao fenômeno da violência contra a mulher pelo público adolescente, considerando também os significados atribuídos à violência que pode estar presente em seus relacionamentos afetivos.

Capítulo 3 – Representações Sociais

Neste capítulo é apresentada a teoria das representações sociais – RS, na acepção de Moscovici e Jodelet, com ênfase para sua gênese e principais características. É dado destaque para sua origem psicossocial e seu aspecto transdisciplinar que possibilita estudá-la em articulação com outras áreas do conhecimento. Também são apresentadas as principais funções a que servem as RS, destacando seus mecanismos de origem, a ancoragem e a objetivação. Em seguida é apresentada a relação das RS com a violência contra a mulher, em que é dada justificativa para a compreensão desse fenômeno como um objeto de representação, considerando sua apropriação nas diversas esferas sociais, e a mobilização de afetos, crenças e atitudes em torno do mesmo. Por fim, é abordada a importância de conhecer as RS da violência contra a mulher nas relações afetivas elaboradas por adolescentes, o que pode proporcionar elementos importantes na compreensão desse fenômeno e também propiciar a reflexão sobre a prevenção do mesmo nessa faixa etária.

3.1 A Teoria das Representações sociais

Todas as vezes em que as pessoas se deparam com situações novas em suas vidas ou com acontecimentos inesperados, elas tendem a buscar compreendê-los o mais rápido possível, a fim de que tais situações, até então estranhas, tornem-se assimiláveis. Para isso, elas tendem a buscar ideias, modos de pensar e se comportar com os quais estejam habituadas para dar conta dos novos fenômenos. Assim, vão sendo criados universos consensuais no âmbito dos quais as novas representações são produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse universo não mais como simples opiniões, mas como “teorias” do senso comum (Moscovici, 2010). Essas teorias podem ser entendidas como construções esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto, facilitar a comunicação e orientar condutas. Elas

também ajudam a forjar a identidade grupal e o sentimento de pertença do indivíduo ao grupo (Alves-Mazzotti, 2008). Tais modalidades de conhecimento que são desenvolvidas para abarcar a realidade e que são tomadas como verdadeiras constituem aquilo que Moscovici chamou em 1961 de representações sociais (RS) (Almeida, Santos, & Trindade, 2000).

A teoria das representações sociais é considerada uma forma sociológica de psicologia social, originada na Europa com a publicação feita pelo psicólogo social Serge Moscovici de seu estudo sobre a representação social da psicanálise: *La Psychanalyse: son image et son public* (Sá, 1995). Por meio desta obra, Moscovici apresenta o trabalho que desenvolveu com o intuito de compreender como a psicanálise, teoria emergida dos círculos científicos, passou a ser significada e apropriada pela população francesa e pela mídia impressa (Oliveira & Werba, 2013). Com esta obra, ele também marcava uma clara distância das formas psicológicas de psicologia social que costumavam ser predominantes nos Estados Unidos da América, influenciadas por um ideal positivista de ciência (Farr, 2008).

Moscovici revelou que sua intenção era redefinir o campo da psicologia social a partir da teoria das representações sociais, enfatizando sua função simbólica e seu poder de construção do real (Alves-Mazzotti, 2008). Era também uma maneira de expandir os campos de interesse de tal área, cuja tradição behaviorista tinha limitado ao estudo do indivíduo, dos pequenos grupos e das relações não formais (Jodelet, 1984). Assim, a teoria das RS foi um marco para a psicologia social, pois lhe promoveu um processo de renovação temática, teórica e metodológica (Sá, 1995).

Em pouco tempo após sua introdução na psicologia, o estudo das representações sociais passou a interessar diversos pesquisadores, que buscavam entender o papel do simbólico na orientação das condutas humanas. Esse interesse crescente permite a afirmação de que o estudo pioneiro de Moscovici se constituiu em um novo paradigma na psicologia

social, pois lançou as bases conceituais e metodológicas sobre as quais novos estudos e aprofundamentos teóricos puderam ser desenvolvidos (Alves-Mazzotti, 2008).

Apesar de seu crescente uso e difusão na psicologia social, o conceito de representação social tem suas origens na sociologia de Durkheim, especificamente no conceito de representação coletiva proposto por esse autor (Jodelet, 1984; Sá, 1995). Durkheim partia do entendimento de que a vida social produzia representações coletivas que se impunham de forma inconsciente às pessoas, determinando a forma de pensamento organizado (Castro, 2002). Por meio desse conceito, ele procurava abranger fenômenos como a ciência, a religião, os mitos, as categorias de espaço e tempo, entre outros, em termos de conhecimentos inerentes à sociedade (Sá, 1995). Moscovici, contudo, mostrou que essa noção além de se referir a uma classe muito geral de fenômenos psíquicos e sociais, também não se ocupava de explicar os processos que os originavam. Além disso, a noção de representação coletiva, pela sua essência estática, não era capaz de abranger a complexidade das sociedades contemporâneas, caracterizadas pela multiplicidade de sistemas filosóficos, religiosos, políticos e pela rapidez com que se difundiam as representações (Farr, 2008; Sá, 1995).

Assim, a noção de representações sociais desenvolvida por Moscovici, diferente das representações coletivas, não provem de uma imposição da organização da sociedade sobre as pessoas. Elas acontecem no universo interior dos indivíduos, mas estão dotadas de atributos que lhes permitem a alcunha de sociais (Castro, 2002). Segundo Moscovici (1978) há algumas características que conferem o caráter social às representações, a saber: têm sua expressão por grupos sociais; são engendradas de modo coletivo; e exercem importante contribuição para os processos de orientação das comunicações sociais e para a elaboração de comportamentos.

Desse modo, o conceito de representação social proposto por Moscovici assumiu um caráter psicossocial, na medida em que tornou dialéticas as relações entre indivíduo e

sociedade, e também acabou afastando-se da visão sociologizante de Durkheim e da perspectiva psicologizante da psicologia social da época (Alves-Mazzotti, 2008).

Além de explicitar os aspectos externos ao conceito de RS, como a sua origem vinda das representações coletivas de Durkheim e suas características que a diferenciam desse conceito, Moscovici também aborda a sua elaboração interna. Ele explica que as representações sendo um conjunto de proposições, ações e avaliações provenientes da opinião pública, estão organizadas de variados modos conforme as classes, culturas ou grupos e constituem assim diversos universos de opiniões. Esses universos, por sua vez, compõem-se de três dimensões: a atitude, que é uma organização psíquica que pode ter orientação positiva ou negativa; a informação, ou seja, os conhecimentos que o grupo dispõe sobre o objeto; e o campo da representação que remete a ideia de imagem, como conteúdo das proposições, relacionada ao aspecto específico da representação (Castro, 2002). Essas três dimensões da RS fornecem o conteúdo e o sentido que um grupo atribui à mesma.

Contudo, apesar das RS se manifestarem como elementos cognitivos, a saber, imagens, conceitos, teorias, categorias, elas não se reduzem a esses componentes. A sua origem social faz com que tenham de ser analisadas a partir de seu contexto de produção, isto é, a partir dos papéis ideológico e simbólico a que servem, considerando também as formas de comunicação em que são divulgadas na sociedade. Aqui, aparece, portanto, o papel da psicologia social que tem situado a teoria em uma dimensão psicossocial, e assim, rompido com a dicotomia entre o psicologismo e o sociologismo comum às produções teóricas da época (Spink, 1993).

A localização das RS na encruzilhada entre conceitos sociológicos e conceitos psicológicos também faz com que sua definição e tratamento sejam dotados de certa complexidade. Desse modo, considera-se por um lado o funcionamento dos sistemas cognitivo e psíquico e, por outro lado, o funcionamento do sistema social, e dos grupos na

medida em que estes encontram-se relacionados com a origem, a estrutura e a evolução das representações e também são afetados por elas (Jodelet, 1989).

Devido ao fato das RS possibilitarem compreender os significados que as pessoas atribuem ao mundo e a si mesmas, e os processos subjacentes a esses significados, essa abordagem teórica tem sido bastante profícua, e tem despertado o interesse de outras ciências como a antropologia, a linguística, a sociologia, a história (Almeida, Santos, & Trindade, 2000). As RS também são pesquisadas em suas relações com a ideologia, com os sistemas simbólicos e as atitudes sociais, e com o campo da psicologia cognitiva e da cognição social. Tal multiplicidade de relações com disciplinas vizinhas atribui às representações um estatuto transversal que inter-relaciona e articula os pontos de vista de diversos campos de pesquisa. Portanto, é nesta transdisciplinaridade, que marca o conceito das RS, que se encontra uma das suas principais contribuições (Jodelet, 1989).

A transdisciplinaridade das RS também pode ser entendida explicitando as múltiplas dimensões abarcadas por seu campo de estudos. Assim, por meio dessa perspectiva, é possível deixar de lado a divisão de territórios das disciplinas e indicar os aspectos a serem abordados na teoria, definidos em um esquema onde se destacam dois eixos principais. O primeiro refere-se às representações como formas de conhecimento relacionadas à práxis, e orientadas para a compreensão do mundo e para a comunicação. No segundo eixo as representações aparecem como elaborações, isto é, construções que têm caráter expressivo e simbólico, de sujeitos sociais sobre objetos que têm valor social (Spink, 1993).

Enquanto formas de conhecimento, as RS inserem-se entre as correntes que estudam o saber do senso comum, ou seja, o pensamento leigo, muitas vezes considerado como uma forma de conhecimento desarticulada, fragmentada, pré-lógica (Almeida et al, 2000). Tal postura assumida pelas representações rompe com as vertentes clássicas das teorias que consideram como válidos apenas os saberes que emergem das ciências, ou seja, os saberes

formalizados e reconhecidos institucionalmente. As RS, pelo contrário, interessam-se pelo saber independente de que seja formalizado ou não, e assim, superam a separação entre ciência e senso comum, considerando ambos como construções sociais provenientes de determinações sócio-históricas de épocas específicas (Spink, 1993).

Já no que se refere à elaboração das representações, estas são vistas como construções do sujeito enquanto ser social. Ou seja, sujeito que não é apenas produto de determinações sociais nem produtor sozinho, considerando que as representações são sempre construções que resultam dos contextos em que são engendradas e onde circulam. Elas também correspondem a uma expressão da realidade intraindividual, uma exteriorização do afeto (Spink, 1993). Segundo Jodelet (1989), as representações sociais devem ser estudadas em sua articulação com elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando a cognição, linguagem e a comunicação às relações sociais, que atuam na elaboração das representações e à realidade material e social sobre a qual elas intervêm.

Neste eixo destaca-se ainda a particular relação entre indivíduo e sociedade, que distancia-se tanto do determinismo social, que concebe o homem como produto da sociedade, quanto de um individualismo puro. Caracteriza-se, pois, por um posicionamento integrador, que considera o homem no processo histórico, mas permite a atuação da subjetividade. E assim, ao dar espaço para a subjetividade, lança luz sobre a questão do afeto, considerando as RS como expressões cognitivas que são permeadas pela dimensão afetiva. Por fim, esse eixo também permite pensar a ideia de construção das RS, destacando o fato de que sendo representações de um sujeito sobre um objeto não são meras reproduções desse objeto. As representações são sempre interpretações da realidade, sendo que essa relação com o real é mediada por categorias que tem origem subjetiva e também social (Spink, 1993).

Assim, a teoria das RS considera que não existe um corte estabelecido entre o universo interior do sujeito e o universo exterior onde está o objeto. A fim de explicar mais

detalhadamente esse aspecto, o próprio Moscovici estabelece uma comparação das RS com as noções de opinião, atitude e imagem. Segundo ele, esses conceitos supõem que existe um estímulo externo ao qual o sujeito deve dar uma resposta. Contudo, no que alude às RS, parte-se da proposição de que os universos externo e interno do sujeito não estão separados (Sá, 1995). Assim, no ato de representar, ele, ao invés de reproduzir de modo passivo o objeto, o reconstrói e nesse processo também se constitui como sujeito, pois se situa nos universos social e material. Ademais, Moscovici também explica que as RS compartilham com as opiniões e as atitudes a característica de ser uma preparação para a ação. Porém, diferentes dessas, as RS não apenas orientam o comportamento, mas reorganizam os elementos do ambiente onde o comportamento deve ter lugar, e o integra a uma rede de relações da qual o seu objeto faz parte (Alves-Mazzotti, 2008).

Assim, considerando tais características, as representações sociais são definidas por Moscovici (2010) como teorias coletivas sobre o real, sistemas de conceitos e valores dotados de uma linguagem e uma lógica próprios, que têm por função determinar o campo das comunicações, dos valores ou ideias compartilhadas pelos grupos e reger as condutas desejáveis ou admitidas. Conceituação ainda mais completa foi dada por Jodelet (1984), que define as RS como modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e a compreensão do contexto social, material e ideativo, possibilitando o desenvolvimento de identidade pessoal, guiando os comportamentos das pessoas e contribuindo para a construção de uma realidade comum. Portanto, de modo geral, os dois estudiosos caracterizam as RS pela capacidade de atribuir significado ao mundo real e pela orientação de comportamentos.

Em sua teoria, Moscovici (2010) explana sobre a existência de dois diferentes tipos de universos de pensamento na sociedade: os universos reificados e os universos consensuais. Sá (1995) descreve os universos reificados como mundos circunscritos, onde são produzidos e circulam os conhecimentos científicos e o pensamento erudito. Esses saberes caracterizam-se

pelo seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, especialização e estratificação hierárquica. Nesses universos a sociedade é compreendida como um sistema em que há papéis e classes diferenciadas e onde prevalecem desigualdades entre seus membros (Oliveira & Werba, 2013). Os universos consensuais, pelo contrário, referem-se às atividades intelectuais da interação social cotidiana, através das quais são produzidas as RS. Os saberes do senso comum, que são aí elaborados, obedecem a uma lógica diferente daquela encontrada nos universos reificados, caracterizando-se menos pela objetividade e mais pelo compartilhamento de sentimentos de verossimilhança e consensualidade (Sá, 1995). Nos universos consensuais a sociedade é percebida como um grupo de pessoas que são iguais e livres, e por isso cada um pode falar em nome dos demais do grupo (Oliveira & Werba, 2013). Geralmente, o conhecimento não familiar é produzido nos universos reificados e deve então passar para os universos consensuais onde ganhará sentido e se tornará um novo saber do senso comum, ou seja, uma RS.

A transformação de saberes que causam estranheza em conhecimentos familiares ocorre por meio de dois processos que estão na origem das representações sociais e que lhes dão sua dimensão psicossocial: a ancoragem e a objetivação. De acordo com Moscovici (2010), o mecanismo denominado ancoragem tenta, como o próprio nome diz, ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e imagens comuns, familiares. Ele dá o exemplo de uma pessoa religiosa que tenta relacionar uma nova teoria ou o comportamento de um estranho com sua escala de valores religiosos. Assim, o processo de ancoragem tem a função de dar ao objeto um sentido inteligível dentro de um contexto, constituindo-se em uma rede de significações em torno do mesmo, relacionando-o a valores e práticas sociais (Martins, Trindade, & Almeida, 2003).

Esse processo também pode ser compreendido como um movimento que implica em juízo de valor, pois faz com que o “novo” seja classificado dentro de uma categoria e passe a

assumir suas características, tornando-se assim familiar e compreensível. O surgimento da AIDS, por exemplo, provocou perplexidade e confusão entre as pessoas que não conseguiam entender a dimensão dessa nova ameaça. Assim, para dar conta da compreensão do novo fenômeno, o senso comum passou a ancorá-lo como um mal contagioso, uma peste que atingia especificamente os homossexuais, ficando conhecida como a “peste gay”. Desse modo, apesar de sua dimensão preconceituosa e errônea, a representação da AIDS como um mal que só atingia os homossexuais, tornava a doença menos ameaçadora, pois já havia sido dotada de significado e incorporada pelo senso comum (Oliveira & Werba, 2013).

Já o propósito do outro mecanismo, a objetivação, é fazer com que algo abstrato torne-se quase concreto, transferindo o que está na mente em algo presente no mundo físico. É o processo por meio do qual os entes imaginários da representação adquirem materialidade, passando a assumir a realidade de algo tangível. Portanto, a objetivação leva a passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou imagens concretas, os quais, pela generalidade de seu emprego, transformam-se em “reflexos do real” (Alves-Mazzotti, 2008). Para exemplificar esse processo Moscovici (2010) cita a religião. Ele explica que ao chamar Deus de pai, acontece um processo de objetivação, pois se atribui a uma figura nunca vista, Deus, uma imagem que é conhecida por todos, que é a figura paterna, facilitando assim a compreensão do que seja essa entidade.

Jodelet (1984), por sua vez, define a objetivação como uma operação formadora de imagens e estruturante, que permite intercambiar percepção e conceito. Segundo ela, a objetivação acontece em três etapas, a saber: seleção e descontextualização, formação de um núcleo figurativo, e naturalização, as quais exemplifica com a psicanálise e o modo como foi objetivada pelo senso comum. A primeira fase relaciona-se ao processo por meio do qual o sujeito explora e seleciona as informações que circulam acerca do objeto da representação. Ele absorve alguns elementos e descarta outros em função de critérios culturais e

principalmente de critérios normativos, pois somente se procura reter aquilo que está em consonância com o sistema de valores do grupo social ao qual se pertence. No caso da psicanálise, por exemplo, as proibições sociais relativas à sexualidade fizeram com que a mesma ficasse oculta nas representações sociais elaboradas pela população francesa. Na fase seguinte, para haver a formação do núcleo figurativo, uma estrutura de imagem reproduz de modo visível a estrutura conceitual, o que possibilita a compreensão dos elementos da representação de forma individual e em suas relações. No caso da RS da psicanálise, o consciente e o inconsciente são visualizados no núcleo por meio de sua posição por cima e por baixo de uma linha de tensão na qual está presente o conflito repressivo, fonte do complexo. Por último, a fase da naturalização faz com que os elementos do núcleo figurativo, que são elementos do pensamento, se transformem em elementos da realidade. Assim, na representação da psicanálise, o inconsciente é visto como inquieto, os complexos são agressivos e as partes conscientes e inconscientes do indivíduo se encontram em conflito (Jodelet, 1984).

Portanto, os dois processos descritos aqui, ancoragem e objetivação, permitem visualizar como o funcionamento do sistema cognitivo interfere no social e como o social interfere na elaboração cognitiva (Alves-Mazzotti, 2008). Ou seja, como os dois processos se engendram mutuamente na formação das representações, por meio da transformação do desconhecido em algo familiar. Primeiro, transferem o que é estranho para a esfera particular, onde pode ser comparado e interpretado e depois, o reproduz entre as coisas que podem ser vistas e tocadas e assim também controladas. Portanto, os dois mecanismos que dão origem às representações sociais, isto é, a ancoragem e a objetivação, articulam as três funções básicas das representações, a saber: a função cognitiva de investigação da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais (Jodelet, 1984).

É, justamente, devido a essas funções que a teoria das representações sociais tem sido motivo de interesse de diversos pesquisadores, pois seu estudo permite compreender os mecanismos que levam ao desenvolvimento de cognições e atitudes que permeiam, significam e orientam as relações humanas em diversos âmbitos sociais, e em face de uma série de fenômenos. A teoria das RS tem embasado estudos sobre drogas (Coutinho, Araújo, & Gontières, 2004; Medeiros, Maciel, Sousa, Tenório-Souza, & Dias, 2013; Oliveira, Paiva, & Valente, 2006; Giacomozzi, 2011), envelhecimento (Magnabosco-Martins, Vizeu-Camargo, & Biasus, 2009; Araújo, Coutinho & Santos, 2006; Areosa, Bevilacqua, & Werner, 2003) e AIDS (Torres & Camargo, 2008; Gomes, Silva, & Oliveira, 2011; Gomes et al, 2012), sendo que um tema que tem despontado com certa frequência nesse campo de estudos é o da violência contra a mulher, como será explicitado a seguir.

3.2 Representações sociais e violência contra a mulher

A violência contra a mulher é um fenômeno de relevância social e que tem repercussão na contemporaneidade, sendo que afeta as esferas da saúde, da educação e da segurança pública, e suscita discussões na mídia e nas conversações cotidianas, mobilizando afetos e propiciando a elaboração de saberes em variados meios sociais, principalmente ao longo das últimas duas décadas. Assim, considerando que uma representação social é um sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado (Moscovici, 1978), pode-se dizer que a violência contra a mulher é um objeto de representação, pois faz parte da vida cotidiana, sendo tema de programas de TV, de campanhas educativas nos meios de comunicação e na internet, e de políticas sociais. Também no ano de 2015, a mesma foi tema de redação da prova do Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, que avalia esse nível de ensino e é critério para ingresso em diversas universidades do país. Devido a essas razões pode-se afirmar que a violência contra a mulher constitui-se em um fenômeno que está em discussão

na sociedade brasileira. Assim, as representações sociais acerca desse objeto são elaboradas com base nos conhecimentos divulgados pela mídia e também nos saberes práticos e vivenciais do senso comum, que funcionam no sentido de interpretar e agir sobre a realidade.

Nos universos consensuais é onde ocorre a produção das representações, isto é, onde elas são engendradas com base nos conhecimentos sociais, e divulgadas nas conversações cotidianas e no imaginário popular (Moscovici, 2010). É, portanto, nesse âmbito que são elaboradas as representações sociais da violência contra a mulher. Entre as fontes de onde emanam saberes que, ao serem incorporados pelo senso comum, permitem a elaboração dessas representações, destacam-se as seguintes: o feminismo, a mídia sensacionalista e as políticas governamentais.

O feminismo, ao longo de décadas, tem lutado pelo reconhecimento da violência contra a mulher como um crime e atribui como causa desse fenômeno as desigualdades de gênero e a assimetria de poder entre os sexos (Brazão & Oliveira, 2010; Taquette, 2009). O movimento feminista, por meio de suas lutas, tem permitido a muitas mulheres a conscientização sobre a situação de abuso em que vivem, levando a imersão de representações sociais ancoradas no ideal de libertação feminina e da necessidade de pôr fim à violência.

A mídia sensacionalista, por sua vez, principalmente a televisiva, veicula notícias sobre a violência contra a mulher, explorando ao máximo os acontecimentos, expondo as vítimas e muitas vezes divulgando informações que levam a banalização do problema (Cantera, 2005). As RS que emergem daí podem estar ancoradas na visualização da violência contra a mulher como uma prática corriqueira e natural, quase impossível de ser combatida, assim como a fome e as catástrofes ambientais.

Já as campanhas governamentais, veiculadas nos meios de comunicação, têm focado a importância de denunciar a violência contra a mulher, a exemplo do Disque 180 e da divulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), importante instrumento legal em

defesa da mulher, que criminaliza esse tipo de violência, protegendo a vítima e punindo o agressor (Santos, 2008). A partir desses mecanismos, a violência contra a mulher é representada como um ato desumano, o qual precisa ser combatido mediante ação legal, concebendo a mulher como cidadã de direito, que deve gozar de mesma liberdade que o homem.

Contudo, ao lado das fontes de informação que permitem visualizar a violência contra a mulher como um problema que merece atenção especial e que deve ser banido da sociedade, ainda coexistem no imaginário popular modos de pensar tradicionalistas, baseados no patriarcado, que concebem de modo desigual as relações entre os sexos. Assim, muitas vezes, os homens são vistos como superiores às mulheres, mais racionais, os “cabeças” da família, enquanto as mulheres são percebidas como frágeis, emotivas e complicadas, devendo ser guiadas (Strey et al, 2004). Nessa concepção, ao homem é permitido controlar os comportamentos e a sexualidade femininos, podendo valer-se, muitas vezes da violência a fim de que essa dominação esteja garantida (Cantera, 2005). As RS que daí emanam ancoram a violência nas práticas de regulamentação e de domesticação da mulher pelo homem, sendo entendida como um ato normal nas relações privadas dos casais, e que ninguém pode interferir devido a sacralidade familiar. Este fato é atestado por músicas e ditados proeminentes no imaginário popular, que legitimam a violência nessas relações e até mesmo incentivam essa prática, além de desmotivarem a denúncia, como pode ser visto nos exemplos a seguir: “entre tapas e beijos, é ódio, é desejo”, “quando a gente tá junto tem briga, quando se separa saudade”, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” (Assis, 2014).

Assim, nota-se que, na sociedade em geral, há divulgação de informações sobre a violência contra a mulher, especialmente na mídia, o que torna o conhecimento sobre esse fenômeno acessível a todos e permite a elaboração de RS. A fim de identificar se o tema da

violência contra a mulher também tem sido considerado um objeto de RS por parte dos pesquisadores, foi feito um levantamento na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Escolheu-se como tipo de literatura a ser consultada, textos em formato de artigo, a partir do entendimento de que este formato de estudo tem maior circulação nos meios acadêmico e profissional (Bastos & Deslandes, 2005). Não houve estipulação de tempo em relação ao ano de publicação dos trabalhos, sendo considerados todos os artigos disponíveis no portal, independente do ano em que foram publicados. Como chave de busca foram utilizados os descritores “representações sociais” e “violência”, sendo encontrados 134 artigos. A partir da leitura de seus resumos e palavras-chave foram identificados 11 artigos que tratam do estudo das representações sociais, seja diretamente das RS da violência contra a mulher, ou de aspectos referentes à mesma. Estes trabalhos estão divididos da seguinte forma: três buscam conhecer as RS da violência contra a mulher elaboradas por mulheres, sendo que um analisa as RS da violência e os principais prejuízos causados nas esferas sociais, psicológicas e ocupacionais em mulheres que sofreram agressões de seus companheiros (Fonseca, Ribeiro, & Leal, 2012); um considera as RS da violência e sua relação com a qualidade de vida (Palhoni, Amaral, & Penna, 2014); e o outro busca conhecer as RS da violência sexual e sua relação com a adesão ao protocolo de quimioprofilaxia do HIV em mulheres jovens e adolescentes (Procópio, Feliciano, Silva, & Katz, 2014). Quatro artigos têm por objetivo apreender as RS elaboradas por profissionais e/ou gestores de saúde, sendo que um busca analisar as RS da violência sexual elaboradas por profissionais que trabalham em um contexto de assistência pré-natal de maternidades do Rio de Janeiro (Cavalcanti, Gomes, & Minayo, 2006); um tem por objetivo apreender as RS da violência contra a mulher em enfermeiras (Leal, Lopes, & Gaspar, 2011); um analisa as RS de profissionais, trabalhadores e gestores da saúde acerca da violência que sofrem as mulheres que vivem em comunidades rurais (Costa, Lopes, & Soares, 2014); e um tem por objetivo apreender as RS de profissionais da saúde

acerca da assistência prestada às mulheres em situação de violência conjugal (Bispo, Almeida, & Diniz, 2007). Outros três artigos abordam as RS elaboradas por homens, sendo que dois têm o objetivo de compreender a violência conjugal por meio das representações sociais elaboradas por homens que haviam agredido suas companheiras (Alves & Diniz, 2005; Gomes & Diniz, 2008); e no outro artigo, busca-se compreender os elementos que constituem a identidade de homens que violentam suas parceiras a partir das RS elaboradas pelos mesmos (Gomes & Freire, 2005). Entre os artigos encontrados, apenas um utiliza-se de pesquisa bibliográfica e tem como objetivo identificar as RS da violência sexual contra a mulher adulta na produção científica nacional sobre o tema, por meio da base de dados Scielo (Scarpatti, Rosa, & Guerra, 2014).

Além da pesquisa realizada na BVS, que identificou artigos referentes às RS da violência contra a mulher, também buscou-se outras produções científicas, como teses e dissertações, que fazem alusão ao mesmo tema. Assim, foi feita uma consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, por meio das palavras-chave “representações sociais” e “violência contra a mulher”. Não houve estipulação de tempo em relação ao ano de publicação para a busca de trabalhos, sendo consideradas todas as teses e dissertações disponíveis de modo integral na base de dados, que faziam alusão ao tema de busca. Foram identificados 12 trabalhos que abordam diretamente em seu objetivo o estudo das representações sociais da violência contra a mulher. Esses trabalhos estão distribuídos da seguinte forma: 04 abordam as RS elaboradas por profissionais da saúde e/ou gestores da atenção básica acerca da violência contra a mulher (Costa, 2012; Dal’ri, 2007; Leal, 2010; Silva Filho, 2013); em 04 busca-se identificar as RS elaboradas pelas próprias mulheres vítimas de violência (Mateus, 2015; Campos, 2013; Palhoni, 2011; Queiroz, 2004); em um estudo o objetivo é identificar as RS elaboradas por agentes policiais e moradores de comunidades pacificadas do Rio de Janeiro (Damasceno, 2014); em outro busca-se verificar

as RS elaboradas por agentes policiais de Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais que trabalham diretamente na aplicação da Lei Maria da Penha (Lemos, 2010); em outro estudo o objetivo é identificar as RS da violência contra a mulher presentes em matérias de webjornais (Cardoso, 2015); e em um busca-se verificar as RS elaboradas por professores/as e alunos/as da rede pública acerca da violência contra a mulher (Santos, 2012).

Também, por meio da mesma chave de busca, foram encontrados outros 06 trabalhos que têm como objetivo principal o estudo das representações sociais. Um estudo aborda as RS elaboradas por mulheres em situação de violência intrafamiliar acerca do comportamento agressivo do homem (Nóbrega, 2011); em outro, o foco são as RS de gênero na violência contra a mulher, ou seja, as representações de homem e mulher, em homens que agrediram mulheres e em mulheres que foram agredidas por homens (Parada, 2014). Em outro trabalho o objetivo é investigar as RS de gênero elaboradas por mulheres evangélicas vítimas de violência doméstica, buscando entender como essas representações estruturam suas vidas para lidarem com a questão da violência sofrida em seus lares (Vilhena, 2009). Outros três trabalhos têm como foco as representações sociais da mulher em bases documentais e/ou midiáticas. Em uma dissertação, por exemplo, o foco é investigar as RS femininas forjadas nas crônicas e artigos publicados em um órgão jornalístico da cidade de Goiás entre os anos de 1930 e 1936 (Diniz, 2013). Em outra dissertação o objetivo é investigar na literatura do romancista Jorge Amado, as RS sobre as personagens femininas que se prostituem (Brívio, 2010). Já em outro trabalho, busca-se analisar as imagens e representações sociais sobre as mulheres veiculadas pela mídia televisiva, especificamente em relação aos usos do corpo feminino em propagandas de cerveja (Cruz, 2008).

Com base nos trabalhos acima citados, dissertações, teses e artigos, pode-se dizer que o estudo das RS também tem envolvido o tema da violência contra a mulher, seja a partir de representações diretas desse tipo de violência ou de aspectos relativos à mesma como as

representações de gênero, por exemplo. O tema da violência contra a mulher tem atraído a atenção dos pesquisadores nos programas de Pós-graduação, sejam mestrados ou doutorandos, nas diversas regiões do país. As teses e dissertações supracitadas provêm de universidades de diversos estados da federação, a saber, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Norte.

No que se refere aos artigos encontrados na BVS, nota-se que o estudo das RS sobre a violência contra a mulher ou sobre aspectos que mantêm alguma relação com essa prática como o gênero e/ou a identidade dos agressores, tem sido divulgado em bases de dados como Lilacs, Index Psicologia, MEDLINE e BDENF-Enfermagem, relevantes fontes de informação científica no país, sendo que indexam algumas das principais revistas em Psicologia e em diversas áreas da saúde, permitindo uma disseminação segura de informações acerca da violência contra a mulher. Essa divulgação, além de contribuir para a compreensão do problema da violência, permite a ampliação de estudos que venham contemplar as lacunas ainda presentes nesse campo do saber. Portanto, nota-se a importância de pesquisas sobre a violência contra a mulher, principalmente aquelas que têm como foco o estudo das RS, pois sendo estas produções coletivas que regem os modos de pensar, agir e significar a realidade, acabam revelando muito sobre o modo como esse fenômeno tem sido entendido em determinados grupos sociais.

Também nota-se que nos estudos acima citados que têm por objetivo o conhecimento das RS da violência, há sempre uma busca por RS elaboradas por pessoas que direta ou indiretamente estão envolvidas com a situação de violência, seja porque sofrem esse ato ou o praticam, como é o caso das mulheres vítimas e dos homens agressores respectivamente, ou porque trabalham com pessoas em situação de violência, como é o caso dos profissionais, enfermeiras e gestores da saúde, agentes policiais e delegados/as das DDMs – Delegacias em

Defesa da Mulher. Sabe-se que as RS regem as condutas desejáveis ou admitidas e também preparam o indivíduo para a ação (Jodelet,1984), assim o modo como essas pessoas representam a violência pode estar relacionado com o posicionamento que assumem frente a essa prática. Por exemplo, os profissionais da saúde e os agentes policiais podem assumir diferentes atitudes a depender de onde ancoram suas RS. Se acreditam que a violência faz parte das relações de casais ou que a mulher provoca a violência, ou seja, se têm suas representações ancoradas em ideias patriarcais, é provável que deem pouco crédito às queixas das vítimas, podendo até mesmo levá-las à revitimização. Contudo, se ancoram suas RS em uma perspectiva crítica, podem atuar de modo a auxiliarem as mulheres a saírem da situação de violência, incentivando o processo de libertação das mesmas. No caso das mulheres que sofrem violência, o estudo de suas RS também é útil para entender como se posicionam diante dessa situação. Se elas estão dentro de uma lógica em que a violência é ancorada enquanto uma prática natural nas relações entre os sexos, especialmente na relação conjugal, provavelmente esta representação influenciará sua permanência com o parceiro, mesmo este sendo violento. Porém, se entendem a violência como um ato criminoso, que não deve ser aceito, esta representação pode permitir-lhes romper com essa prática e assim, afastarem-se do agressor.

Outro aspecto que chama a atenção entre os trabalhos revisados, isto é, teses, dissertações e artigos, é o fato de que há somente um estudo (Santos, 2012) que teve por objetivo identificar as RS da violência contra a mulher elaboradas por alunos e professores, o que destoa do foco seguido pelos outros trabalhos. Nota-se que neste, as representações buscadas não são elaboradas por pessoas que, a priori, lidam diretamente com a questão da violência, mas sim de indivíduos que apesar de não serem vítimas declaradas do referido fenômeno, acabam tendo pensamentos, atitudes e significações para o mesmo, ou seja, representações sociais. Assim, essa pesquisa destaca-se das demais por ter escolhido como

participantes um público diferente do que é costumeiramente utilizado em trabalhos envolvendo a temática da violência contra a mulher.

O estudo que está sendo citado (Santos, 2012) aconteceu em uma escola pública de ensino médio de uma cidade do entorno de Brasília (DF), e buscou identificar as possíveis representações sociais sobre a violência contra a mulher elaboradas por 238 alunos do ensino médio e 8 professores. Com os alunos foi aplicado um questionário de evocação e com os professores realizou-se um grupo focal. Os principais resultados apontaram que nas representações elaboradas pelos participantes a violência é ancorada na noção de gênero, e objetivada como sendo uma construção sociocultural, de caráter conjugal, localizada no âmbito doméstico e intrafamiliar. Esses achados mostram que docentes e discentes foram capazes de reconhecer a violência contra a mulher como uma construção e não algo natural das relações sociais, porém a localizaram estritamente no âmbito privado, no espaço familiar, quando na verdade este tipo de violência pode acontecer nos mais variados espaços sociais, sendo o lar um deles.

Também é válido destacar que os professores e os alunos manifestaram posturas preconceituosas sobre a violência contra a mulher que remontam ao sistema patriarcal. Os alunos, por exemplo, objetivaram essa prática como uma violação dos direitos humanos, apenas quando a mulher não dava motivos para que a mesma acontecesse. Esta postura está ancorada na lógica de justificação da violência, que apregoa que muitas mulheres dão motivos para serem agredidas por seus parceiros. Já os professores defenderam a ideia de que a mulher tem livre vontade para sair de uma situação violenta, bastando apenas separar-se de seu parceiro. Tal postura não considera que há variados motivos que fazem uma mulher permanecer com seu cônjuge ou parceiro mesmo quando é agredida, como a falta de recursos econômicos, falta de apoio familiar, presença de filhos, apego emocional, entre outros (Soares, 2005).

Com base nos achados dessa pesquisa é possível concluir que docentes e discentes foram capazes de elaborar representações sociais em relação ao fenômeno da violência contra a mulher, revelando uma visão errônea acerca do mesmo, ancorada em valores patriarcais. Pesquisas como esta são importantes, pois além de superarem o viés da vitimização, pois seu foco não está nas vítimas ou nos perpetradores de atos violentos, possibilitam compreender como determinados grupos sociais posicionam-se diante da violência contra a mulher, o que pode influenciar seus julgamentos e comportamentos diante desse fenômeno.

No caso da presente dissertação, o público alvo escolhido é composto por adolescentes. Considerando que nessa etapa do desenvolvimento humano geralmente iniciam-se os relacionamentos amorosos, e considerando também que muitos/as adolescentes vivenciam violência em suas relações afetivas (Minayo et al, 2011), faz-se relevante apreender as RS elaboradas por esse grupo acerca da violência contra a mulher. Segundo Jodelet (1984) as representações sociais são teorias do senso comum que, entre suas funções, permitem compreender como os grupos interpretam a realidade e como orientam condutas e suas relações sociais. Assim, ao estudar as representações elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher, torna-se possível conhecer o universo de significados que atribuem a essa temática e como a relacionam com os valores e práticas sociais existentes. Esse conhecimento, além de permitir verificar o posicionamento assumido pelos/as jovens acerca da violência, também pode servir como guia para o desenvolvimento de políticas educacionais, visando a conscientização dos/as mesmos/as, que podem ser desenvolvidas no espaço escolar e disseminadas na sociedade.

Também é válido destacar que as representações sociais, por serem construções históricas, culturais, sociais e psicológicas, constituem-se em uma teoria significativa para a análise e compreensão de fenômenos tais como o da violência contra a mulher nas relações afetivas, pois permitem visualizar a complexidade dos aspectos que o possibilitam (Sosa,

2013). O estudo das RS, por exemplo, torna possível o acesso às crenças, valores, pressupostos ideológicos e significados que os/as adolescentes atribuem à violência contra a mulher, e que mantêm relação com as atitudes, comportamentos e condutas que eles/elas acabam assumindo diante dessa prática, até mesmo em seus próprios relacionamentos afetivos.

3.3 Representações sociais da violência contra a mulher e adolescentes

A teoria das RS constitui um conjunto de proposições que tem origem coletiva, e que possibilita compreender o que determinados grupos pensam, como agem e que sentido atribuem a uma série de fenômenos. Assim, essa teoria permite desvelar como se estruturam as RS elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher, considerando as três dimensões apontadas por Moscovici como constituintes das mesmas, a saber, informação, campo da representação e atitude (Castro, 2002).

A informação refere-se aos conhecimentos que um grupo tem sobre o objeto social, no caso da violência contra a mulher busca-se saber quais informações os/as adolescentes dispõem sobre esse tema, o que conhecem acerca do mesmo, e se são capazes de reconhecer a presença desse tipo de violência em seus próprios relacionamentos afetivos. O campo da representação remete a ideia de imagem sobre um aspecto preciso do objeto representado, ou seja, as imagens que eles/elas têm da mulher agredida, de seu agressor e da prática desse tipo de violência. Já a atitude se refere à tomada de posição acerca do objeto, isto é, quais posições os/as adolescentes tomam diante da violência contra a mulher, em que medida eles/elas são favoráveis ou contrários a essa prática, em que medida aceitam ou rejeitam esse tipo de violência nas suas próprias relações íntimas.

As representações sociais, por constituírem-se em uma teoria que tem como foco os grupos, como eles interpretam a realidade, como dão significado as suas vidas, como guiam

suas condutas, tornam-se meios eficazes para o estudo de uma série de fenômenos, pois seu grande diferencial é o de conceber o objeto social de maneira não apriorística (Moscovici, 2010). Isto significa que o objeto, nesse caso a violência contra a mulher, é estudado de maneira dinâmica, considerando como os/as atores/atrizes sociais o constroem em sua práxis, o compartilham em seu grupo de pertença e a partir daí guiam suas condutas (Ribeiro, 2011). Esse posicionamento remete às três funções básicas das representações apresentadas por Jodelet (1984), ou seja, a função cognitiva de investigação da novidade, a função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais. Assim, ao se estudar as RS elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher, é possível visualizar como eles/elas capturam cognitivamente esse fenômeno, ou seja, como o interpretam e quais significados lhe atribuem, tornando-o apreensível pelos sentidos e criando uma realidade cotidiana. Também possibilita compreender como esses conhecimentos produzidos pelos/as adolescentes acerca da violência, ou seja, essas representações, tornam-se orientações práticas para suas condutas e comportamentos mediante o fenômeno apreendido.

As RS destacam-se ainda por envolverem um campo genérico de significados compartilhados, espaço de sabedoria, memória, tradição e senso comum. Em seus fundamentos encontra-se um núcleo estável e permanente sustentado pela cultura e pela memória dos grupos. Assim, as RS elaboradas por um grupo constituem-se em um meio para compreensão da estrutura e do conteúdo acerca de diferentes objetos reconhecidos socialmente (Santos, Scarparo, Hernandez, Herranz, & Blanco, 2013). No que se refere à violência contra a mulher, a teoria das RS possibilita o acesso aos conhecimentos e modos de pensar presentes no público juvenil a respeito desse fenômeno, e que sofrem influência de significados historicamente construídos acerca da mulher e de seu papel nos relacionamentos afetivos.

As RS também vão permitir apreender o objeto social em relação com o contexto sócio-histórico de sua produção. No caso do presente estudo, sabe-se que a violência contra a mulher é um fenômeno que se encontra ancorado nas relações de gênero, marcadas pela dominação masculina ao longo da evolução humana (Ribeiro, 2011). Por isso torna-se relevante estudar tal objeto à luz da teoria das representações sociais, pois esta permite um maior suporte no entendimento das influências históricas, da ideologia de gênero e do poder masculino sobre a mulher, e como isto se atualiza nas atitudes, comportamentos e comunicações entre os atores sociais ainda hoje, neste caso, os/as adolescentes.

Outras funções importantes das representações sociais podem ser encontradas nos dois mecanismos responsáveis por sua gênese e que foram explicados anteriormente, a objetivação e a ancoragem. A objetivação, caracterizada por tornar concreto aquilo que é abstrato, transforma um conceito em imagem identificável, dotada de concretude. A ancoragem, por outro lado, atua como um processo que integra o novo em uma rede de significados existente, dando-lhe sentido (Araújo, Coutinho, & Pereira, 2009). Desse modo, apreender as representações sociais elaboradas pelos/as adolescentes sobre a violência contra a mulher, permite conhecer como esse fenômeno lhes aparece, tornando possível percebê-lo e falar sobre ele, ou seja, como o objetivam, o tornam real, inclusive tomando por base seus próprios relacionamentos como o namoro e/ou o ficar; e também possibilita identificar as redes de significado que eles/elas tecem em torno dessa temática, ou seja, como a ancoram nos conhecimentos que já possuem e nos valores e práticas sociais existentes.

As representações sociais também possibilitam ao pesquisador a compreensão do modo como os sujeitos sociais apreendem os acontecimentos do cotidiano, os dados do meio ambiente e as informações presentes no seu contexto social (Jodelet, 1984). Mas, essa apreensão não acontece de modo passivo, pois em toda representação sujeito e objeto encontram-se imbricados, e o sujeito ao representar um objeto, traz nessa construção toda a

carga ideológica, simbólica e sociocultural do grupo ao qual pertence, e que mantém relação ativa com o objeto (Moscovici, 2010). Nesse sentido, as representações sociais elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher encontram-se impregnadas de aspectos históricos e ideológicos de como são forjadas as relações de gênero, e como essas são significadas no seu imaginário social, e comunicadas em seus discursos. Desse modo, acessar as representações sociais de adolescentes sobre esse fenômeno, permite observar toda uma influência sociocultural compartilhada e que está contida em seus processos internos individuais.

Outra função importante das representações sociais refere-se ao papel que detêm na formação de condutas e na predição de comportamentos. Segundo Moscovici (1978), as representações constituem uma preparação para a ação, pois conduzem o comportamento e, principalmente, porque remodelam e reorganizam os elementos do contexto social em que o comportamento deve ter lugar. Assim, o estudo das representações sociais elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher possibilita observar suas condutas sobre esse fenômeno de uma forma mais ampla, considerando também os relacionamentos afetivos que mantêm e que podem envolver esse tipo de prática.

Considerando que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multifacetado, pois se encontra ancorado em aspectos históricos das relações de gênero, da ideologia patriarcal, da assimetria de poder entre os sexos, torna-se relevante apreendê-lo com base em uma teoria que se constitua de um arsenal de conhecimentos, por meio dos quais é possível ter acesso à estruturação cognitiva de um grupo social acerca desse fenômeno, atravessada pelas estruturas sociais (Ribeiro, 2011). Assim, ao se acessar as representações sociais de um determinado grupo, nesse caso adolescentes, sobre a violência contra a mulher, é possível apreender o que eles/elas pensam sobre esse fenômeno e como esse saber contribui para a construção de uma realidade prática. Por meio da perspectiva dessa teoria, o estudo da

violência contra a mulher pode ser compreendido sob diversos aspectos como crenças, atitudes, comportamentos e regulações sociais.

Porém, dado o fato de que a temática “violência contra a mulher” é muito ampla, pois pode referir-se a inúmeros tipos de violência como as que ocorrem no mercado de trabalho, nos lares, na saúde, na escola, a presente pesquisa delimitou como seu objeto de estudo as representações sociais da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto, ou seja, aquelas relações em que há envolvimento afetivo-sexual entre as partes, como o casamento, o namoro e o ficar. Assim, a questão norteadora desta pesquisa foi: Quais representações sociais da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto são elaboradas por adolescentes? E a partir dessa questão emergiram outras, tais como: Quais os principais conteúdos que emergem das RS elaboradas pelos/as adolescentes acerca desse tipo de violência? Esses/as adolescentes são capazes de identificar esse tipo de violência em seus próprios relacionamentos afetivos?

Capítulo 4 – Método

Este capítulo apresenta os objetivos da pesquisa e o instrumental teórico-metodológico empregado. Assim, são descritos o tipo de pesquisa, o local e os participantes envolvidos, e o procedimento adotado para coleta, análise e interpretação de dados.

4.1 Objetivos

Objetivo Geral

Identificar as representações sociais elaboradas por adolescentes sobre a violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto.

Objetivos Específicos

- Apontar os principais conteúdos das representações sociais elaboradas por adolescentes a partir dos termos indutores mulher e violência contra a mulher;
- Descrever os principais conteúdos das representações sociais da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto elaboradas por adolescentes;
- Reconhecer as representações sociais de adolescentes acerca da violência em seus próprios relacionamentos de intimidade;

4.2 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa trata-se de um estudo de campo, do tipo descritivo, de cunho qualitativo, com fundamento na teoria das Representações Sociais de Moscovici (2010). Segundo Gil (2002) a pesquisa de campo é um procedimento técnico de pesquisa, que caracteriza-se por permitir uma compreensão mais aprofundada acerca de uma realidade específica. É realizada, basicamente, por meio da observação direta das atividades do grupo

estudado e de entrevistas com os integrantes do mesmo, a fim de colher informações acerca daquela realidade.

Em relação à pesquisa descritiva, esta tem por objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, e até mesmo o estabelecimento de relações entre variáveis. Entre as diversas possibilidades de pesquisas descritivas, destacam-se aquelas cujo objetivo é o de estudar as características de um grupo, como sua distribuição por idade, sexo, estado de saúde, bem como as pesquisas que têm por objetivo o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população (Gil, 2002). Nesse sentido, pode-se dizer que o modelo de pesquisa de campo descritiva é útil para o presente estudo, que tem por objetivo principal identificar em uma população específica, adolescentes alunos/as da rede pública, suas representações sociais, ou seja, os modos de pensar coletivos, atitudes, crenças e comportamentos, em face do fenômeno da violência contra a mulher.

4.3 Local e Participantes

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da cidade de Itabaiana, interior de Sergipe. O estudo contou com 22 adolescentes (11 rapazes e 11 moças), destes, 54,7% (12 alunos/as) eram estudantes da 3ª série do ensino médio, 27, 2% (6 alunos/as) frequentavam a 1ª série, e 18,1% (4) estudavam na 2ª série. O número reduzido de participantes se justifica pelo fato de tratar-se de estudo qualitativo que tem por objetivo a discussão aprofundada sobre o tema de pesquisa, e não a generalização dos achados como nos estudos quantitativos que fazem uso de amostras populacionais. E, de acordo com Gaskell (2003), existe um limite máximo ao número de entrevistas que é possível fazer e analisar em pesquisas qualitativas, limite que fica em torno de 15 a 25 entrevistas individuais.

No que se refere à idade, a maioria dos/as participantes (86,3%) encontravam-se na faixa etária de 18 anos, sendo que apenas 03 adolescentes apresentaram idade superior a esta.

É válido ressaltar que neste estudo deu-se preferência a alunos que tivessem idade igual ou superior a 18 anos, devido ao fato dos/as mesmos/as serem capacitados para consentir a sua participação na pesquisa, dispensando o consentimento por parte dos pais. Quanto à religião, a maior parte dos/as alunos/as (19) declarou-se católica, um rapaz e uma moça declararam-se evangélicos, e um rapaz alegou não ter religião.

No que diz respeito às relações íntimas de afeto, três adolescentes do sexo masculino de 18 anos cada, relataram nunca ter mantido relacionamentos afetivos como ficar ou namorar. Devido a este fato, eles não puderam responder a algumas questões do instrumento que faziam menção às relações íntimas mantidas pelos/as participantes.

Os/as outros/as 19 participantes já haviam vivenciado ou estavam vivenciando relacionamentos afetivos. Dois rapazes e duas moças declararam estar “ficando”, enquanto quatro moças e um rapaz relataram estar namorando. Duas adolescentes de 18 anos declararam ser casadas, sendo que uma encontra-se nesse estado há três anos, e a outra há dois meses. Os outros oito participantes (5 rapazes e 3 moças) declararam já ter ficado (3 rapazes, 1 moça), ou namorado (2 rapazes, 2 moças), porém, no momento de realização da pesquisa declararam-se como solteiros, alegando não estarem envolvidos em nenhum relacionamento.

Quanto à orientação sexual, os/as 22 participantes declararam-se heterossexuais, e também relataram casos de relacionamentos mantidos unicamente com pessoas do sexo oposto. Portanto, os dados encontrados nesse estudo fazem menção apenas às representações sociais da violência contra a mulher nos relacionamentos afetivos elaboradas por adolescentes heterossexuais, não podendo ser utilizadas para auxiliar na reflexão com pessoas de outra orientação sexual.

O Quadro1 a seguir faz uma descrição dos/as participantes em termos de idade, série e sexo, sendo fictícios todos os nomes apresentados no mesmo.

Quadro 1 - Participantes

Nomes fictícios	Idade	Série - Ensino Médio
Theo	18 anos	3ª série
Tina	18 anos	3ª série
Velson	18 anos	3ª série
Leda	18 anos	3ª série
Gino	18 anos	3ª série
Noélia	18 anos	3ª série
Tobias	18 anos	3ª série
Malu	18 anos	3ª série
Tati	18 anos	1ª série
Túlio	18 anos	1ª série
Mara	18 anos	1ª série
Luan	18 anos	1ª série
Liza	18 anos	1ª série
Juca	19 anos	1ª série
Caio	18 anos	3ª série
Luna	18 anos	3ª série
Max	18 anos	3ª série
Nanda	20 anos	3ª série
Denis	18 anos	2ª série
Celi	18 anos	2ª série
Elvis	18 anos	2ª série
Mila	19 anos	2ª série

4.4 Instrumento

O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semi-estruturada (Ver anexo A), montado com base na bibliografia de estudo, e que passou pela avaliação criteriosa de dois juízes independentes. O roteiro contou com questões que incentivaram os/as adolescentes a

discorrerem sobre a temática da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto, o que possibilitou a identificação de suas representações sociais acerca da mesma. Entre as questões propostas, lhes foi perguntado o que pensavam da violência contra a mulher nas relações íntimas, o que sabiam sobre esse tema, se identificavam a violência em seus relacionamentos de intimidade, e o que fariam diante de situações de violência por parte de seus/suas parceiros/as.

4.5 Procedimento para coleta de dados

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética, e após a aprovação (Número do Parecer: 1.711.930), deu-se início ao procedimento para coleta de dados. A pesquisadora foi a uma escola pública da cidade de Itabaiana e apresentou o projeto de pesquisa à direção, solicitando consentimento para a realização do estudo. Após a aprovação, a pesquisadora foi às turmas do ensino médio e apresentou de forma breve o projeto, solicitando a participação de adolescentes que tivessem idade igual ou superior a 18 anos. Os/as jovens que atendiam a esse critério, e que manifestaram interesse em participar da pesquisa, receberam termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Ver anexo B) para ser assinado por eles/as próprios/as. As entrevistas foram gravadas mediante o consentimento dos/as participantes e foram realizadas individualmente na sala da coordenação, cedida gentilmente para a realização da pesquisa. É válido destacar que, no momento de gravação das entrevistas, se encontravam unicamente na sala a pesquisadora e o/a adolescente participante. A pesquisadora garantiu a cada um/a dos/as adolescentes o sigilo de sua identidade, portanto são fictícios todos os nomes utilizados nesse estudo.

4.6 Análise de Dados

As entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra, e em seguida submetidas à técnica da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo caracteriza-se por compreender um conjunto de técnicas de análise das comunicações, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, que possibilita a produção de indicadores, quantitativos ou não, e a partir destes, a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção e recepção das mensagens.

De modo geral, a análise de conteúdo constitui-se em uma técnica para o tratamento de dados da comunicação, com o intuito de identificar aquilo que é dito sobre um determinado tema. Assim, os materiais de análise utilizados são, basicamente, textos escritos, produzidos no processo de pesquisa, ou já elaborados anteriormente, sendo o caso de jornais e revistas (Moraes, 1999). Nesse sentido, de acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo tem como objetivo a manipulação dessas mensagens, o conteúdo e a expressão desse conteúdo, a fim de que se manifestem indicadores, que possibilitarão inferir sobre uma outra realidade diferente daquela explicitada na mensagem. Desse modo, a análise de conteúdo permite desvelar conteúdos latentes, que não aparecem nitidamente no processo comunicativo, mas que são de fundamental importância para a compreensão da realidade (Moraes, 1999; Natt & Carrieri, 2014).

Bardin (2009) apresenta a análise de conteúdo como sendo estruturada em torno de três polos: 1- a pré-análise, 2- a exploração do material, e 3- o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que são descritas a seguir.

A pré-análise é uma fase preparatória, que consiste na organização do material, e tem por objetivo operacionalizar as ideias iniciais, de modo a conduzir a um plano de análise. Neste primeiro momento deve-se fazer a escolha dos documentos a serem analisados, a

formulação das hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentarão a interpretação final.

Assim, a pré-análise também é composta por etapas. Inicialmente acontece 1) a leitura flutuante, por meio da qual o pesquisador vai entrar em contato com os documentos a analisar, deixando-se invadir por impressões e orientações acerca do material. A partir desse primeiro contato, o pesquisador passa para a etapa seguinte, que é a de 2) escolha dos documentos, ou seja, o momento de identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas. Assim vai ser constituído o corpus da pesquisa, que é o conjunto de documentos organizados para serem submetidos aos procedimentos analíticos. No caso da presente pesquisa, o corpus foi constituído das entrevistas realizadas com os/as adolescentes estudantes da rede pública. 3) Após a organização do corpus, o pesquisador pode formular as hipóteses, que são afirmações provisórias a verificar por meio dos procedimentos de análise. Porém, nem sempre essa etapa é necessária, principalmente em estudos exploratórios, cuja análise costuma dar-se às cegas. 4) Na pré-análise também é possível elaborar os índices e indicadores que fundamentarão a interpretação final. Nas análises do tipo temática, os índices, por exemplo, podem ser os temas que se repetem e se recortam no texto em unidades e que, juntos e organizados, produzem indicadores (Bardin, 2009).

Após a pré-análise, procede-se para a fase de exploração do material. Nesse momento acontece a análise propriamente dita, que corresponde à administração sistemática das decisões tomadas, ou seja, tudo o que foi preparado na pré-análise é colocado em prática. É uma fase longa que envolve operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2009).

Bardin (2009) descreve o processo de codificação como a transformação dos dados em bruto do texto, que ocorre por recorte, enumeração e agregação. Por meio do recorte o pesquisador escolhe as unidades de análise, posteriormente usadas no processo de

categorização. A unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido à classificação, podendo ser de natureza variada: palavras, frases, temas. A decisão sobre o que será a unidade depende da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e dos tipos de materiais a serem analisados. No caso do presente estudo, a unidade de análise utilizada foi o tema.

De modo geral, o tema é definido como uma unidade de significação complexa, que tem comprimento variável. Assim, um tema pode ser constituído tanto por uma alusão como por uma afirmação, ou por várias afirmações. De acordo com Bardin (2009), o tema é utilizado com frequência em análises de conteúdo, pois permite estudar motivações de opiniões, de atitudes, e mesmo de crenças. Geralmente, respostas a questões abertas, entrevistas individuais ou grupais, reuniões de grupo, comunicações de massa, são analisados tendo o tema por base.

Nesses casos em que a unidade de análise é o tema, tem-se a modalidade de análise de conteúdo temática, sendo o caso do presente estudo. Para Bardin (2009), a análise temática possibilita descobrir os núcleos de sentido que constituem uma comunicação. Assim, a presença e mesmo a frequência de aparição desses núcleos tornam-se relevantes, podendo ter algum significado para o objetivo do estudo. Na pesquisa apresentada aqui, a análise temática aconteceu por meio da busca das unidades de sentido, a partir das entrevistas realizadas com os/as adolescentes acerca da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto.

Após a escolha das unidades de análise por meio do recorte, o pesquisador procede ao processo de enumeração, que pode ser de variados tipos: presença ou ausência, em que o valor de um elemento está ligado a sua aparição ou mesmo a sua ausência no texto; frequência – nesse caso o valor de uma unidade de análise liga-se a frequência com que se manifesta; frequência ponderada – o pesquisador vale-se de um sistema de ponderação para decidir a importância de cada elemento do texto (Bardin, 2009).

Concluída a fase da codificação, o pesquisador passa para a classificação e agregação das unidades de análise, constituindo o processo de categorização. Segundo Bardin (2009) a categorização é uma operação de agrupar elementos constitutivos de um conjunto, a partir de critérios de semelhanças e diferenciações, previamente escolhidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, produzindo categorias temáticas; podem ser sintáticos, definindo categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos. No caso da presente pesquisa, a categorização se deu por critério semântico, utilizando os temas como referenciais para a formação de categorias.

A categorização é considerada uma das etapas mais importantes e criativas da análise de conteúdo, pois permite uma redução dos dados, fornecendo uma síntese da comunicação. Porém, é válido destacar que esse processo não acontece de modo linear e sequencial, mas de forma cíclica. Assim, é sempre necessário o retorno periódico aos dados, o refinamento contínuo das categorias, buscando cada vez mais uma compreensão aprofundada e clarificada do processo comunicativo (Moraes, 1999).

A última fase da análise de conteúdo é a do tratamento dos resultados. Assim, os dados provenientes das etapas anteriores passarão por um processo de compreensão mais aprofundada através da inferência e interpretação. Segundo Moraes (1999), a inferência está mais relacionada à pesquisa quantitativa, principalmente aquela que usa teste inferencial de hipóteses, que estabelece os limites em que os resultados de um estudo, feito a partir de uma amostra, podem ser generalizados para a população da qual houve a extração da amostra.

Já a interpretação associa-se à pesquisa qualitativa, embora também esteja presente na abordagem quantitativa. De modo geral, a interpretação está relacionada com a compreensão dos resultados obtidos, a partir das relações estabelecidas com a fundamentação teórica que norteou a pesquisa. Assim, nessa etapa, o trabalho do pesquisador acontece em torno das articulações que precisará estabelecer entre os resultados provenientes de seu estudo e o

referencial teórico que embasa a pesquisa, a fim de chegar a conclusões significativas acerca de seu objeto de estudo (Bardin, 2009). Porém, o pesquisador, ao proceder ao processo interpretativo, não deve limitar sua análise aos conteúdos manifestos dos documentos. Ele deve esforçar-se para atingir os conteúdos latentes, que revelam ideologias e significados acerca dos fenômenos sociais, muitas vezes ocultados consciente ou inconscientemente nos discursos (Moraes, 1999).

Em síntese, pode-se dizer que a análise de conteúdo é um método relevante para o estudo de dados provenientes de pesquisas qualitativas, pois toda a sua estrutura volta-se para uma compreensão minuciosa do processo comunicativo, envolvendo além dos conteúdos manifestos das mensagens, os conteúdos latentes e os sentidos intrínsecos das comunicações. E assim, ao aplicar a análise de conteúdo para averiguar a realidade, torna-se possível conhecer representações, disseminadas e compartilhadas nos grupos sociais, pois se trata de um processo em que é possível fazer deduções sobre o real (Franco, 2004).

Na literatura científica verifica-se considerável produção de estudos que utilizaram a análise de conteúdo de Bardin (2009) como método para acessar representações sociais acerca da violência contra a mulher ou de fenômenos relacionados a essa prática. Os estudos de Ribeiro e Coutinho (2011) e de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) fizeram uso da análise de conteúdo para apreender as RS de mulheres acerca da violência doméstica; Procópio et al (2014) usaram o mesmo método ao analisar as RS da violência sexual em mulheres jovens e adolescentes. Na pesquisa de Cavalcanti et al (2006) a análise de conteúdo identificou as RS elaboradas por profissionais de saúde acerca da violência sexual contra a mulher. Bispo et al (2007) também usaram a análise de conteúdo no estudo das RS de profissionais de saúde de um hospital sobre a assistência prestada às mulheres vítimas de violência. No estudo de Parada (2014) a análise de conteúdo serviu para identificar RS de gênero; já no trabalho de

Alves e Diniz (2005), o mesmo método foi escolhido para analisar as RS da violência conjugal elaboradas por homens.

Assim, tomando como exemplo os trabalhos supracitados, considera-se que a análise de conteúdo é um método possível para o estudo e apreensão de representações sociais. No caso da presente pesquisa, a análise de conteúdo possibilitou o estudo dos discursos de adolescentes acerca da temática da violência contra a mulher, a fim de identificar as representações sociais relativas a esse fenômeno.

Capítulo 5 – Resultados e Discussão

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma descrição dos resultados obtidos com a pesquisa, e em seguida discuti-los. Assim, inicialmente serão descritos os dados provenientes da análise de conteúdo realizada nas entrevistas concedidas pelos/as adolescentes, com o intuito de explanar as representações sociais sobre a violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto elaboradas pelos/as mesmos/as. Depois, será realizada a discussão dos resultados, tomando por base a literatura sobre violência contra a mulher, violência nas relações íntimas e representações sociais.

5.1 Descrição das categorias e subcategorias contidas nas entrevistas

A análise de conteúdo das vinte e duas entrevistas realizadas permitiu a identificação de 8 categorias temáticas e 24 subcategorias, que estão explanadas no quadro abaixo. É válido ressaltar que as categorias e subcategorias foram montadas de acordo com o consenso de três juízes independentes, e tendo como base os objetivos do presente estudo e as questões do roteiro de entrevista.

Quadro 2 – Categorias e Subcategorias da análise de conteúdo

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Representações Sociais da mulher	1.1 Atributos, qualidades ou características da mulher 1.2 Estereótipos de gênero 1.3 Reivindicação de reconhecimento
2. Representações Sociais da violência contra a mulher	2.1 Figura do agressor 2.2 Espaço favorecedor da violência 2.3 Tipologia da violência
3. Violência no casal	3.1 Violências física e verbal contra a mulher

	3.2 Violência nos pais 3.3 Violência na vizinhança
4. Violência nas relações de namoro	4.1 Violência contra a namorada 4.2 Semelhante à violência no casal
5. Motivos da violência nos relacionamentos íntimos de afeto	5.1 Poder do homem 5.2 Ciúmes e Infidelidade 5.3 Uso de substâncias psicoativas 5.4 Situações banais 5.5 Ausência de diálogo
6. Atos / Situações inaceitáveis nos relacionamentos afetivos	6.1 Agressão / Violência 6.2 Infidelidade
7. Situações de violência nos relacionamentos dos/as adolescentes	7.1 Violência verbal 7.2 Violência física 7.3 Violência sexual
8. Estratégias diante da violência nos relacionamentos afetivos	8.1 Denunciar 8.2 Terminar / Separar 8.3 Relativização da violência para denúncia

De modo geral, as categorias versam sobre o tema da violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto, o que envolve representações sobre mulher, violência conjugal e violência no namoro. As categorias ainda abrangem a violência nos relacionamentos dos/as próprios/as adolescentes, e as representações sociais que eles/elas mantêm acerca desse fenômeno.

A primeira categoria denominada *Representações Sociais da mulher* traz os principais conteúdos apontados pelos/as adolescentes a respeito da mulher, o que permite a emergência de três subcategorias: *Atributos, qualidades, ou características da mulher*, *Estereótipos de gênero*, e *Reivindicação de reconhecimento*. A segunda categoria *Representações Sociais da*

violência contra a mulher aponta três diferentes aspectos, que envolvem a *Figura do agressor*, o ambiente doméstico como o principal *Espaço favorecedor da violência*, e a *Tipologia da Violência*, remetendo às principais formas em que essa prática se manifesta.

A terceira categoria denominada *Violência no casal* envolve três subcategorias que dizem respeito às principais maneiras em que esse tipo de violência é percebido pelos/as participantes, a saber: *Violências física e verbal contra a mulher*, *Violência nos pais*, e *Violência na vizinhança*. A quarta categoria *Violência nas relações de namoro* faz menção aos elementos mais relevantes em relação a esse fenômeno e abrange duas subcategorias, *Violência contra a namorada* e *Semelhante à violência conjugal*.

A quinta categoria *Motivos da violência nos relacionamentos íntimos de afeto* alude às principais representações elaboradas pelos/as adolescentes quanto às causas da violência em relações como o casamento e o namoro. Para tanto abrange cinco subcategorias: *Poder do homem*, *Ciúmes e Infidelidade*, *Uso de substâncias psicoativas*, *Situações banais*, e *Ausência de diálogo*.

A sexta categoria denominada *Atos / Situações inaceitáveis nos relacionamentos* faz menção aquilo que os/as adolescentes consideram como não podendo acontecer em uma relação, e faz emergir duas subcategorias: *Agressão / Violência* e *Infidelidade*. A categoria intitulada *Situações de violência nos relacionamentos dos/as adolescentes* abrange os principais tipos de violência vivenciados pelos/as jovens em suas relações, e envolve três subcategorias: *Violência verbal*, *Violência física* e *Violência sexual*.

Por fim, a última categoria *Estratégias diante da violência* traz as principais representações dos/as adolescentes sobre aquilo que fariam caso vivenciassem situações de violência em seus próprios relacionamentos, e abrange três subcategorias: *Denunciar*, *Terminar / Separar*, e *Relativização da violência para denúncia*.

5.2 Discussão das categorias e subcategorias contidas nas entrevistas

Os resultados provenientes das entrevistas serão discutidos aqui na mesma ordem em que aparecem no quadro 2 da análise de conteúdo exposto acima. Assim, a discussão incidirá sobre as categorias e subcategorias apresentadas anteriormente.

1. Representações Sociais da mulher

Esta categoria diz respeito às principais representações sociais elaboradas pelos/as adolescentes no que se refere à figura da mulher, e abarca três subcategorias: *1.1 Atributos, qualidades ou características*, *1.2 Estereótipos de gênero*, e *1.3 Reivindicação de reconhecimento*.

1.1 Atributos, qualidades ou características

A primeira subcategoria faz menção a aspectos tais como coragem e força, conferindo à mulher a possibilidade de vencer dificuldades e guiar sua própria vida. Assim, as RS aparecem objetivadas por símbolos como guerreira, batalhadora, que remetem a imagem da mulher como aquela que consegue ser bem-sucedida no enfrentamento de dificuldades e problemas. São representações que trazem uma conotação positiva, e provavelmente estão ancoradas nos ideais de libertação e empoderamento da mulher. Esses ideais têm sido apregoados pelas lutas feministas ao longo dos tempos, e especialmente nas últimas duas décadas, que têm se esforçado para romper com a estigmatização imposta ao sexo feminino, como frágil e incapaz, necessitando ser auxiliada pelo homem (León, 2001).

Contudo, para além da ancoragem no empoderamento, as representações da mulher associadas às ideias de luta e força elaboradas pelos/as adolescentes, também podem estar ancoradas na própria realidade marcada pela assimetria de gênero, com a qual eles/as se deparam cotidianamente. Assim, a mulher é representada como forte e guerreira, pois necessita desses atributos para sobreviver e conquistar seu espaço em uma sociedade em que

prevalecem desigualdades, e consequentemente violência. Os relatos a seguir podem exemplificar isso:

Guerreira, batalhadora, determinação, força, coragem pra enfrentar tudo que vem, que é posto no dia-a-dia (Tina, 18 anos / 3ª série)

Guerreira, forte, não é sexo frágil ao contrário do que os homens pensam, porque mulher aguenta muito mais coisa que homem (Nanda, 18 / 3ª série)

Mulher é guerreira (Celi, 18 / 2ª série).

1.2 Estereótipos de gênero

A segunda subcategoria traz representações opostas as que foram apontadas pela subcategoria anterior, o que atesta o caráter fluido e por vezes contraditório das representações sociais. Esta subcategoria aponta características que foram historicamente designadas à mulher, e que muitas vezes são consideradas como inerentes ao próprio sexo feminino, como se fizessem parte de sua natureza. Aqui as representações sociais dos/as adolescentes mostram a mulher objetivada nas figuras de esposa e mãe, criaturas doces, carinhosas, e dedicadas ao cuidado com o próximo e com toda a família. Silva et al (2005) apontam que os papéis de esposa e mãe são culturalmente atribuídos às mulheres em todas as épocas e até a atualidade, legitimando uma posição subserviente ao sexo feminino.

De modo geral, essas são representações originárias no patriarcado, modo de organização social e familiar que submete a mulher ao domínio do homem, sendo este considerado um ser superior, mais forte e sensato para dirigir a família e dominar o espaço público (Cantera et al, 2013). Desse sistema emergem noções que naturalizam os papéis destinados a homens e mulheres, relegando a estas últimas uma série de atributos ligados à maternidade e ao casamento, sempre apontando a noção de que é a essência do sexo feminino cuidar do próximo, como atestam os relatos a seguir:

Pra mim mulher é o oposto do homem, que é diferente do homem, que é aquela dona de casa, que é aquela que, como eu posso responder,

que ajuda o homem em diversas coisas dentro de casa (Gino, 18 / 3ª série)

Porque o homem precisa da mulher pra sobreviver (Luan, 18 / 1ª série)

Uma pessoa gente boa pra ter filho e tal (Juca, 19 / 1ª série)

Mãe, minha mãe (Elvis, 18 / 2ª série)

Carinho, amor (Leda, 18 / 3ª série)

Eu tenho que pra mim, é assim, uma companheira, que pretendo encontrar, e se não pra uma vida inteira, o tempo que durar com ela seja da melhor forma possível (Denis, 18 / 2ª série)

1.3 Reivindicação de reconhecimento

A terceira subcategoria significa quase um apelo feito pelos/as adolescentes na busca da valorização da mulher e de seus direitos. Entre as diversas respostas dadas por eles/elas, a palavra respeito apareceu com relativa frequência, sendo evocada por sete adolescentes. A recorrência desse termo pode significar que os/as adolescentes reconhecem a violência e as desigualdades que afetam a mulher, e apontam o respeito ao sexo feminino como algo que ainda está ausente, e que precisa ser buscado, a fim de que a sociedade torne-se mais igualitária. Termos como direitos e igualdade complementam essa representação, apontando a ideia de que a conquista da liberdade feminina e do fim da violência precisam estar pautadas na busca pelo respeito aos seus direitos e pela igualdade de gênero. Essas representações remetem às lutas feministas pela equiparação entre os sexos. Tais mobilizações tiveram início por volta da década de 1980, e entre suas diversas pautas de reivindicação, a valorização da mulher e o respeito à mesma apareciam como bandeiras de luta (Brazão & Oliveira, 2010). Portanto, a necessidade de reconhecimento e respeito à mulher é um apelo forte até os dias de hoje, considerando o cenário de desigualdade e violência que ainda impregna a sociedade. As falas a seguir ilustram isso:

Eu acho isso errado, pra mim deveria ser igual, mulher é igual ao homem só muda o sexo (Noélia, 18 / 3ª série)

Que elas devem ser respeitadas pelo que elas são, não importa a cor dela, se ela é magra ou gorda (Tati, 18 / 1ª série)

Não sou a favor da violência, tem que ter respeito à mulher brasileira e entre outras (Mara, 18 / 1ª série)

Respeito primeiramente (Leda, 18 / 3ª série)

Liberdade, direitos (Tobias, 18 / 3ª série)

Respeito, vem respeito (Liza, 18 / 1ª série)

Respeito, direitos iguais (Luna, 18 / 3ª série)

Entretanto, é preciso considerar que, para além da ancoragem nas reivindicações feministas, essas representações também podem estar ancoradas nos discursos sensacionalistas midiáticos, que propagam a importância do respeito à mulher por meio de um falso ideal de igualdade de gênero, por este ser o discurso politicamente correto. Porém, na prática, reproduzem as estruturas de dominação masculina, explorando ao máximo os acontecimentos relativos à violência contra a mulher, expondo as vítimas e muitas vezes divulgando informações que levam a uma banalização do problema (Cantera, 2005). Daí a importância de um olhar atencioso diante das RS que emergem dos discursos dos/as adolescentes, pois muitas vezes elas podem trazer ideias ancoradas em posicionamentos diferentes ou contraditórios acerca de um mesmo fenômeno.

2. Representações Sociais da violência contra a mulher

Esta categoria envolve as principais representações sociais elaboradas pelos/pelas adolescentes no que se refere à violência contra a mulher, e abrange três subcategorias que revelam um complexo quadro acerca desse tipo de violência, a saber: 2.1 *Figura do agressor*, 2.2 *Espaço favorecedor da violência*, e 2.3 *Tipologia da violência*.

2.1. Figura do agressor

A primeira subcategoria remete às representações que os/as adolescentes têm do personagem que pratica a violência contra a mulher. Nessas representações o agressor é objetivado como pessoa do sexo masculino, e que mantém algum envolvimento afetivo com a vítima. Seguem alguns relatos dos/as adolescentes:

Assim, na maioria das vezes ocorre por companheiro geralmente, quando algum homem vai e bate na mulher, na esposa ou namorada, muitas vezes é cometida pelos homens (Celi, 18 / 2ª série)

Uma pessoa ser, não amar nem a si mesma, porque você violentar, ter violência assim com uma mulher, sinceramente, a pessoa não ama nem a si mesma, quem dirá ao outro (Luna, 18 / 3ª série)

Pra mim isso é pessoas que têm mente fraca, homens na maioria das vezes (Juca, 19 / 1ª série)

O estudo de Ribeiro (2011) sobre as representações sociais da violência contra a mulher em mulheres vítimas, também revelou o agressor como alguém que é próximo a mulher, seu cônjuge ou ex-cônjuge, e que é descrito como uma pessoa com problemas psíquicos ou de má índole. Essas RS que objetivam o agressor na figura masculina também condizem com os dados sobre violência contra a mulher no Brasil. De acordo com o “Mapa da Violência 2015 Homicídio de mulheres no Brasil” (Waiselfisz, 2015), para as mulheres jovens e adultas na faixa etária dos 18 aos 59 anos de idade, o principal agressor é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando metade de todos os casos registrados. Assim, as RS elaboradas pelos/as adolescentes sobre o agressor aparecem ancoradas na própria realidade social, revelando ser o homem com quem a mulher mantém um relacionamento afetivo-sexual o seu principal algoz. Esta representação também encontra suas origens no próprio processo de socialização que educa os homens para serem viris e assertivos, demonstrando ser a agressividade uma característica pertinente ao sexo masculino (Medrado & Pedrosa, 2006), sendo outorgado a este o uso da violência quando lhe for conveniente.

2.2 Espaço favorecedor da violência

Esta subcategoria aponta ser o ambiente doméstico, o principal local onde a violência contra a mulher acontece, como mostram os relatos a seguir.

Mulheres apanhando em casa (Velson, 18 / 3ª série)

Violência doméstica que mulher sofre muito, violência assim em casal, briga de casal, muitas vezes eles batem (Leda, 18 / 3ª série)

Violência doméstica quando eles agredem elas em casa, e elas não denunciam com medo deles (Tati, 18 / 1ª série)

É ser agredida em casa (Liza, 18 / 1ª série)

Essa representação da violência contra a mulher objetivada na violência que ocorre no espaço doméstico reflete uma dura realidade do cenário brasileiro. Diferente do que costumeiramente se pensa, o lar não é um lugar protegido da violência, pelo contrário, é o principal local onde mulheres adolescentes, jovens e adultas sofrem agressões de diferentes tipos. Segundo registros do Sistema Único de Saúde - SUS de atendimentos de casos de violência no ano de 2014, 64% das adolescentes, 67,9% das mulheres jovens e 75,3% das mulheres adultas foram vítimas de violência dentro de suas próprias residências (Wailselfisz, 2015). Estes dados atestam a ancoragem das representações sociais dos/as adolescentes na própria realidade cotidiana com a qual se deparam, seja por meio dos veículos de comunicação, seja pela própria vivência familiar e/ou comunitária. A violência doméstica constitui-se, assim, em um fenômeno do cotidiano, chegando mesmo a ser banalizada, devido a sua frequência.

2.3 Tipologia da Violência

Esta subcategoria remete às principais manifestações da violência contra a mulher apontadas pelos/as adolescentes. Aqui a violência aparece objetivada em atos de agressão física, sexual, verbal e psicológica dirigidos às mulheres, como comprovam as falas seguintes.

Violência verbal e física que acaba afetando o psicológico da mulher levando a graves consequências. A violência contra a mulher é xingar

ela por uma coisa que ela não é, querer eliminar ela da sociedade (Theo, 18 / 3ª série)

Pensaria em estupro (Malu, 18 / 3ª série)

Diferentes formas de violência, mental, verbal (Elvis, 18 / 2ª série)

Alguns homens estupram as mulheres também é uma violência (Tati, 18 / 1ª série)

Bater nela, até abusá-la sexualmente (Túlio, 18 / 1ª série)

Denegrir a imagem da mulher, xingar, bater, é menosprezar, tratar como qualquer coisa, tratar como objeto e não como uma pessoa (Max, 18 / 3ª série)

Violência contra a mulher é violência verbal, xingamentos, agressão, tentar ter relação sem a pessoa ter vontade, homens que batem em mulheres, tudo isso (Nanda, 20 / 3ª série)

Não é só fisicamente, verbalmente também (Mila, 19 / 2ª série)

As representações sociais da violência contra a mulher apontadas acima revelam o quadro de agressões que milhares de mulheres brasileiras sofrem todos os dias. São violências que atingem não somente o corpo da mulher deixando marcas visíveis, mas também afetam o seu equilíbrio emocional, minando a auto-estima, e produzindo um senso de negatividade e pessimismo em relação a própria existência (Ribeiro & Coutinho, 2011). Estudos com mulheres vítimas de violência doméstica mostram que há, de modo geral, um comprometimento da saúde física e psicológica, além das perdas no convívio social (Fonseca et al, 2012; Ribeiro & Coutinho, 2011). A violência deixa marcas e cicatrizes em diversas partes do corpo, e leva a problemas como distúrbios gastrointestinais, síndrome da dor crônica, lesões, fraturas, doenças e disfunções sexuais variadas (Casique & Furegato, 2006). Contudo, as consequências psicológicas são referidas com maior frequência nos estudos sobre essa temática. São comuns relatos de sentimentos como raiva, tristeza, decepção, vergonha, medo e culpa. Esse intenso sofrimento psíquico pode levar a problemas como distúrbios da

alimentação e do sono, fobias e síndromes de pânico, transtorno do estresse pós-traumático, e até mesmo depressão (Casique & Furegato, 2006; Fonseca et al, 2012).

Portanto, o quadro de violência contra a mulher aparece como preocupante e revela a importância de meios urgentes no combate e prevenção a esse problema, que tem causado o adoecimento de milhares de mulheres em idade jovem e adulta todos os anos no país. As representações elaboradas pelos/as adolescentes revelam que eles/elas também estão atentos a essa realidade e são capazes de discernir sobre os diferentes modos de manifestação da violência, e inclusive reconhecem as agressões verbais como um tipo de violência.

No entanto, é preciso atentar ao fato de que a violência contra a mulher também envolve outras formas que não foram citadas pelos/as participantes desta pesquisa, mas que têm igual importância. As violências patrimonial e moral (Brasil, 2006), por exemplo, são práticas comuns entre casais ou mesmo entre namorados, em que muitas vezes o homem vale-se de sua posição de destaque na relação para destruir bens e objetos de pertença da mulher ou mesmo para privá-la de possuí-los, como também ele pode difamar a sua parceira, espalhando boatos ou divulgando imagens e informações que venham prejudicá-la ou expor a sua intimidade .

Também se faz importante que os/as jovens considerem que a violência contra a mulher ultrapassa a esfera doméstica, apesar desse tipo ser o mais conhecido, e encontra-se presente em outros âmbitos sociais como no local de trabalho, por exemplo, em que práticas como os assédios sexual e moral são comuns (Contreras et al, 2010). Portanto, seria interessante a conscientização do público adolescente quanto à variedade de atos e situações que envolvem a violência dirigida à mulher, a fim de que suas representações sociais sejam dotadas de mais elementos relativos a esse fenômeno, e não se restrinjam unicamente ao ambiente doméstico.

3. Violência no casal

Esta categoria traz as principais representações que os/as adolescentes elaboram sobre a violência por cônjuge, e abrange três subcategorias: *3.1 Violência física e verbal contra a mulher*, *3.2 Violência nos pais*, e *3.3 Violência na vizinhança*.

3.1 Violência física e verbal contra a mulher

A primeira subcategoria traz representações mais gerais da violência no casal que aparecem objetivadas nas agressões física e verbal do marido contra a esposa, como atestam os relatos a seguir:

Era violência física contra a mulher (Theo, 18 / 3ª série)

Toda vez que eu ouço falar desse tipo de violência, eu até hoje nunca ouvi falar da violência da mulher contra o marido, é mais do marido contra a mulher mesmo, agressão física, verbal, xingamentos (Velson, 18 / 3ª série)

O marido batia na esposa e nesse caso que eu acompanhei acabou até em morte (Túlio, 18 / 1ª série)

Essas representações elaboradas pelos/as adolescentes mostram a violência no casal como uma prática unidirecional, que é sempre no sentido marido – esposa. Porém, é preciso considerar que apesar da violência conjugal ser mais praticada pelo sexo masculino (devido ao próprio sistema patriarcal que rege as relações no casal), também muitas mulheres figuram como agressoras, fato que precisa ser levado em conta, a fim de que a violência seja representada como um fenômeno que pode ser vivenciado tanto por homens quanto por mulheres (Alvim & Souza, 2005).

Outro ponto a destacar refere-se ao caráter extremo a que pode chegar a violência entre os cônjuges. De acordo com as representações dos/as adolescentes, as agressões contra a mulher vão desde xingamentos até o homicídio, ato de maior gravidade. Em consonância com as mesmas, dados mostram que no ano de 2013 houve 1.583 homicídios de mulheres por parceiros ou ex-parceiros no país, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos

naquele ano. Este valor equivale a cerca de quatro mortes diárias de mulheres cometidas por pessoas com as quais mantêm ou mantiveram relações íntimas de afeto (Waiselfisz, 2015). Assim, observa-se que as representações elaboradas pelos/as adolescentes encontram-se ancoradas na própria realidade cotidiana com a qual se deparam, seja através do meios de comunicação ou pela convivência em suas famílias ou nos locais onde vivem, como mostram as próximas subcategorias.

3.2 Violência nos pais

A segunda subcategoria mostra que os/as adolescentes elaboram representações da violência no casal objetivadas em suas próprias famílias, sendo eles/as mesmos/as testemunhas de agressões físicas e verbais entre os seus genitores, como mostram os relatos a seguir:

Eu já presenciei na minha casa, meu padrasto já agrediu minha mãe fisicamente e é horrível, é muito ruim (Tina, 18 / 3ª série)

Na minha casa já aconteceu isso (...) entre meu ex-padrasto e minha mãe (Malu, 18 / 3ª série)

Eu já presenciei casos de violência na minha própria família, o meu pai e minha mãe, e é uma coisa que é muito ruim, não só pra minha mãe, no caso que foi quem sofreu a violência, mas também pra os filhos que estavam presenciando, porque é um ato que causa um trauma (...) (Luna, 18 / 3ª série)

A violência tanto verbalmente quanto fisicamente, em casa, aconteceu lá em casa (Max, 18 / 3ª série)

Minha mãe apanhava do meu pai, ele saía final de semana e voltava na segunda, saía na sexta voltava na segunda, achava que tinha direito batia nela (Nanda, 20 / 3ª série)

Eu já presenciei meus pais, não agressão física, mas agressão verbal, xingamentos, desconfortos, mas assim, mas consequentemente por causa do meu pai (Elvis, 18 / 2ª série)

Estes relatos revelam a presença das violências física e verbal nas famílias dos/as adolescentes. Por meio das falas, nota-se que esse fenômeno ocorre sempre na direção marido-mulher, ou seja, a violência é praticada pelos pais/padrapos contra as mães, e também

traz consequências para os filhos e para a família como um todo. A literatura tem mostrado que a violência conjugal além de prejudicar o bem-estar de quem a sofre, quase sempre a mulher, é uma forma de vitimização indireta dos filhos com sérias consequências ao longo do tempo (Patias, Bossi, & Dell’Aglia, 2014). A violência no casal pode ser compreendida como uma forma de abuso psicológico para os filhos, pois estes passam a conviver em um ambiente desfavorável, onde impera um clima de medo e insegurança constantes. Entre as principais consequências destacam-se problemas em uma ou várias áreas do funcionamento aos níveis comportamental, cognitivo, emocional e social (Sani, 2007). Registram-se a curto prazo problemas tais como isolamento, baixa auto-estima, aumento da ansiedade, medo, dificuldade de dormir, enurese noturna, perda de apetite, insônia, dificuldade de concentração, problemas no desempenho escolar, comportamento agressivo, comportamento destrutivo, fuga de casa, entre outros (Sani, 2011; Souza, 2013).

Quanto às implicações a longo prazo, a literatura mostra que a exposição à violência interparental constitui-se em um sério fator de risco para a prática de violência em relacionamentos futuros. Assim, as crianças e adolescentes que presenciam episódios de violência entre seus pais apresentam maior risco de, quando forem adultos, se envolverem em situações de violência também com seus cônjuges ou namorados (Sani, 2011). Acredita-se que o modo violento de resolver conflitos dos pais é normalizado e aprendido pelos filhos, que podem utilizá-lo em situações futuras com seus próprios parceiros amorosos (Souza, 2013).

3.3 Violência na vizinhança

Esta subcategoria revela que os/as adolescentes, além de presenciarem situações de violência em suas próprias famílias, também percebem a violência conjugal na vizinhança, como mostram os relatos abaixo:

Eu tenho uma vizinha que ela apanha direto, ela apanha muito pra falar a verdade, tem dias dela sair de casa com o olho roxo, ele (marido) não tem dó nem piedade dela (Leda, 18 / 3ª série)

Já teve um caso de uma vizinha minha, aí ela gritava pedindo socorro, mas ninguém tinha coragem de ajudar, e depois quando ela saiu na rua, as marcas que ela tava ela dizia que foi de queda, e assim, todo mundo sabia que não era (Mila, 19 / 2ª série)

Já, já ouvi falar, o fato que eu presenciei foi que o marido tinha discutido com a esposa (...) e é um fato interessante, porque ela jurou que ia botar água quente no ouvido dele com ele dormindo (Denis, 18 / 2ª série)

Assim como a violência conjugal retratada nas famílias dos/as adolescentes, a violência de gênero no casal, na vizinhança, também aparece como um fenômeno conhecido, cotidiano, e que é marcado pela presença de agressões físicas. Porém, nessa subcategoria já emergem relatos que mostram a violência não sendo cometida unicamente pelo homem, mas também pela mulher, que no caso relatado constituiu-se em uma ameaça de morte. Esse é um dado importante, pois mostra que os/as adolescentes reconhecem a violência como sendo uma prática dos dois sexos, e não unicamente do homem, e que suas representações incluem elementos variados como a ameaça.

Contudo, ainda nota-se a diferença de gravidade das agressões cometidas pelos dois sexos. Enquanto a violência masculina é objetivada em agressões físicas que deixam hematomas, a violência feminina é representada pela ameaça ao parceiro. Essa desvantagem possivelmente relaciona-se com o próprio processo de socialização, que oferece diferentes maneiras de comportamento para homens e mulheres. Assim, desde pequenos os homens aprendem que devem ser fortes, corajosos, viris, sendo a prática da violência uma demonstração de sua masculinidade (Medrado & Pedrosa, 2006), enquanto que as mulheres, historicamente alijadas do uso do poder e violência física, recorrem com mais frequência a formas de violência verbal e ameaças, que não deixam marcas visíveis, mas que também podem ser danosas.

4. Violência nas relações de namoro

Esta categoria abrange os principais elementos relativos à violência em relações como o namoro e envolve duas subcategorias: 4.1 *Violência contra a namorada* e 4.2 *Semelhante à violência no casal*.

4.1 Violência contra a namorada

Esta subcategoria revela situações de agressão física, psicológica e sexual, cometidas por rapazes contra suas namoradas. Aqui as representações da violência no namoro aparecem ancoradas no patriarcado, pois assim como nos relacionamentos conjugais, também no namoro é evidente o exercício do poder masculino sobre a mulher, em que a prática da violência aparece como um meio para dominá-la e submetê-la a sua vontade (Narvaz & Koller, 2006a; Vilá & Tordera, 2011). Os relatos abaixo atestam isso:

Tem muitas meninas que namorando apanha do namorado, é obrigada a ter relação sem ter vontade. Tinha uma menina, só porque o namorado dava (...) brinco, colar, pulseira, ele achava que podia fazer o que quisesse, bater nela, ela apanhava todo dia, a gente dizia “mulher dê parte”, ela dizia “não porque ele me dá ouro” (Nanda, 20 / 3ª série)

Uma vizinha minha, que ela namorava, e ele maltratava muito ela, e até ela tinha dezesseis anos no tempo teve um filho com ele, e até hoje ele chega lá na casa dela jurando de matar ela (...) que eu já vi ele agredindo ela, no meio da rua, ele chegou ao ponto de agredir ela, e ela ficou calada porque ia fazer o quê, e no tempo ela estava grávida ainda, e quase perde o filho (Denis, 18 / 2ª série)

Que o rapaz era muito ciumento e não deixava a namorada sair pra lugar nenhum, aí dava muito tapa na cara dela (Theo, 18 / 3ª série)

A namorada tava namorando com esse menino, aí ele descobriu que ela tava conversando com outro no whatsapp, no face, era amizade assim, aí por causa disso deu um tapa nela (Mara, 18 / 1ª série)

Ele descobriu que ela tava traindo ele, aí agressão mesmo, tapa, chute, tudo. Eram namorados, três anos (Caio, 18 / 3ª série)

A menina começou a namorar, com pouco tempo fugiu, foi morar em outra cidade, longe da família, e ele acabou proibindo ela de até mesmo de falar com a família, e batia nela (Luna, 18 / 3ª série)

Os relatos também revelam a presença e gravidade dos atos de violência que acontecem em relacionamentos como o namoro, que vão de tapas à violência sexual, chegando à ameaça de morte. São violências extremas que muitas vezes passam despercebidas pela sociedade. Inclusive na própria literatura há uma escassez de estudos voltados para a violência no namoro (Nascimento & Cordeiro, 2011), apesar dessa prática também estar sustentada na lógica patriarcal e poder ter desfechos trágicos (Taquette, 2009). Entre os fatores que contribuem para a pouca produção científica estão a crença de que o namoro é uma fase de conhecimento entre os parceiros, sendo impossível acontecer violência nesse tipo de relação, e também a dificuldade de definição da violência no namoro e operacionalização desse conceito, pois não há um consenso sobre o mesmo (Rubio-Garay et al, 2015), além da dificuldade de acesso ao público adolescente, devido a necessidade de consentimento dos pais/responsáveis (Matos et al, 2006).

Porém, apesar da violência no namoro ser um fenômeno de estudo recente, muitos pesquisadores já apontam consequências físicas e emocionais em adolescentes que sofrem esse tipo de violência. Entre os principais problemas que estes/as jovens podem apresentar estão distúrbios psiquiátricos, baixa auto-estima, e, no caso de meninas, quando grávidas, estão mais propensas a riscos de abortamentos e mortalidade (Taquette, 2009).

Também é importante destacar que a violência no namoro pode ser um importante preditor para a violência conjugal na vida adulta (Castro, 2009; González-Ortega et al, 2008; Minayo et al, 2011; Moreira, 2007; Strey et al, 2004). Assim, os/as adolescentes que vivenciam violência em seus relacionamentos afetivos têm maior probabilidade de voltar a experimentar situações similares na vida conjugal, sejam como perpetradores ou como vítimas, pois a prática da violência é aprendida como um instrumento e meio de resolução de problemas. Daí a importância de programas de prevenção à violência que estejam voltados para adultos e também adolescentes, a partir do entendimento de que a prática da violência

contra a mulher não está restrita unicamente ao casamento, mas muitas vezes, tem seu início em relacionamentos como o namoro ou mesmo o ficar, onde as assimetrias de poder e dominação também estão presentes.

4.2 Semelhante à violência no casal

Esta subcategoria mostra que os/as adolescentes representam a violência no namoro como sendo semelhante à violência no casal, ou seja, os dois tipos de violência apresentariam os mesmos elementos, como mostram as falas a seguir:

Na minha opinião é mais ou menos a mesma coisa da violência entre casal (Velson, 18 / 3ª série)

Acho que seria quase a mesma coisa da violência entre marido e esposa, acho que só mudaria os nomes que passaria a ser namorados, mas acho que a violência não muda em nada (Malu, 18 / 3ª série)

Porque como eu disse casamento e namoro a mesma coisa (Nanda, 20 / 3ª série)

É igual a um casal, é qualquer casal seja ele namorado ou casado (Denis, 18 / 2ª série)

Porque tá tudo a mesma coisa, namorado, marido, assim, são os mesmos motivos, é, acho o mesmo motivo (Celi, 18 / 2ª série).

Assim, nas representações dos/as adolescentes a violência no namoro aparece objetivada na violência entre marido e esposa, não havendo diferenças entre os dois tipos. Como foi visto na subcategoria anterior, os exemplos trazidos pelos/pelas jovens da violência no namoro são tão graves quanto casos de violência conjugal, e são sempre na direção do homem contra a mulher, ou seja, tanto na violência no casamento quanto na violência no namoro, o homem figura como o agressor e a mulher como a vítima, daí a percepção de que são tipos idênticos de violência.

No entanto, a literatura científica aponta algumas ressalvas nesse aspecto. Alguns autores defendem que a violência no namoro tende a ser simétrica, ou seja, meninas e rapazes ora são agressores e ora vítimas de maus-tratos físicos, psicológicos e sexuais (Antonio &

Hokoda, 2009; Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010; Oliveira et al, 2011). Nos relacionamentos conjugais porém, parece haver um consenso quanto as mulheres serem as vítimas principais das agressões, que são cometidas por maridos e ex-maridos (Strey et al, 2004). Essa diferença provavelmente deve-se ao fato da adolescência ser uma fase de experimentações, em que as crenças sobre os papéis de gênero são mais flexíveis, sendo a violência manifestada de modo mais similar entre moças e rapazes. Já o casamento é uma relação marcada por transformações estruturais como a presença de filhos, dependência econômica, maior controle por parte do parceiro, o que faz com que as normas de gênero estejam mais intensificadas e levem a manifestações da violência mais próximas dos modelos tradicionais, que a localizam no sexo masculino (Caridade & Machado, 2006; Oliveira et al, 2014).

Essa seria, portanto, uma explicação para a divergência observada por alguns autores na prática da violência entre namorados e entre cônjuges. Entretanto, é válido ressaltar que nas representações dos/as adolescentes deste estudo, a violência, nos dois tipos de relacionamento, ou seja, no casamento e no namoro, aparece ancorada na perspectiva de gênero, em que o sexo masculino aparece como hegemônico e dominador, sendo o responsável pelos maus-tratos infligidos contra as parceiras. E mesmo quando a mulher é apontada como sendo responsável por algum tipo de violência, esta quase sempre é de menor grau ofensivo, incapaz de fazer frente às agressões deferidas pelo sexo oposto.

5. Motivos de violência nos relacionamentos íntimos de afeto

Esta categoria traz as representações dos/as adolescentes acerca dos motivos para a prática da violência nos relacionamentos afetivos, e envolve cinco subcategorias: *5.1 Poder do homem*, *5.2 Ciúmes e Infidelidade*, *5.3 Uso de substâncias psicoativas*, *5.4 Situações banais*, e *5.5 Ausência de diálogo*. Aqui se optou por juntar em uma única categoria as motivações da

violência tanto nas relações conjugais como no namoro, devido ao fato de haver semelhanças entre as razões apontadas pelos/as participantes.

5.1 Poder do homem

A primeira subcategoria aponta representações sociais objetivadas na figura do homem dominador, que usa de sua posição de destaque e maior importância na relação para agredir a parceira, a fim de submetê-la ao seu total domínio. As falas a seguir atestam isso:

Eles (homens) acabam tirando proveito, acham que são superiores a elas, acham que mandam, que têm que mandar, que elas têm que ser submissas a eles (...) que o namorado quer mandar, começa já no namoro a violência, em alguns casos já começa no namoro, o namorado se sente superior e no começo já quer logo mandar (Tina, 18 / 3ª série)

Porque o marido se acha como um dono, que a mulher é propriedade entendeu, como se fosse ele que tivesse fabricado e colocado, como se ela fosse um objeto dele (Caio, 18 / 3ª série)

Que tudo o que o homem falar a mulher tem que fazer (Luna, 18 / 3ª série)

É quando o homem quer controlar a mulher, é quando ele quer privar a mulher de muitas coisas, aí acaba acontecendo violência, porque a mulher é como, a pessoa é livre, e muitas vezes o homem não quer aceitar isso (...) por querer mandar, querer dominar, querer fazer da mulher seu objeto, querer fazer da mulher sua escrava (Max, 18 / 3ª série)

Porque homem quer ser superior a mulher, porque ele acha que como casou ela é propriedade dele, tipo como comprou alguma coisa (Nanda, 20 / 3ª série)

Os namorados querem mandar nas namoradas, é o visual da pessoa, como a pessoa se veste, como se comporta num lugar, tem que ser lealmente o que ele mandar fazer a pessoa tem que fazer (Mara, 18 / 1ª série)

Esses relatos trazem uma série de elementos que apontam o exercício do poder, seja pelo namorado ou pelo cônjuge, como motivo para a violência contra a mulher, revelando representações sociais com ancoragem no patriarcado e submissão feminina. Estudos mostram que o sistema patriarcal é um dos grandes responsáveis pela manutenção das

desigualdades de gênero ainda hoje (Cantera, 2005; Hines, 2007; Saffioti, 2004). Por ser um sistema androcêntrico, o patriarcado designa diferentes possibilidades para os sexos, delimitando quem tem o poder, o forte (o homem), e quem está submetido, o frágil (a mulher). Essa ordem está sustentada pela cultura, pelas tradições e pelas religiões, e tem se mantido ao longo dos séculos (Contreras et al, 2010; Vilá & Tordera, 2011).

As representações elaboradas pelos/as adolescentes nesta subcategoria revelam que os ideais e valores patriarcais encontram-se imbricados no pensamento coletivo, guiando práticas, atitudes e comportamentos que levam ao desrespeito para com os direitos femininos de uma vida digna respaldada na liberdade, justiça e equidade. É devido ao enraizamento das desigualdades de gênero no pensamento social, que o homem exerce domínio nos espaços público e privado, e é especialmente nessa dimensão que ele se percebe como dono da sua parceira, seja esta esposa ou namorada, submetendo-a aos seus desejos e necessidades (Narvaz & Koller, 2006a; Vilá & Tordera, 2011). Portanto, as representações dos/as adolescentes refletem a realidade patriarcal existente até hoje, que impregna os modos de pensar, ser e se comportar de ambos os sexos, sendo que muitas mulheres nem se percebem como dominadas, tamanho o enraizamento e naturalização dos papéis estereotipados de gênero atribuídos a homens e mulheres nesse sistema (Narvaz & Koller, 2006b).

5.2 Ciúmes e Infidelidade

A segunda subcategoria revela outros dois motivos que têm sido evocados pelos/as adolescentes como razões para a violência nas relações íntimas de afeto. Em relação ao ciúme, de acordo com os relatos, nota-se que este aparece objetivado como um sentimento intenso, que atinge principalmente os homens, levando-os a uma postura de dominação sobre suas parceiras. Novamente são representações com ancoragem nas desigualdades de gênero, em que o homem, devido a sua posição hegemônica na relação, usa a violência a fim de evitar que sua parceira o “desonre”, como se pode ver nos relatos a seguir:

Tem ciúme, muito ciuminho exagerado (...) os ciúmes por parte do marido, ciúmes bestas, exagerados (Noélia, 18 / 3ª série)

Com ciúmes dela, com ciúmes de outros homens que ela conhecia como amigos e tudo (Túlio, 18 / 1ª série)

Ciúmes, a mulher não pode ter amizade com outros homens que o homem já tem ciúme e tal, na maioria das vezes (Caio, 18 / 3ª série)

Bom eu já ouvi, por causa de ciúmes, algumas agressões, término, até agressões físicas eu já ouvi falar também (Elvis, 18/ 2ª série).

O estudo de abrangência nacional denominado “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” que ouviu 2.365 mulheres e 1.181 homens acima de 15 anos, também aponta a discussão sobre fidelidade, na qual se destaca a questão do ciúme, como um dos principais motivos para a violência do homem contra a mulher. Em todas as faixas etárias pesquisadas e independente do nível de escolaridade das vítimas, o ciúme figurou como a razão mais importante para a ocorrência de agressões nos relacionamentos (Venturi & Godinho, 2013). Resultado similar também foi encontrado na pesquisa do DataSenado (Brasil, 2015) realizada com 1.102 brasileiras entrevistadas por telefone em todo o território nacional. Esse estudo revelou que 21% das mulheres apontaram o ciúme como o principal desencadeante de violência nas relações afetivas.

As pesquisas citadas acima e os relatos das entrevistas apontam o ciúme como o fator responsável por grande parte das situações de violência nos relacionamentos afetivos, sendo este sentimento considerado bastante prejudicial aos parceiros amorosos. Porém, apesar dessa representação negativa do ciúme que foi apresentada aqui, é preciso ainda tecer algumas considerações sobre esse assunto.

A literatura específica sobre ciúme o aponta como uma das emoções mais comuns entre os seres humanos, sendo constitutiva de sua natureza, de maneira que todas as pessoas são ciumentas em níveis variados, uns mais e outros menos (Kingham & Gordon, 2004). O ciúme pode ocorrer em quaisquer tipos de relações humanas, como nas relações de amizade e

nos vínculos familiares, mas costuma ser mais associado às relações íntimas de afeto, quando há a formação de casais, e então passa a ser denominado de ciúme romântico (Almeida, Rodrigues, & Silva, 2008).

Para muitas pessoas esse tipo de ciúme representa uma manifestação de amor e zelo ao parceiro/a, uma tentativa de manutenção da relação. Inclusive pesquisadores como Rosset (2004) destacam o lado benéfico desse sentimento, quando se manifesta de modo tênue e leva a aproximação dos parceiros, prevenindo o afastamento natural na relação. Porém, quando o ciúme é intenso e se manifesta de modo a produzir angústia e abalar a saúde física e emocional dos envolvidos, torna-se prejudicial à relação, podendo constituir-se em um sentimento doentio, também chamado ciúme patológico (Almeida et al, 2008). Portanto, é o ciúme patológico, que encontra-se relacionado com a presença de emoções danosas como a ansiedade, depressão, insegurança e raiva nos relacionamentos amorosos, que leva ao desejo de controle total dos sentimentos e comportamentos do/a parceiro/a (Almeida et al, 2008), o que inclusive pode levar a atos de violência muitas vezes brutais, como os relatados nesta pesquisa. Assim, a literatura apresenta o ciúme como sendo um sentimento tênue, que a depender do nível e intensidade com que se manifesta, pode, por um lado preservar o relacionamento, como por outro, pode abalá-lo e levar a atos danosos como a violência.

Nos relatos dos/as adolescentes o ciúme é representado como um sentimento exagerado, que é ruim para o relacionamento, levando a agressões e maus-tratos. Essas representações indicam que os/as jovens não conseguem perceber a tenuidade desse sentimento, que, quando desregulado, produz males no relacionamento, mas, se vivido na dosagem correta, pode ser bom e fortalecer o vínculo amoroso. Na própria literatura há apontamentos sobre a importância dos parceiros amorosos estarem atentos aos seus sentimentos, especialmente quando se trata do ciúme (Almeida, 2003; Almeida et al, 2008). Para os pesquisadores é importante que cada parceiro/a elabore o ciúme em prol de seu

relacionamento amoroso, buscando uma maior satisfação e evitando conflitos. Assim, seria formidável que cada pessoa, especialmente os/as adolescentes, ao perceberem-se como sendo invadidos por esse sentimento, procurassem entender os motivos que os/as levam a tal estado, e buscassem os recursos necessários para o equilíbrio emocional. O conhecimento sobre o próprio ciúme auxilia as pessoas a compreendê-lo, contorná-lo e utilizá-lo como um meio para crescer na relação afetiva, sendo uma oportunidade válida para aperfeiçoar a qualidade dos relacionamentos amorosos (Almeida et al, 2008).

No que se refere à infidelidade, os/as adolescentes também a identificam como uma prática danosa ao relacionamento, quase sempre levando a situações de violência, como pode ser visto a seguir:

Tipo ou o homem ou a mulher trair o outro por conta de algumas coisas assim, muitas vezes por traição, eles batem (Tati, 18 / 1ª série)

Principalmente no caso de traição, de traição que o homem pra ele é assim, ele pode trair, mas não pode ser traído e qualquer traiçõzinha já vi sim muita agressão, muita agressão dos namorados (Caio, 18 / 3ª série)

Os relatos acima revelam ser a infidelidade dos/as parceiros/as amorosos um motivo para a violência dirigida à mulher. Assim, o homem agride a parceira quando descobre ou mesmo quando suspeita que esteja sendo traído por ela, como uma forma de puni-la por isso e descarregar sua raiva e indignação, pois em suas representações o homem deve ser dominador no relacionamento, já que trata-se do “macho”. Nesse contexto, a traição é percebida como um sinal que fere a sua virilidade e masculinidade (Silva, Coelho, & Njaine, 2014). A reação violenta à infidelidade feminina também pode ser explicada por meio dos resquícios de normas e valores não mais valorizados socialmente, mas que ainda povoam o imaginário popular, como é o caso da tese da legítima defesa da honra, que permitia à absolvição de homens que cometessem crimes passionais motivados pela traição (Machado, 2002). A violência como reação à infidelidade também aponta ancoragens nas primeiras representações

das mulheres da história, que eram vistas como seres promíscuos, cuja domesticação por meio da violência, aparecia como necessária a fim de domar seus instintos sexuais (Swain, 2001).

Portanto, os relatos dos/as adolescentes que apontam a infidelidade como motivo para a violência nos relacionamentos afetivos, revelam representações ancoradas em normas e valores sociais do patriarcado, em que o homem usa a violência para manter a fidelidade feminina, domesticar a sua sexualidade promíscua quando se descobre traído, e mostrar quem é o dominador no relacionamento.

5.3 Uso de substâncias psicoativas

Esta subcategoria aponta o consumo de álcool e outras drogas pelos parceiros amorosos como motivo para a prática da violência. Os relatos a seguir, exemplificam isso:

Drogas, que geralmente ocorre por uso de drogas, de álcool (Noélia, 18 / 3ª série)

Às vezes porque o marido tem algum problema, bebe muito, ele bebe (...) pode ser por uso de algum entorpecente (Tobias, 18 / 3ª série)

Ah muitos casos ocorre assim quando o marido chega bêbado, drogado (Liza, 18 / 1ª série)

Teve uns que eu já vi que o cara chega bêbado em casa, aí já briga, discute, aí às vezes a mulher fica rebatendo as coisas que ele fala, aí o homem já pega a faca e quer matar (Juca, 19 / 1ª série)

Meu pai que às vezes chegava bêbado em casa, e quando minha mãe ia conversar com ele, ele sempre partia pra agressão verbal (Elvis, 18 / 2ª série)

Ele usa droga e tudo, principalmente uma pessoa que se trata dum drogado, quem usa droga não está num perfeito estado (Denis, 18 / 2ª série)

Às vezes por causa de droga, às vezes por causa de cachaça muita gente chega em casa bêbado, não sabe o que faz, mas ainda provoca esse tipo de situação. É mais por causa disso (Leda, 18 / 3ª série)

Também em estudos de amostra populacional o uso de substâncias psicoativas, especialmente o álcool, aparece como um dos fatores mais relevantes para a prática da

violência contra a mulher. Na pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, por exemplo, o fato do parceiro estar alcoolizado ou beber muito aparece em segundo lugar como fator para a violência, independente do nível de escolaridade, faixa etária ou renda mensal da vítima (Venturi & Godinho, 2013). Dado similar foi encontrado no estudo do DataSenado (Brasil, 2015) em que 19% das mulheres agredidas apontaram o fato de seus parceiros consumirem bebidas alcoólicas como principal motivo para a prática da violência, sendo superado apenas pelos ciúmes apontado por 21% da amostra.

Porém, é preciso atentar ao fato de que apesar do consumo de substâncias psicoativas estar relacionado com a violência contra a mulher, este não deve ser compreendido como uma causa determinante da mesma. Soares (2005) explica que há situações em que a bebida alcoólica e outras drogas aparecem associadas à violência, no entanto, isto não significa que a dependência química é causadora desse problema. De acordo com a autora, há casos de violência contra a mulher em que o agressor nunca ingeriu álcool ou outras drogas, e há muitos homens que apesar de serem dependentes químicos, em nenhum momento foram agressivos com suas parceiras ou filhos/as.

Portanto, as substâncias psicoativas, longe de serem causas para a violência, são apenas questões adicionais, que podem ou não acompanhar esse problema (Soares, 2005). Daí a importância de uma reflexão aprofundada sobre as representações sociais elaboradas pelos/as adolescentes acerca das motivações para a violência contra a mulher. A crença de que o álcool ou outras substâncias são responsáveis pela prática da violência muitas vezes acaba absolvendo o agressor, pois tende a prevalecer a ideia de que é o álcool que provoca a sua fúria e descontrole, pois sem essa substância ele seria incapaz de qualquer ato de agressividade. Essa crença, que por vezes encontra-se enraizada no imaginário popular, pode contribuir para a construção de representações sociais que desresponsabilizam o agressor por seus atos, e também mascaram as verdadeiras causas da violência que podem ser encontradas

nas desigualdades de gênero, que permeiam o espaço social e contribuem para a construção de relações assimétricas entre os sexos (Guedes, Silva, & Fonseca, 2009).

5.4 Situações banais

A quarta subcategoria traz representações dos motivos para a violência objetivadas em situações corriqueiras do dia-a-dia, como discussões com o cônjuge ou deixar de fazer alguma tarefa doméstica, como arrumar a casa ou preparar refeições. As falas a seguir atestam isso:

Acontece meio por uma briga boba, quando acaba discutindo (Malu, 18 / 3ª série)

Os que eu vejo é sempre por besteira, porque esqueceu de, por exemplo, arrumar uma cama, porque tava na calçada conversando com algum vizinho, e é isso, o marido já vem agredindo, batendo, a maioria dos casos que eu vejo (Caio, 18 / 3ª série)

Um caso que aconteceu (...) a mulher não tinha feito o almoço do marido, aí ele espancou ela por causa disso (Celi, 18 / 2ª série)

Esses relatos mostram que as causas para a violência podem ser motivos banais ou fúteis, que levam homens a agredirem fisicamente suas parceiras. Nesses casos, muitas vezes é comum atos brutais de violência como o espancamento ou o homicídio. No Estado de São Paulo, por exemplo, 50% das ocorrências policiais de casos de violência contra a mulher que resultaram em morte, faziam menção a motivos banais ligados a discussões domésticas (Manso, 2010). Assim, observa-se a intolerância dos homens diante de situações tais como a discordância de sua opinião, ou o descumprimento de papéis de gênero atribuídos às mulheres, como o cuidado com as tarefas domésticas, levando-os a partirem para agressões físicas ou mesmo o homicídio. Esses casos estão claramente relacionados ao sistema hegemônico de gênero, fruto da mentalidade patriarcal, que atribui ao homem a dominação nas relações afetivas, principalmente na conjugalidade (Minayo, 2005; Vilá & Tordera, 2011) não aceitando qualquer ato feminino que contradiga ou frustrasse seus desejos e interesses.

5.5 Ausência de diálogo

Nesta subcategoria as representações dos/as adolescentes apontam a falta de comunicação nas relações amorosas como uma causa para a violência. Seguem alguns relatos acerca desse aspecto:

Então, muitas vezes não tem diálogo, não tem afinidade (Luna, 18 / 3ª série)

Por falta de conversa, falta de diálogo entre os dois (...) de como você sentar com seu parceiro parceira pra saber o que tá levando a essa tal coisa aí, tudo se resolve na base da conversa (Theo, 18 / 3ª série)

Por falta de diálogo, de convivência, de cada um se colocar no seu próprio lugar, tentar pensar de uma forma, assim, mais ampla um do outro (Elvis, 18 / 2ª série)

Essas falas revelam a ausência de comunicação entre os parceiros afetivos como um fator que pode levar a situações de violência, pois os conflitos e desentendimentos ficam sem resolução, e em um momento ou outro, alguém acaba tentando “dar um basta” nos problemas por meio da violência. Também em um estudo realizado por Couto, Schraiber, D’Oliveira e Kiss (2007) com 21 mulheres, revelou que as mesmas consideram a ausência de diálogo nos seus relacionamentos íntimos como um fator responsável pela desunião do casal e por situações de desentendimentos e brigas. Elas relatam acreditar que o diálogo seria um meio para obter a harmonia em suas famílias, porém sentem-se obrigadas a terem de iniciarem a comunicação com os seus maridos, pois os mesmos não se dispõem a compartilhar preocupações e participar dos assuntos do lar. No entanto, as mesmas também reconhecem que, muitas vezes, não tem paciência suficiente para a conversa, o que se constitui como um fator de impedimento para a comunicação no casal.

Assim, considerando a importância do diálogo para a harmonia dos relacionamentos afetivos, seria válido questionar os motivos que impedem a sua presença, levando a conflitos nos casais. Será que isto vem da própria formação familiar de cada um, em que esteve ausente

a prática da conversa, e por isso não existe um hábito de dialogar? Será que é a falta de tempo devido ao cotidiano agitado, que impede os parceiros afetivos de terem um momento para trocarem ideias e preocupações? Ou será que é a intolerância às diferentes maneiras de pensar que impede a comunicação, pois haveria a dificuldade de estar aberto ao próximo, que possui um modo diferente de enxergar o mundo? São questões importantes, que necessitam de resposta, para que haja um entendimento acerca daquilo que impede a prática da comunicação nos relacionamentos, a fim de que sejam buscados meios que estimulem o diálogo saudável entre os parceiros íntimos.

6. Atos/situações inaceitáveis no relacionamento

Esta categoria, como o próprio nome sugere, traz aquilo que os/as adolescentes consideram como não devendo acontecer em uma relação afetiva, e abrange duas subcategorias: *6.1 Agressão/Violência* e *6.2 Infidelidade*.

6.1 Agressão/Violência

A primeira subcategoria traz representações dos adolescentes objetivadas em atos como agressões físicas, verbais e maus-tratos deferidos pelo/a parceiro/a, como mostram os relatos seguintes:

Agressão, tanto de um lado quanto de outro, porque se você tá com uma pessoa, se você gosta dela, então por que é que você vai agredir (Velson, 18 / 3ª série)

Tanto agressão verbal, quanto agressão física (...) eu não aceito, se caso um dia ele chegar e me agredir eu não aceito isso (Noélia, 18 / 3ª série)

A violência de ambas as partes é inaceitável (Túlio, 18 / 1ª série)

A violência, por exemplo, (...) palavras ofensivas, não ficar apontando o dedo quando tá falando, a situação da voz vai engrandecendo, ficando maior (Mara, 18 / 1ª série)

Agressões física e verbal (Malu, 18 / 3ª série)

Agressão física, verbal, de qualquer modo, qualquer jeito, agressão (Caio, 18 / 3ª série)

Brigas assim de murro, do homem acabar matando a mulher (Luan, 18 / 1ª série)

Violência contra a mulher (Luna, 18 / 3ª série)

Se ele me batesse também eu não ia ficar com ele, se ele me forçasse a fazer algo, ter relação sem ter vontade também não (Nanda, 20 / 3ª série)

Agressão é inaceitável, e mais, qualquer forma de agressão, é inaceitável pra mim (Elvis, 18 / 2ª série)

A violência não pode (Tati, 18 / 1ª série)

Os relatos dos/as adolescentes revelam representações ancoradas na conscientização acerca da violência, apontando a agressão, seja física, sexual ou verbal, como uma prática intolerável, que não deve estar presente na vivência afetiva. De fato, a literatura mostra que a experiência de violência nas relações afetivas pode ter consequências a curto e a longo prazo para ambos os sexos (Breiding et al, 2014). Observa-se como efeitos a curto prazo, reações emocionais tais como raiva, medo, isolamento, mal-estar emocional, e também reações somáticas como cefaleias, disfunções gastrointestinais, problemas para dormir, dor pélvica, entre outros (Paiva & Figueiredo, 2003).

Já os efeitos a longo prazo podem envolver depressão, síndrome do estresse pós-traumático, sintomas dissociativos, disfunções alimentares, comportamentos sexuais de risco, e abuso de psicotrópicos (Matos et al, 2006; Paiva & Figueiredo, 2003). Assim, há, de modo geral, uma perda na qualidade de vida dos sujeitos que vivenciam situações de violência em seus relacionamentos íntimos. Porém, é válido esclarecer que o impacto da violência não acontece de modo igual para todas as vítimas, pois há outras variáveis que concorrem para a sua atenuação ou agravamento. Entre as principais estão a intensidade e frequência das agressões, o tipo de vínculo com o agressor, os recursos psicossociais da vítima, e o histórico de vitimização (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009). Portanto, há uma maior probabilidade de que os efeitos da violência sejam experimentados com mais intensidade por aquelas pessoas

que têm um histórico familiar permeado pela violência, seja como expectador ou como vítima (Caridade & Machado, 2006).

6.2 Infidelidade

Nesta subcategoria as representações dos/as adolescentes sobre o que é considerado inaceitável no relacionamento, aparecem objetivadas na figura da traição, em que um ato de infidelidade por parte de seus/suas parceiros/as é tido como intolerável, como mostram os relatos:

Traição é a primeira coisa (Leda, 18 / 3ª série)

Traição (Tina, 18 / 3ª série)

Traição, ocorreu uma traição seja de qual parte for, a pessoa não está sendo fiel totalmente aquele relacionamento, então a outra pessoa não merece passar por esse transtorno, e pra mim, se é pra chegar a esse ponto, é melhor antes disso acabar (Denis, 18 / 2ª série)

Traição, traição (...). Traição é inaceitável, nunca nunca nunca! (Celi, 18 / 2ª série)

Esses relatos apontam representações sociais ancoradas na noção de exclusividade do/a parceiro/a amoroso, que por durante séculos permeou, e ainda permeia o imaginário ocidental acerca das relações afetivas. Esta noção provavelmente tem origem no cristianismo dos primeiro séculos, quando Santo Agostinho empreendeu a primeira Revolução Sexual cristã, com o intuito de “libertar” a sexualidade humana, e para isso ele reafirmou a importância da instituição do matrimônio e a indissolubilidade do vínculo entre marido e mulher. É, portanto, dentro desse contexto que há a valorização da fidelidade entre os parceiros amorosos, pois o exercício da sexualidade somente seria virtuoso se acontecesse entre os cônjuges e unicamente para o fim da procriação (Pimentel, 2011). Desse modo, a busca por outro parceiro íntimo fora do vínculo conjugal não faria o menor sentido, sendo a infidelidade condenada como pecado.

Observa-se que resquícios desse modo de pensar ainda encontram-se presentes no imaginário coletivo dos/as adolescentes, levando-os/as a uma postura de intolerância diante de traições por parte de seus/suas parceiros/as afetivos. Outras pesquisas também mostram a infidelidade como algo que as pessoas consideram não tolerar em suas relações afetivas. O estudo de Nascimento e Cordeiro (2011), por exemplo, realizado com 22 jovens de camadas populares e média, apontou que para a maioria desses participantes a traição aparecia como o principal motivo que levaria ao rompimento da relação. Também no estudo de Flach (2013) conduzido com 14 jovens universitários, a traição figurou como uma situação considerada intolerável no relacionamento para a maioria dos mesmos, revelando ser a fidelidade um mecanismo importante na manutenção das relações íntimas.

Também é válido destacar que a infidelidade já havia sido apontada na categoria 5. *Motivos da violência nos relacionamentos* como uma situação que leva muitas pessoas à agressão nas relações afetivas. Já nesta subcategoria, *6.1 Atos/Situações inaceitáveis*, a infidelidade é representada como algo intolerável, que conduziria ao término do relacionamento. Portanto observa-se uma complementaridade nessas representações, pois a objetivação da infidelidade como uma situação inaceitável no relacionamento também pode estar relacionada com o fato de muitas pessoas agredirem seus/suas parceiros/as quando se descobrem traídos/as. Assim, de um modo ou de outro, parece predominar uma representação da infidelidade ancorada na noção de que é uma situação imperdoável, e que pode conduzir a dois caminhos possíveis: ruptura do relacionamento e/ou agressão.

7. Situações de violência nos relacionamentos de adolescentes

Esta categoria traz os relatos dos/as adolescentes acerca de situações de violência que tenham ocorrido em suas relações afetivas. Foram encontradas três subcategorias: *7.1 Violência verbal*, *7.2 Violência física*, e *7.3 Violência sexual*.

7.1 Violência verbal

A primeira subcategoria faz referência aos relatos de três adolescentes, dois rapazes e uma moça, que alegaram vivenciar ou ter vivenciado violência verbal com suas/seu parceiras/o, como se pode ver a seguir:

Ah ela recebeu um trote, ligaram desconhecido pra ela dizendo que eu tava ficando com outra menina, aí ela não me falou nada, (...) aí quando eu fui perguntar a gente teve uma discussão, porque ela disse que sabia de tudo que eu tava traindo ela, aí começaram as agressões verbais, agora físicas nunca rolou nada, entendeu. Por falta de confiança, falta de confiança, acho que se ela confiasse não precisava fazer isso (Caio, 18 / 3ª série)

Foi um caso dela querer, tanto eu quanto ela querer ir pra um lugar, e um dos dois achar ruim, e aconteceu discussão, mas foi tudo resolvido, tanto foi das duas partes, um querer ir pra um lugar o outro não querer deixar, e vice-versa. (...) Foi como eu falei da outra vez, tava querendo ir pra um lugar, um determinado lugar, aí conversei com ela disse que ia, ela disse que não, e isso gerou uma discussão, foi troca, foi uma violência verbal (Max, 18 / 3ª série)

Verbal já, quando tem briga, mas também eu xingo ele, ele me xinga né, não é só ele que me xinga não (Nanda, 20 / 3ª série)

Nesses relatos aparecem representações sociais da violência no namoro dos/as adolescentes objetivadas em discussões e trocas de insultos, praticados por ambos no relacionamento. A literatura aponta a violência verbal como aquela que produz danos através da fala, sendo caracterizada por insultos, xingamentos, desqualificação, gritos e palavrões dirigidos ao/a parceiro/a. E apesar desse tipo de violência não deixar marcas evidentes, produz sequelas de ordem psíquica (Souza, 2010), sendo considerada uma manifestação da violência psicológica.

Além dos danos imediatos ao bem-estar das vítimas, a violência verbal também pode estar associada a outras formas de agressão (Oliveira et al, 2011). Assim, gritos, insultos e xingamentos nas relações afetivas podem representar a porta de entrada para a instalação de outras situações mais graves como as agressões físicas e o abuso sexual, podendo constituir um verdadeiro ciclo da violência (Okada, 2007).

Estudos mostram que é a violência psicológica, que inclui as agressões verbais, a forma de violência mais frequente nos relacionamentos de adolescentes (Beserra et al, 2015; Guerreiro et al, 2015; Schleininiger & Strey, 2013). Em uma pesquisa realizada por Oliveira et al (2011) com 3.205 estudantes do ensino médio, com idades entre 15 e 19 anos, de escolas públicas e privadas de capitais de dez estados brasileiros, revelou ser a violência verbal o tipo de mau-trato mais evidente, sendo que 85,3% da amostra já sofreu agressões na forma de insultos, depreciação, e fala em tom hostil. Também em um estudo português conduzido com 894 jovens estudantes dos ensinos básico e secundário, revelou ser a violência verbal o tipo de agressão mais sofrido pelos/as participantes em seus relacionamentos. Os dados mostram que 16% da amostra declararam ter vivenciado essa situação ao menos uma vez em sua relação afetiva, sendo 11% dos respondentes moças e 21,5% rapazes, o que também releva a maior vitimização masculina nesse tipo de violência (Guerreiro et al, 2015).

Porém, apesar das agressões verbais serem práticas comuns nas relações afetivo-sexuais de adolescentes, esse tipo de violência ainda é subestimado, especialmente os insultos e xingamentos, que são percebidos como uma forma de comunicação dos/as jovens (Oliveira et al, 2014). Nascimento e Cordeiro (2011) explicam que apesar dos/as adolescentes terem uma percepção abrangente acerca daquilo que pode ser considerado violência em uma relação afetiva, eles/elas têm dificuldade de reconhecer essas mesmas situações como violência quando acontecem em seus relacionamentos, em que muitas vezes maus-tratos e xingamentos são entendidos como algo normal na relação ou mesmo uma “brincadeira”.

Entre as prováveis explicações para essa naturalização da violência nas relações íntimas de afeto, destacam-se duas: o modelo da transmissão intergeracional e a idealização romântica dos relacionamentos. O modelo da transmissão intergeracional da violência defende haver uma relação entre ser exposto a episódios de violência na família de origem na infância, seja como vítima e/ou observador, e experimentar violência em relacionamentos

afetivos futuros como o namoro (Oliveira & Sani, 2009). Por meio desse modelo acredita-se que adolescentes, e especialmente crianças, que veem frequentemente cenas de violência entre seus pais, ou que sofrem violência por parte deles, têm uma maior probabilidade de replicarem esse comportamento no futuro, por meio da vitimização ou da perpetração de violência em relacionamentos como o namoro (Caridade & Machado, 2013). Para essas crianças e jovens a prática da violência em suas famílias de origem é aprendida como um modo de resolução de conflitos (Souza, 2013), que pode ser utilizado em situações similares com os próprios companheiros íntimos ou mesmo com os filhos. Porém, este modelo não deve ser considerado uma regra, pois nem todos os/as jovens que viram episódios de violência entre seus pais tornam-se também agressores/agredidos em seus relacionamentos íntimos, e nem todos os/as adolescentes que vivenciam violência no namoro tiveram pais violentos. É necessário também atentar para outras variáveis que interferem fortemente na transmissão intergeracional da violência, tais como a herança social e cultural, normas e leis vigentes, características interindividuais e intra-individuais, que podem atuar modulando a aprendizagem e consecução de comportamentos violentos (Oliveira & Sani, 2009).

Outra possível explicação pode ser encontrada na idealização romântica dos relacionamentos afetivos que ainda paira no imaginário popular, servindo como ponto de ancoragem para representações sociais. É com base nessa idealização que são difundidas crenças tais como a de que o amor supera todas as dificuldades e de que é necessário fazer sacrifícios em nome desse bem maior (Nascimento & Cordeiro, 2011), sendo a violência compreendida, muitas vezes, como uma demonstração de afeto (Castro, 2009; Nascimento & Cordeiro, 2011; Oliveira et al, 2011; Rubio-Garay et al, 2015; Schleiniger & Strey, 2013). Assim, a crença no ideário do amor romântico faz com que muitos/as jovens interpretem o ciúme excessivo de seus/suas parceiros/as e o controle como demonstração de cuidado e atenção, enquanto os maus-tratos, ofensas e abusos físicos são entendidos como provações

que precisam ser suportadas, pois são partes constituintes das relações amorosas (Nascimento & Cordeiro, 2011). Portanto, esse modo de pensar torna-se um empecilho para que os/as jovens envolvidos em situações de violência em seus relacionamentos percebam-se como vivenciando esse problema, como também impede a busca de relações saudáveis baseadas na liberdade e abertura para o outro, sem que isto acarrete perda de bem-estar e autonomia.

Assim, considerando que muitos/as jovens têm dificuldade de perceber situações de violência em seus relacionamentos, faz-se importante o desenvolvimento de trabalhos de prevenção e conscientização voltados a esse público (Guerreiro et al, 2015; Nascimento & Cordeiro, 2011). Esses trabalhos poderão auxiliá-los a dispor de recursos para o reconhecimento da violência nas relações íntimas, como também poderão ajudá-los na reflexão e questionamento de ideologias enraizadas no imaginário social, que tendem a justificar a agressão. Também seria importante como estratégia preventiva, a capacitação de adolescentes em habilidades sociais voltadas para a relação interpessoal, comunicação assertiva, manejo de emoções, empatia, tomada de decisão e pensamento crítico (Murta, Santos, Martins, & Oliveira, 2013), com o intuito de muni-los de estratégias eficientes para a resolução de conflitos em seus relacionamentos.

7.2 Violência física

Na segunda subcategoria há relatos de agressões físicas vivenciadas por três adolescentes do sexo feminino em seus relacionamentos, como se pode ver a seguir:

Foi em uma discussão, no trabalho ele tinha tomado algumas cervejas, aí chega já esquentado, aí eu fui e falei um negócio a ele que o médico tinha passado pra mim (...), aí ele começou a discutir, a brigar, aí na hora da raiva (...) eu fui me estourei de vez e parti pra cima dele, e dei dois murros aqui no peito dele. Nesse dia a gente brigou, ele não me machucou, ele nem tocou em mim, agora eu na hora da raiva, sem agir sem pensar mesmo no que eu ia fazer, foi e aconteceu isso. Por causa da raiva (Leda, 18 / 3ª série)

Já, a gente acabou brigando, e ele acabou me dando um tapa na cara e eu revidei (...) (Malu, 18 / 3ª série)

Do meu ex já, é um dia a gente tava sentado né, conversando, aí ele começou a falar sobre as ex dele, eu não gostei, aí eu falei um pouco a mais, falei do menino, e ele não gostou e jogou um copo de “coca” em mim, e também já pegou no meu pescoço (Liza, 18 / 1ª série)

Esses relatos apontam representações da violência objetivadas em atos de agressão física. Neles as adolescentes apresentam-se tanto como autoras de violência quanto como vítimas, revelando um rompimento com os estereótipos de gênero que sempre apontam a vitimização como uma característica do sexo feminino. Também a literatura aponta que a violência no namoro tende a ser uma prática simétrica, ou seja, há trocas mútuas de agressões entre moças e rapazes, não sendo os homens os únicos perpetradores (Caridade & Machado, 2006; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004).

Um estudo realizado por Teixeira (2015) com 372 jovens universitários portugueses de ambos os sexos com idades entre 18 e 28 anos, revelou que uma percentagem significativa da amostra já vivenciou/vivencia situações de violência física em relacionamentos afetivos como o namoro. Cerca de 11% dos indivíduos tinham sido agressores em uma relação amorosa passada, e em média 14% admitiram ser perpetradores de violência em seus namoros atuais, não sendo verificadas diferenças de gênero significativas. Assim, ambos os sexos figuraram como agressores em seus relacionamentos. Também o estudo de Barreira et al (2015) realizado com 302 adolescentes estudantes do ensino médio de escolas do Recife, revelou que 19,9% desses/as jovens já praticaram atos de abuso físico contra parceiros íntimos, não havendo diferenças significativas entre moças e rapazes.

Porém, alguns autores defendem a importância de relativizar esses estudos, pois os mesmos não consideram que muitos atos de violência praticados por mulheres figuram como formas de autodefesa (Machado, Macieira, & Carreiras, 2010). Inclusive, o próprio uso da violência difere entre os gêneros, sendo as agressões deferidas pelo sexo masculino mais

severas, levando às moças a sofrerem consequências graves, demandando mais cuidados emergenciais devido a lesões e traumas físicos (Oliveira et al, 2011).

Assim, embora a violência não seja perpetrada unicamente por homens, o sexo masculino tende a manifestar agressões mais graves e intensas quando comparado ao sexo feminino, que se utiliza de atos abusivos de menor intensidade. De modo geral, estudos mostram que as mulheres experimentam níveis mais elevados de agressões severas e têm reações emocionais mais acentuadas do que os homens (Antunes, 2016; Caridade & Machado, 2006; Straus & Gozjolko, 2014; Taquette, 2009). Entre as principais consequências da violência física para o sexo feminino estão distúrbios psiquiátricos, baixo autoestima, insegurança e maior risco de mortalidade materna quando gestante (Taquette, 2009).

7.3 Violência sexual

Esta subcategoria traz o relato de uma adolescente acerca da violência que sofreu por parte de um ex-namorado:

Já, eu considero que já, nessa questão sexual, que eu lhe disse, de forçar a fazer uma coisa, eu acho que é, é isso (Mila, 19 / 2ª série).

Apesar de apenas uma adolescente ter relatado a presença da violência sexual em um relacionamento passado, a literatura apresenta como sendo uma prática mais frequente nos relacionamentos de jovens do que costuma ser constatado nas pesquisas. Autores explicam que há uma invisibilização da violência sexual em relações afetivas, pois o público jovem tende a não perceber abusos e tentativas de sexo forçado como violência, especialmente quando estes atos são praticados por parceiros íntimos como o namorado, havendo uma naturalização da coerção sexual (Caridade & Machado, 2008; Carvalho, 2012). Esta percepção acaba resultando em uma subestimação da real incidência com que a mesma acontece nos relacionamentos amorosos. Outro fator que também contribui para a subnotificação diz respeito ao sentimento de medo ou mesmo vergonha das vítimas de

violência sexual, que evitam denunciar o ocorrido, o que implicaria em ter de reconhecer seus próprios parceiros íntimos como agressores (Carvalho, 2012).

Um estudo realizado com 283 adolescentes do ensino médio de escolas públicas e privadas de Porto Alegre, revelou que 53,3% da amostra vivenciou violência sexual em suas relações íntimas de afeto. Esse estudo considerou como atos de violência sexual tocar em partes íntimas do/a parceiro/a sem o seu consentimento, beijar forçadamente o/a parceiro/a, ameaçar o/a parceiro/a numa tentativa de ter relação sexual, forçar o/a parceiro/a a ter relação sexual. Quanto à vitimização, constatou-se não haver diferenças significativas entre os sexos, sendo similar a frequência de moças (45,6%) e rapazes (46,7%) que relataram ter sofrido alguma forma de violência sexual. No que diz respeito à análise dos atos dessa forma de violência, houve maior menção à prática de ser beijado/a sem o consentimento (37% de toda a amostra), que costuma acontecer em festas e eventos noturnos frequentados pelas/os jovens. A única diferença significativa entre os sexos foi constatada na prática de ser ameaçado a ter relação sexual, em que os meninos apareceram como os mais vitimizados (6,6%) quando comparados às meninas (1,2%). Quanto à perpetração, o estudo mostra que a violência sexual é mais praticada pelos meninos (60%) do que pelas meninas (34,1%), sendo que em todas as questões relativas à perpetração de alguma forma desse tipo de violência há frequências maiores para o sexo masculino. Entre as principais formas em que a violência sexual se manifesta destacam-se beijar a parceira quando ela não quer (45%), e tocá-la sexualmente sem o seu consentimento (39,2%). As duas outras práticas, fazer ameaças a parceira para ter relação sexual ou forçar o ato sexual, figuraram com a mesma frequência de 7,5% cada (Soares, 2012).

Também em um estudo de abrangência nacional em que participaram 3,2 mil adolescentes de dez capitais brasileiras, no que se refere à prática da violência sexual, os meninos figuraram como os maiores perpetradores (49,2%) quando comparados às meninas

(32,8%) (Oliveira et al, 2011). Assim, de modo geral, a literatura aponta que a violência sexual nos relacionamentos de adolescentes é praticada majoritariamente pelo sexo masculino, havendo uma maior vitimização das meninas (Caridade & Machado, 2008).

Um importante fator explicativo para a constatação do sexo masculino se destacar na violência sexual pode ser encontrado nos papéis de gênero atribuídos socialmente a homens e mulheres. A literatura aponta o papel machista designado ao sexo masculino e a pressão a fim de que manifeste virilidade e poder como alguns dos fatores que contribuem para esse tipo de violência. Assim, é comum entre os jovens que agridem suas parceiras a justificativa de que a violência sexual aconteceu devido à associação entre a sensualidade e insinuações femininas, e as próprias características biológicas do sexo masculino, que o fazem ter um apetite sexual intenso (Schleiniger & Strey, 2013). É, portanto, uma representação da violência sexual com ancoragem em valores do sistema ideológico de gênero, em que a prova da masculinidade de um homem está ligada a sua atividade sexual, e que a mulher também figura como sedutora, que provoca o homem e o faz perder o controle sobre seus desejos sexuais (Peixoto & Nobre, 2015).

Porém, é preciso atentar ao fato de que apesar do sexo masculino ser o principal perpetrador de violência sexual, também há muitos rapazes que são vítimas desse mesmo fenômeno, como mostrou o estudo de Soares (2012). Segundo Schleiniger & Strey (2013) os padrões hegemônicos de gênero contribuem para a subnotificação desses casos de violência sexual, pois muitos homens não se reconhecem como vítimas. De acordo com essas autoras, no sexo masculino predomina a crença de que é impossível um homem ser abusado sexualmente por uma mulher, pois a dominação sexual é essencialmente masculina. É com base nessa representação que muitos rapazes são coagidos a exercerem ativamente sua sexualidade mesmo quando não querem, pois correm o risco de serem considerados “gays” por seu grupo de pares ou pelas meninas. Assim, o sistema ideológico de gênero é um fator

que contribui tanto para a vitimização feminina, quanto para a negação da violência que muitos rapazes sofrem em seus relacionamentos afetivos.

Considerando que moças e rapazes podem vivenciar violência sexual em relações íntimas como o namoro, a literatura aponta uma série de consequências negativas para a saúde e bem-estar das vítimas, independente do gênero. Entre os principais efeitos desse tipo de violência destacam-se sintomas como depressão, ansiedade, humilhação, abuso de substâncias como álcool e drogas, baixa auto-estima, propensão a doenças sexualmente transmissíveis e disfunções sexuais variadas (Caridade & Machado, 2008).

Portanto, tornam-se necessários programas de prevenção à violência nos relacionamentos íntimos voltados para ambos os sexos, pois moças e rapazes podem estar enfrentando uma série de problemas de ordem física, psicológica e sexual devido a maus-tratos e abusos no namoro. A prevenção também se faz importante para evitar que tais problemas se propaguem para a vida conjugal, situação em que a violência incide com maior gravidade, e onde também é mais difícil romper com tal prática, pois os valores hegemônicos de gênero encontram-se intensificados.

8. Estratégias para lidar com a violência nos relacionamentos íntimos

Por fim, a última categoria versa sobre as estratégias que os/as adolescentes apontam que utilizariam como recurso para lidar com a violência em seus próprios relacionamentos. Aqui emergiram 03 subcategorias: *8.1 Denunciar*, *8.2 Terminar/separar*, e *8.3 Relativização da violência para denúncia*.

8.1 Denunciar

A primeira subcategoria mostra relatos de adolescentes do sexo feminino, sendo estas as únicas participantes que manifestaram como sua primeira intenção o desejo de prestar queixa formal contra possíveis parceiros violentos, como se pode ver nos relatos abaixo:

Eu denunciaria e acabaria também o relacionamento (Tati, 18 / 1ª série)

Eu não ficaria calada de jeito nenhum, porque eu não ficaria com uma pessoa sofrendo do jeito que a menina (vizinha) sofre, e aguenta calada, eu não aguento não (Leda, 18 / 3ª série)

Bom eu denunciaria, mas sendo aquele caso eu não fui não (Liza, 18 / 1ª série)

Primeiro eu, eu ia denunciar, eu ia fazer o boletim, mas assim geralmente tem muita gente que não faz também não, assim mulher, porque tem medo, porque já sofre ameaça (Celi, 18 / 2ª série)

Denunciaria, porque minha mãe mesmo já disse, que se eu não denunciar eu apanho de novo (Mila, 19 / 2ª série)

Eu procuraria ajuda dos familiares e da polícia, e terminava, procuraria ajuda, procurava pra me livrar logo, pra não acontecer a segunda vez (Mara, 18 / 1ª série)

Esses relatos das adolescentes mostram que elas já são capazes de reconhecer a violência como uma prática que não deve ser aceita em seus relacionamentos, sendo a denúncia na delegacia uma maneira de evitar novas ocorrências e punir o agressor. Nesses relatos também nota-se a emergência de representações que provavelmente tem sua ancoragem na Lei Maria da Penha, importante mecanismo legal criado para coibir a violência contra a mulher. Sancionada em 26 de agosto de 2006, a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, recebeu tal nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que em 1983 sofreu duas tentativas de homicídio por parte de seu ex-marido, levando-a a ficar paraplégica.

Porém, apesar da Lei 11.340 representar uma conquista para o público feminino, e também ser considerada uma das três melhores legislações existentes no mundo para coibir a prática da violência contra a mulher (Brasil, 2010), ainda são poucas as mulheres que procuram uma delegacia para prestar queixa contra seus parceiros. Estudo do DataSenado (Brasil, 2015) que ouviu 1.102 mulheres, revelou que entre aquelas que sofreram agressões, 21% não tomaram nenhuma atitude diante do ocorrido. Este percentual foi maior do que o de 2013, quando 15% das vítimas adotaram essa mesma postura. Os principais motivos

apontados para a não denúncia foram: preocupação com a criação dos filhos (24%), medo de vingança do agressor (21%), acreditar que a violência não se repetiria (16%), crença na impunidade do agressor (10%) e a vergonha da agressão (7%). Assim, nota-se que para uma parcela significativa das mulheres, a violência ainda é representada como algo que elas não podem enfrentar, pois isto implicaria em danos para seus filhos (dependência econômica) e perdas para si mesmas (mais violência). Também imperam representações ancoradas no ideal do amor romântico, em que resiste a crença de que o parceiro pode mudar de comportamento (Ribeiro, 2011).

Já entre aquelas que procuraram ajuda, destacam-se as seguintes medidas tomadas: 20% buscaram apoio familiar, 17% denunciaram o parceiro em delegacia comum e 11% prestaram denúncia na delegacia da mulher (Brasil, 2015). Com base nesses dados nota-se que a delegacia da mulher, apesar de ser uma unidade especial da polícia civil criada para prestar um atendimento diferenciado às mulheres vítimas de violência, ainda é um local pouco procurado pela população feminina, sendo muitas vezes a última opção de escolha em casos de violência. Mendonça (2015) aponta alguns dos principais motivos que dificultam a denúncia em delegacias da mulher, tais como: estes locais não funcionam 24 horas por dia e nem aos finais de semana, o que dificulta a realização de denúncias de agressões ocorridas em horários como a noite e a madrugada, e no fim de semana; no ano de 2015 somente existiam 368 delegacias da mulher para as mais de 5 mil cidades brasileiras, o que faz com que muitas mulheres nem tenham conhecimento da existência dessas localidades específicas para a denúncia da violência, e sejam obrigadas a procurar ajuda nas delegacias tradicionais, onde há menor preparo dos policiais para lidar com essa problemática; o despreparo de muitos profissionais das delegacias das mulheres também pode contribuir para a não realização da denúncia, pois não são raros os casos de revitimização nessas localidades, em que policiais e delegadas tendem a desqualificar as queixas das vítimas ou duvidar da veracidade das

agressões relatadas; outro fator que também impede que muitas mulheres procurem a delegacia da mulher é a imposição que lhes é feita de ter de comprovar a agressão. Em situações em que não há marcas visíveis, como no caso da violência psicológica ou em casos de violência física leve, isto torna-se inviável. Por fim, um último fator refere-se à impunidade do agressor, pois grande parte dos casos denunciados acabam não resultando em qualquer tipo de punição, especialmente naqueles em que torna-se difícil comprovar a prática da violência. Assim é que dos 52.957 casos de violência contra a mulher denunciados no ano de 2014, apenas 2.439 resultaram em prisões por crime de violência doméstica.

Portanto, com base nesses dados, nota-se que ainda há muito por fazer para que a denúncia da violência torne-se um caminho plausível, em que as vítimas sintam-se seguras e contem com os recursos necessários para acabar com as agressões. No entanto, é válido considerar que para a superação da violência contra a mulher não basta apenas denunciar o agressor e fazê-lo pagar por seus atos, pois isto implicaria meramente em medidas punitivas.

Soares (2005) aponta que para o enfrentamento desse problema é necessário transformar o comportamento dos agressores, pois a mera punição teria como consequências torná-los ainda mais violentos. Daí a importância de investir em programas que estimulem o potencial de transformação e a capacidade de mudança dos mesmos, que inclusive, também estão preconizados na Lei Maria da Penha. Segundo Santos (2012) é possível alimentar a ideia de que a Lei Maria da Penha, em sua vertente protetiva e integrativa de ações, pode avançar e proporcionar a modificação de valores sociais e modos de pensar que legitimam a violência contra a mulher. E assim, romper com o mito de que a violência acaba quando o agressor é punido e a mulher é auxiliada, pois nesse caso as relações sociais geradoras de violência permanecem intactas, e não se produzem mudanças profundas, capazes de construir relações harmônicas e de respeito entre homens e mulheres. Portanto, a criminalização é uma medida indispensável, mas não deve ser encarada como único caminho plausível, a fim de

garantir os direitos femininos. É apenas um dos caminhos para a coibição da violência contra a mulher, mas que só faz sentido dentro de uma política integrada, que vise modificar o pensamento social que a tem sustentado ao longo dos tempos.

Outro ponto importante a destacar é que embora as adolescentes declarem a denúncia como estratégia contra a violência, as três jovens que sofreram agressões (duas sofreram agressão física e uma violência sexual), não denunciaram seus parceiros. Assim, nota-se haver uma discrepância entre aquilo que elas acreditam que deve ser feito e as suas reais atitudes. No Brasil é comum muitas mulheres manifestarem o discurso de que é importante denunciar a violência contra a mulher, sendo que a maioria diz-se disposta a denunciar seus parceiros caso sejam agredidas por eles, e também dizem-se encorajadas a incentivar outras mulheres que passam pela mesma situação para prestarem queixa. Porém, na prática, muitas ainda têm medo ou vergonha de tomar essa decisão.

Como já foi apontado nesta discussão, há uma série de motivos que fazem com que as mulheres desistam de prestar queixa quando sofrem violência por seus parceiros íntimos, sendo os principais a preocupação com a criação dos filhos, a dependência econômica, e o receio de retaliações (Guimarães, 2009; Soares, 2005). Já, quando se trata de relações de namoro em que não há coabitação, há outros fatores que podem contribuir para a não denúncia, e que já foram apontados, tais como a normalização de algumas práticas violentas, por meio da crença de que não há violência no namoro, ou de que a mesma é parte constituinte do relacionamento, sendo insultos, tapas e mesmo abuso sexual, encarados como algo normal na relação (Castro, 2009; Nascimento & Cordeiro, 2011; Oliveira et al, 2011; Rubio-Garay et al, 2015; Schleiniger & Strey, 2013).

8.2 Terminar/separar

A segunda subcategoria apresenta relatos dos/as adolescentes em que o término do relacionamento aparece como recurso para o enfrentamento da violência, como se pode ver a seguir:

Eu deixaria aquela pessoa, porque se ela teve coragem pra me violentar uma vez, com certeza ela pode ter coragem pra me violentar outras vezes (Velson, 18 / 3ª série)

Separaria dela se fosse motivo de namoro mesmo (Gino, 18 / 3ª série)

Eu só me separava, ia procurar outra pessoa (Tobias, 18 / 3ª série)

Terminava, eu terminava e me afastava dela (Túlio, 18 / 1ª série).

Terminava e pronto (Luan, 18 / 1ª série)

Eu me afastaria o máximo possível (Elvis, 18 / 2ª série)

Ah, eu acho que dependendo do momento eu agiria de forma que eu chegasse pra conversar com ela e dissesse que não daria mais, que não existe esse tipo de relacionamento (Theo, 18 / 3ª série)

Terminaria, eu não aceitaria (Tina, 18 / 3ª série)

Eu, desde agora eu busco uma pessoa que eu veja que dê certo, mas se caso acontecesse o meu desejo hoje é de não ficar com ela, se separar (Luna, 18 / 3ª série)

Nesses relatos houve um predomínio de participantes do sexo masculino, o que aponta ser a separação da parceira, o principal meio apontado por eles para enfrentar a violência. Devido ao fato de serem guiados por uma representação de masculinidade viril, que os estimula a serem ativos e independentes (Machado & Matos, 2012), muitos rapazes creem não fazer o menor sentido buscar ajuda diante de situações de violência, inclusive quando esta parte de um sexo considerado mais frágil, como é o caso da mulher. Assim, a separação da parceira figuraria como um meio discreto para acabar com a violência, sem ter de passar pela exposição pública que uma denúncia acarretaria.

Também chama a atenção o fato de algumas meninas terem apontado a separação como uma estratégia contra a violência, e não a denúncia. Assim, como o sexo masculino, muitas mulheres também têm vergonha de prestar queixa, pois isto implicaria em ter de admitir que são agredidas pelas pessoas com as quais convivem afetivamente, como é o caso do parceiro íntimo (Soares, 2005). Outro motivo contundente para a não denúncia, e que foi apontado anteriormente, é o medo que elas têm de retaliação por parte do agressor, que pode reagir com ainda mais violência como uma forma de vingança (Brasil, 2015).

8.3 Relativização da violência para denúncia

Por fim, esta última subcategoria, traz relatos dos/as adolescentes em que o recurso à denúncia somente aconteceria em casos de violência física grave, como mostram as falas seguintes:

Acho que se fosse, dependendo da violência acho que iria, se machucasse muito, prejudicasse eu iria (Malu, 18 / 3ª série)

Dependendo do tipo de violência entendeu, se eu ver que foi de um tipo muito grave, uma coisa muito ousada, eu também denunciaria, porque acho que são direitos iguais (Caio, 18 / 3ª série)

Se fosse violência mesmo, tipo apanhar, eu dava parte não pensava duas vezes (Nanda, 20 / 3ª série)

Se ela continuar querendo me agredir ou outras coisas, denunciava ela na delegacia (Juca, 19 / 1ª série)

Aqui tanto moças quanto rapazes afirmam que somente denunciariam a violência praticada por seus/as parceiros/as, se esta fosse de um tipo muito grave, levando a prejuízos para o bem-estar de um modo geral. Assim, agressões psicológicas, xingamentos, e mesmo violência física de grau menor, que não deixa marcas evidentes, parecem ser consideradas como algo que esses/as participantes suportariam ou tentariam resolver sozinhos com os/as seus/suas namorados/as. Porém, conforme aponta a literatura, é preciso que os/as adolescentes estejam atentos a existência de violência nos relacionamentos afetivos, independente do grau

em que a mesma se manifeste (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV, 2011). Em relações como o namoro é mais frequente os/as jovens recorrerem a formas menos graves de violência, a fim de se colocarem em uma situação de poder e dominação sobre seus/suas parceiros/as. Nesse sentido as estratégias mais utilizadas são comportamentos como insultar, gritar, causar medo, dar empurrões e bofetadas, pouco percebidos pelos/as jovens como formas de violência ou mesmo encarados como algo normal na relação (Nascimento & Cordeiro, 2011). Contudo, esses atos menos graves são importantes fatores de risco para a instalação de formas mais danosas, pois as agressões no namoro manifestam-se em um processo de escalada, que aumenta na gravidade, frequência e intensidade, sendo que a agressão psicológica pode ser sucedida pela violência física e esta pela violência sexual (APAV, 2011).

Portanto, faz-se importante a conscientização dos/as adolescentes acerca da presença de situações de violência no namoro, afim de que estejam preparados para identificar possíveis relações abusivas, que podem iniciar com atos mais leves e progredir para comportamentos de maior gravidade. Um passo primordial seria trabalhar as crenças e representações do público jovem que muitas vezes funcionam como legitimadoras de determinadas condutas agressivas nos relacionamentos íntimos (APAV, 2011). Levar os/as jovens a entenderem que a violência, independente de seu nível, forma de manifestação, ou gênero do/a agressor/a é uma prática inaceitável, constitui-se em uma necessidade primordial para a busca e estabelecimento de relacionamentos mais saudáveis.

Considerações Finais

Diante de tudo o que foi apresentado, esta última sessão não tem o objetivo de ser um fechamento para o presente estudo. As discussões levantadas, os relatos dos/as adolescentes, suas vivências, e as representações que emanaram de seus discursos, não permitem que haja um encerramento, um ponto final. Uma pesquisa nunca pode fechar-se em si mesma. Ela deve incitar reflexões, produzir inquietação, suscitar dúvidas, tensões. Espero que este trabalho também provoque tais efeitos. Assim, nesses parágrafos finais, quero apenas compartilhar um pouco do que foi a minha experiência enquanto pesquisadora, como também pretendo apresentar um breve resumo dos resultados encontrados, atentando para os dados que considero como mais importantes. A partir daí deixo as portas abertas para que novos trabalhos possam ser desenvolvidos.

A realização deste estudo foi uma experiência muito enriquecedora para mim. Primeiro, a começar pelo tema. A violência contra a mulher nas relações afetivas tornou-se o meu foco durante esses dois anos. Visitei a literatura sedenta de conhecimentos que me ajudassem a entendê-la, e a apreender seus diferentes tipos e formas de manifestação ao longo do tempo até os dias atuais. Nesse percurso foi possível compreender as variadas facetas da violência que incide sobre a mulher em uma relação afetiva, o modo de organização social que sustenta e legitima essa prática, e o difícil caminho que ainda há de ser percorrido a fim de romper com situações de abuso e maus-tratos contra as mulheres.

Outro aspecto importante desta pesquisa foi o referencial teórico que escolhi como guia. A partir do entendimento de que a violência contra a mulher nas relações afetivas é um objeto de estudo complexo, o mesmo não poderia ser abordado por teorias unívocas que, ou tentam explicá-lo de modo individualista ou buscam compreendê-lo de modo puramente social. Era necessário um aporte teórico que permitisse um olhar diferenciado, em uma

perspectiva não dicotômica. Foi assim que me deparei com a teoria das Representações Sociais. Seu caráter psicossociológico tornou possível estudar o fenômeno da violência contra a mulher em relação com o contexto sócio-histórico de sua produção. Também possibilitou compreendê-lo tomando como base as vivências dos atores sociais, por meio de modos de pensar, atitudes e comportamentos. Foi, portanto um aporte teórico de grande valia, que atendeu as complexidades do meu objeto de estudo.

Quanto aos participantes desta pesquisa, os/as adolescentes, foi uma experiência inesquecível tê-los/as entrevistado. Suas histórias de vida, suas vivências familiares, os saberes e significados partilhados, tornaram-se o élan vital desta dissertação, a seiva que a permitiu frutificar. Essas moças e rapazes não cederam apenas entrevistas, eles/elas compartilharam comigo suas vidas, suas lembranças, falaram de suas famílias, da violência que habita seus lares, de vizinhos/as e amigos/as, de seus relacionamentos amorosos, e da violência que vivenciam com parceiros/as afetivos. Assim, nos parágrafos seguintes trago um breve resumo dos principais resultados obtidos com eles/elas que foram, sem dúvida, os/as grandes protagonistas deste trabalho.

No que se refere à mulher, as representações trazidas pelos/as jovens estão, de modo geral, ancoradas no patriarcado, modo de organização social e familiar, em que o homem é valorizado como ser hegemônico, enquanto à mulher é atribuído um status inferior. Também o sistema ideológico de gênero aparece como outra fonte de representações sociais, especialmente no que se trata dos papéis designados ao sexo feminino no espaço social. Nesse contexto a dominação e o poder são apresentados como características masculinas, enquanto que em relação à mulher coexistem representações contraditórias, ora afirmando sua independência, e ora lhe atribuindo papéis tradicionais de gênero, tais como o casamento e a maternidade.

Esse tipo de representação é preocupante, pois pode trazer uma série de implicações para os/as jovens. Considerando as RS como teorias coletivas sobre o real, que guiam comportamentos e práticas sociais (Moscovici, 2010), os/as adolescentes, ao representarem mulheres e homens tendo por base o patriarcado e os papéis ideológicos de gênero, podem acabar reproduzindo condutas e comportamentos que legitimam posições assimétricas entre os sexos. Por exemplo, se os/as adolescentes representam o homem como aquele que é dominador e agressivo, e a mulher como aquela que é emotiva, eles/elas podem acabar reproduzindo essas situações até mesmo em seus relacionamentos afetivos, pois torna-se natural e esperado que homens e mulheres comportem-se de modo diferente, sendo o exercício da violência quase sempre um atributo masculino.

Inclusive, é devido aos padrões estereotipados de gênero e ao patriarcado, que muitas situações de violência acontecem nas relações amorosas, sendo justificadas pelo fato dos homens serem vistos, quase sempre, como aqueles que dão a última palavra no relacionamento, pois são considerados mais fortes, racionais e provedores. Já a representação da mulher ancorada no casamento e na maternidade, contribui para que ela continue a ser percebida como alguém que é dependente, amável e desprotegido, e que necessita do homem para sobreviver, sentir-se feliz e realizado. Com base nessas representações, muitas mulheres continuam a conviver com seus parceiros amorosos, mesmo quando são agredidas, pois acreditam que é normal o comportamento violento masculino, e creem que devem suportar tudo em nome da união da família.

Em relação ao fenômeno da violência contra a mulher, as representações dos/as adolescentes aparecem objetivadas em atos que envolvem desde a agressão física até o abuso sexual, praticados principalmente pelo homem - parceiro íntimo da vítima. O espaço doméstico também é apontado como o contexto preferencial onde a violência acontece, e que traz consequências para a família como um todo. Essas representações estão claramente

ancoradas no patriarcado, em que historicamente o homem figura como responsável por atos de violência contra sua parceira. E, por mais que as sociedades passem por modificações ao longo dos tempos, resquícios do modo de funcionamento desse sistema ainda pairam no imaginário social nos tempos atuais, fazendo com que os homens continuem a usar a violência como um modo para resolver problemas e para demonstrar força e poder. Inclusive, grandes levantamentos nacionais revelam ser a violência doméstica um dos principais motivos que levam a atendimentos femininos na rede de saúde, sendo também esta uma das principais causas de homicídios de mulheres no país. Portanto, além de estarem ancoradas no patriarcado, as representações elaboradas pelos/as jovens também têm ancoragem na realidade cotidiana com que se deparam todos os dias, seja por meio de informações que circulam pela mídia, ou de casos que acontecem na própria comunidade onde vivem.

Outro aspecto que também é marcante nessas representações diz respeito à proximidade que os/as jovens têm com situações de violência contra a mulher. Nas suas famílias de origem, nos locais onde moram, e até mesmo com seus/suas amigos/as, eles/elas relatam ter testemunhado, ou ao menos conhecer, casos de agressões deferidas por homens contra suas parceiras. A violência aparece, assim, como um fenômeno cotidiano, rotineiro, que permeia os relacionamentos, sejam vínculos conjugais ou namoros.

Essa representação em que a violência aparece como uma prática rotineira também pode trazer consequências para os/as adolescentes. As representações sociais são formadas no imaginário coletivo, ou seja, no senso comum, e tomam como empréstimo informações, imagens e fatos que circulam no espaço social (Moscovici, 2010). Assim, é possível que os/as adolescentes, por depararem-se cotidianamente com o fenômeno da violência contra a mulher, acabem naturalizando ou mesmo banalizando essa prática. A proximidade com situações de violência pode contribuir para que eles/elas construam representações sociais da agressão como algo inevitável nos relacionamentos afetivos, pois faz parte de sua dinâmica, sendo que

em maior ou menor grau, alguém vai acabar sendo agredido/agressor em uma relação amorosa.

No que diz respeito aos relacionamentos dos/as próprios/as adolescentes, a violência também aparece objetivada como uma prática comum, que faz parte de sua vivência afetiva. Desse modo, apesar de moças e rapazes representarem agressões e maus-tratos nas relações íntimas como algo inaceitável, eles/elas, muitas vezes, acabam vivenciando essas situações com seus/suas parceiros/as. Inclusive, são poucos/as os/as adolescentes que declaram a importância de se afastar do/a parceiro/a agressor/a e/ou prestar queixa formal contra o/a mesmo/a. Portanto, ainda que esses/as jovens apresentem um discurso politicamente correto em torno da violência, condenando-a como algo que nunca deve acontecer nos relacionamentos amorosos, suas representações sociais mostram-se contraditórias. Assim, a violência ao invés de ser um acontecimento distante da vivência afetiva, faz-se presente, sendo muitas vezes velada pelos/as jovens, que evitam reconhecê-la ou mesmo denunciá-la.

Sabe-se que a adolescência é uma fase importante da vida humana, em que os/as jovens fazem descobertas sobre seu corpo, seus sentimentos, constroem laços de amizade, e começam a adentrar o mundo adulto. É também nessa fase que, geralmente, se iniciam os relacionamentos afetivos, ou seja, é o momento em que os/as adolescentes começam a estabelecer vínculos amorosos, constituindo-se muitas vezes em um ensaio para a vivência afetiva futura. Porém, a experiência com situações de agressão e maus-tratos nessa etapa, pode constituir-se em um sério problema, pois pode servir como um modo de resolução de conflitos a ser perpetuado para a vida adulta. Se os/as adolescentes acreditam que a violência é parte constituinte dos relacionamentos, ou mesmo se eles/elas já vivenciam essa situação com seus/suas parceiros/as afetivos, há uma possibilidade maior de virem a experimentar agressão também na vivência conjugal da vida adulta. Assim, torna-se uma necessidade

premente a conscientização do público jovem acerca dos perigos que a violência representa para os seus relacionamentos afetivos atuais e futuros.

Por fim, considerando todos os aspectos que este estudo trouxe e alguns que ressaltarei como relevantes para serem destacados aqui, emerge uma certeza: a necessidade da prevenção. Em primeiro lugar, faz-se necessário elaborar trabalhos preventivos que estimulem os/as adolescentes a desenvolverem novos modos de significar as relações entre os sexos, auxiliando-os na desconstrução de representações sociais tradicionalistas, baseadas na assimetria de gênero e nos ideais patriarcais. Os/as adolescentes precisam perceber que as diferenças existentes entre homens e mulheres são criações sociais, não havendo nada de natural nas mesmas. A desnaturalização dos atributos de gênero torna-se um passo primordial para que eles/elas experimentem maneiras inovadoras de pensar a masculinidade e a feminilidade, permitindo-lhes redimensionar suas representações sociais, e assim também romper com práticas que legitimam desigualdades entre os sexos.

Também se faz importante a implantação de trabalhos preventivos que orientem os/as adolescentes acerca das consequências da violência nos relacionamentos amorosos e do seu significado enquanto fator de risco para a vida adulta, munindo-os/as de recursos alternativos a essa prática. Seria interessante capacitar os/as adolescentes em habilidades voltadas para a resolução de problemas e para o manejo de emoções, a fim de que os/as mesmos/as estivessem dotados de recursos para o enfrentamento de problemas nos seus relacionamentos, sem terem de fazer uso da violência.

Em relação às próximas pesquisas, deixo duas sugestões: 1- A elaboração de diferentes desenhos de pesquisa, como os estudos quantitativos e multimétodos, que abordassem o fenômeno da violência contra a mulher nos relacionamentos afetivos a partir de uma perspectiva ampliada, e que fossem realizados em escolas públicas, particulares, e nas comunidades. Isto possibilitaria resultados mais conclusivos acerca do tema investigado. 2 –

Também seria válida a elaboração de um estudo longitudinal com o intuito de verificar, dentro de alguns anos, o que acontece com os/as adolescentes e suas vivências afetivas em relação à violência. Esse tipo de estudo possibilitaria um conhecimento mais detalhado e seguro sobre a relação entre viver situações de violência no namoro e experimentar violência na vida conjugal, seja como perpetrador e/ou como vítima.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Martinelli, C. C. (2002). Violência e vulnerabilidade: literatura e conceitos. In M. Abramovay et al (Orgs), *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas* (pp. 17-28). Brasília: UNESCO, BID.
- Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. (2012). Violencia de género en la pareja: Una revisión teórica. *Psico*, 43(1), 116-126.
- Almeida, A. M. O., Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Porto, M. S. G. (2008). Juventude na mídia: violência e distinção social. *Educação e Cidadania*, 10(1), 1-16.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.
- Almeida, T. (2003). *O perfil da escolha de objeto amoroso para o adolescente: possíveis razões*. (Monografia, Universidade Federal de São Carlos). Recuperado de <http://www.ufscar.br/~bdsepsi/239a>
- Almeida, T., Rodrigues, K. R. B., & Silva, A. A. (2008). O ciúme romântico e os relacionamentos amorosos heterossexuais contemporâneos. *Estudos de Psicologia*, 13(1), 83-90.
- Alves, S. L. B., & Diniz, N. M. F. (2005). “Eu digo não, ela diz sim”: a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(4), 387-392.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2008). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Múltiplas Leituras*, (1), 18-43.
- Alvim, S. F., & Souza, L. D. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: teoria e prática*, 7(2), 171-206.
- Amnistía Internacional (2014). *Fuera de Control: tortura y otros malos tratos en México*. Recuperado de http://amnistia.org.mx/nuevo/wp-content/uploads/2014/09/INFORME_TORTURA_AIM.pdf
- Antonio T, & Hokoda, A. (2009). Gender variations in dating violence and positive conflict resolution among Mexican adolescents. *Violence and Victims*, 24(4), 533–545.
- Antunes, O. (2016). *Violência nos relacionamentos íntimos em estudantes universitários*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Lisboa, Portugal). Recuperado de <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7152/Viol%C3%A2ncia%20nos%20relacionamentos%20%C3%ADntimos.pdf?sequence=1>
- Araújo, L. F., Coutinho, M. P. L., & Santos, M. F. S. (2006). O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 89-98.

- Araújo, L. S., Coutinho, M. P. L., & Pereira, D. R. (2009). Depressão em crianças e adolescentes escolares: um estudo das representações sociais. In *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*. Maceió, AL. Recuperado de http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/523.%20depress%C3o%20em%20crian%C7as%20e%20adolescentes%20escolares.pdf
- Araújo, M. F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para América Latina*. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012
- Araújo, M. F., Martins, E. J. S., & Santos, A. L. (2004). Violência de gênero e violência contra a mulher. In M. F. Araújo, & O. C. Mattioli, (Orgs.), *Gênero e violência* (pp. 17-35). São Paulo: Arte & Ciência.
- Areosa, S. C., Bevilacqua, P., & Werner, J. (2003). Representações sociais do idoso que participa de grupos para terceira idade no município de Santa Cruz do Sul. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 5, 81-100.
- Aronson, E. A., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2002). *Psicologia social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Assis, C. L. (2014). “Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes. *Psicologia e Saber Social*, 2(2), 229-242.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*. Recuperado de http://www.apav.pt/pdf/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edição revisada e actualizada. Lisboa: Edições 70.
- Barreira, A. K., Lima, M. L. C., & Avanci, J. Q. (2013). Coocorrência de violência física e psicológica entre adolescentes namorados do Recife, Brasil: prevalência e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(1), 233-243.
- Bastos, O. M., & Deslandes, S. F. (2005). Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 389-397.
- Beserra, M. A., Leitão, M. N. C., Fernandes, M. I. D., Scatena, L., Vidinha, T. S. S., Silva, L. M. P., & Ferriane, M. G. C. (2015). Prevalência de Violência no Namoro entre Adolescentes de Escolas Públicas de Recife/PE: Brasil. *Revista de Enfermagem Referência*, (7), 91-99.
- Bispo, T. C. F., Almeida, L. C. G., & Diniz, N. M. F. (2007). Violência conjugal: desafio para os profissionais de saúde. *Revista baiana de enfermagem*, 21(1), 11-18.
- Boris, G. D. J. B., & Cesídio, M. D. H. (2007). Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 451-478.
- Brasil (2006). *Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006*. Brasília: Presidência da República.

- Brasil (2010). *Mobilização em defesa da Lei Maria da Penha “Mexeu com a lei, mexeu comigo”*. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres.
- Brasil (2015). *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Senado Federal. Secretaria da Transparência. DataSenado. Recuperado de <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>
- Brazão, A., & Oliveira, G. C. (Orgs.) (2010). *Violência contra as mulheres – Uma história contada em décadas de luta*. Brasília: CFEMEA.
- Breiding, M. J., Smith, S. G., Basile, K. C., Walters, M. L., Chen, J., & Merrick, M. T. (2014). Prevalence and characteristics of sexual violence, stalking, and intimate partner violence victimization-national intimate partner and sexual violence survey, United States, 2011. *Morbidity and Mortality Weekly Report Surveillance Summaries* (Washington, D.C.: 2002), 63(8), 1–18.
- Brívio, G. R. B. (2010). *Representações sobre a prostituição feminina na obra de Jorge Amado: um estudo estatístico*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6279/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>
- Cabral, M. A. A.(1999). Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciênc. saúde coletiva*, 4(1),183-191.
- Campos, L. S. (2013). *Representações sociais de violência e sua relação com qualidade de vida na perspectiva de mulheres*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de <http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/774M.PDF>
- Cantera, L. M. (2003). Maltrato infantil y violencia familiar: de la ocultación a la prevención. In PNUD (ed.), *Dimensiones de la violencia* (pp. 191-219). San Salvador: PNUD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.
- Cantera, L. M. (2004). *Más allá del género: nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones y direcciones de la violencia en la pareja*. (Tesis Doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona, España). Recuperado de <http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/5441/lce1de1.pdf?sequence=1>
- Cantera, L. M. (2005). Violencia en la pareja: fenómeno, procesos y teorías. In: T. Sánchez (Coord.), *Maltrato de género, infantil y de ancianos* (pp. 55-94). Salamanca, España: Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca.
- Cantera, L. M., Pallarès, S., & Selva, C. (2013). Violencia. In L. M. Cantera, S. Pallarès, C. Selva (Comps.), *Del malestar al bienestar laboral* (pp.77-103). Barcelona: Amentia.
- Cardoso, I. C. B. (2015). *Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). Recuperado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19213/1/2015_IsabelaCristinaBarrosCardoso.pdf

- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485-493.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22(1), 77-104.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Carvalho, L. S. (2012). *A violência sexual na adolescência: significados e articulações* (Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro). Recuperado de <http://www.arca.fiocruz.br/xmlui/bitstream/handle/icict/14456/753.pdf?sequence=3&isAllowed=y>
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6), 950-956.
- Castells, M. (1997). El fin del patriarcado: movimientos sociales, familia y sexualidad en la era de la información. In M. Castells. *La era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol II El poder de la identidad* (pp. 159-269). Madrid: Alianza.
- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise social*, 37(164), 949-979.
- Castro, R. J. S. (2009). *Violência no namoro entre adolescentes do Recife: em busca de sentidos*. (Dissertação de Mestrado, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Pernambuco). Recuperado de <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2009castro-rjs.pdf>
- Cavalcanti, L. F., Gomes, R., & Minayo, M. C. S. (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 22(1), 31-39.
- Contreras, J. M., Bott, S., Guedes, A., & Dartnall, E. (2010) *Violência sexual na América Latina e no Caribe: uma análise de dados secundários*. Iniciativa de Pesquisa sobre Violência Sexual.
- Cortés, N. R. (2011). Intervención grupal y violencia sexista: marco conceptual. In N. R. Cortés & J. M. Serra (Eds.), *Intervención grupal em violencia sexista: experiencia, investigación y evaluación* (pp. 19-20). Barcelona: Herder.
- Cortez, M. B., & Souza, L. (2008). Mulheres (in) subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 171-180.
- Costa, A. A. (2005). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Recuperado de <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>

- Costa, M. C. (2012). *Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000851152&loc=2012&l=f029decdd90debad>
- Costa, M. C., Lopes, M. J. M., & Soares, J. S. F. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 214-222.
- Coutinho, M. P. L., Araújo, L. F., & Gontières, B. (2004). Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. *Psicologia em estudo*, 9(3), 469-477.
- Couto, M. T., Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., & Kiss, L. B. (2007). Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher, São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1323-1332.
- Cruz, S. U. (2008). *Corpos em evidência: imagens de mulheres nas propagandas de cerveja*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). Recuperado de <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/6398>
- Dal'ri, M. (2007). *Representações sociais de profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90186/247164.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Damasceno, A. P. P. (2014). *Violência de gênero e pacificação: entre as leis do Comando e o comando das Leis*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_b8fe917d11ce0a3721925673c973ff7f
- DeSouza, E. R., & Cerqueira, E. (2008). From the kitchen to the bedroom: Frequency rates and consequences of sexual harassment among female domestic workers in Brazil. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(8), 1264-1284.
- Dias, A. R. C., & Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal: uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4(26), 571-586.
- Diniz, S. B. (2013). *Mulheres na imprensa: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás). Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2995/5/Dissertacao%20Savia%20Diniz.pdf>
- Farr, R. M. (2008). Representações sociais: a teoria e sua história. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (10ª ed.) (pp. 31-59). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Fernández-Fuertes, A. A., & Fuertes, A. (2010). Physical and psychological aggression in dating relationships of Spanish adolescents: Motives and consequences. *Child Abuse and Neglect*, (34), 183–191.
- Feitosa, S. M. (2011). *Mulher não vale nem um real: patriarcado nas letras das músicas de forró*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte). Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17898/1/SoniaMF_DISSERT.pdf
- Flach, R. M. D (2013). *Violência de gênero no namoro: sentidos atribuídos por estudantes universitários*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Recuperado de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111914_2013_completo.pdf
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Revista Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Recuperado de: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2014_20150309.pdf
- Franco, M. L. P. B. (2004). Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de pesquisa*, 34(121), 169-186.
- Freud, S. (1989). O ego e o id. In J. Strachey (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 13-83). Rio de Janeiro: Imago (Texto original publicado em 1923).
- Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (2ª ed.) (pp. 64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Giacomozzi, A. I. (2011). Representações sociais da droga e vulnerabilidade de usuários de CAPSAd em relação às DST/HIV/AIDS. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 11(3), 776-795.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, A. M. T., Oliveira, D. C., Santos, E. I., Espírito-Santo, C. C., Valois, B. R. G., & Pontes, A. P. M. (2012). As facetas do convívio com o HIV: formas de relações sociais e representações sociais da AIDS para pessoas soropositivas hospitalizadas. *Esc Anna Nery*, 16(1), 111-120.
- Gomes, A. M. T., Silva, E. M. P., & Oliveira, D. C. (2011). Representações sociais da AIDS para pessoas que vivem com HIV e suas interfaces cotidianas. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 19(3), 1-8.
- Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2008). Compreendendo o ciclo da violência conjugal: representação masculina. *Rev. paul. enferm*, 27(1), 50-55.

- Gomes, N. P., & Freire, N. M. (2005). Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. *Rev Bras Enferm*, 58(2), 176-179.
- Gomes, R. (2011). Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais. In M. C. S. Minayo, S. G., Assis, & K. Njaine (Org.), *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* (pp.141-151). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- González-Ortega, I., Echeburúa, E., & Corral, P. (2008). Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: una revisión. *Psicología Conductual*, 16(2), 207-225.
- Guedes, R. N., Silva, A. T. M. C., & Fonseca, R. M. G. S. (2009). A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Escola Anna Nery*, 13(3), 625-631.
- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M. J., Oliveira, E., & Ribeiro, P. (2015). *Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens*. Recuperado de www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_x.pdf#page=10
- Guevara, C., & Gontero, N. (2014). Masculinidades, relaciones afectivas y violencia de género. Representaciones sociales de las masculinidades en estudiantes secundarios de la ciudad de Córdoba, Argentina. Recuperado de <http://observatoriojovenesiigg.sociales.uba.ar/files/2016/08/2685-5415-1-PB.pdf>
- Guimarães, F.(2009). “Mas, ele diz que me ama...”: impacto da história de uma vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). Recuperado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5952/1/2009_FabricioGuimaraes.pdf
- Hines, D. A. (2007). Predictors of sexual coercion against women and men: a multilevel, multinational study of university students. *Archive of Sex Behaviour*, 36 (3), pp. 403- 422.
- Izumino, W. P. (2004). *Justiça e violência contra a mulher. O papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- Jodelet, D. (1984). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: S. Moscovici (Ed.), *Psicología Social: pensamiento y vida social* (pp. 469-494). Barcelona: Paídos.
- Jodelet, D.: Représentations sociales: un domaine en expansion (1989). In D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves- Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação.
- Kingham, M., & Gordon, H. (2004). Aspects of morbid jealousy. *Advances in Psychiatric Treatment*, 10, 207-215.
- Kristensen, C. H., Lima, J. S., Ferlin, M., Flores, R. Z., & Hackmann, P. H. (2003). Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 175-184.
- Krüger, H. (2006). *Introdução à psicologia social*. São Paulo: EPU.

- Leal, S. M. C. (2010). *"Lugares de (não) ver?": as representações sociais da violência contra a mulher na atenção básica de saúde*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28043/000768933.pdf?sequence=1>
- Leal, S. M. C., Lopes, M. J. M., & Gaspar, M. F. M. (2011). Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 15(37), 409-424.
- Lemos, M. O. (2010). *Alívio e tensão: um estudo sobre a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher e distritos policiais da seccional de polícia de Santo André*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27042010-083822/pt-br.php>
- León, M. (2001). El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La ventana*, 13, 94-106.
- Lopes, Z. A. (2009). *Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP). Recuperado de http://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/30_05_2011__09_04_36__61.PDF
- Machado, A., & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: as vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Psiquiatria, psicologia & justiça*, (5), 5-28.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Machado, L. Z. (2002). Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da mulher. *Série Antropologias*, 319, 1-23.
- Machado, T. S., Macieira, I. M., & Carreiras, M. C. (2010). Violência nas relações de namoro: influência de crenças e área de formação. *Psicologia, Educação e Cultura*, 16(2), 355-372.
- Magnabosco-Martins, C. R., Vizeu-Camargo, B., & Biasus, F. (2009). Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. *Universitas Psychologica*, 8(3), 831-847.
- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio à vítima*. Comissão para a cidadania e igualdade de género. Presidência do Conselho de Ministros. Recuperado de https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-VD2_GBP_Profissionais_apoio_vitimas.pdf
- Manso, B. P. (2010, 03 de julho). Dez mulheres são mortas por dia no país. *O Estado de São Paulo*. Recuperado de <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dez-mulheres-sao-mortas-por-dia-no-pais,575974>

- Martins, P. O., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 555-568.
- Martins, R. C. (2010). *Jovens mulheres vitimadas: abuso sexual, sofrimento e resiliência*. Curitiba, PR: Juruá.
- Mateus, A. (2015). *Representações sociais de mulheres sobre violência contra a mulher nas relações conjugais na cidade de Maputo, Moçambique*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19438/1/2015_AnicetoMateus.pdf
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: teoria e prática*, 8(1), 55-75.
- Medeiros, K. T., Maciel, S. C., Sousa, P. F., Tenório-Souza, F. M., & Dias, C. C. V. (2013). Representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários. *Psicologia em Estudo*, 18(2), 269-279.
- Medrado, B. & Pedrosa, C. (2006). *Pelo fim da violência contra as mulheres: um compromisso também dos homens*. Brasília, DF: Agende.
- Mendonça, R. (2015, 10 de dezembro). Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar. *BBC Brasil*. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm
- Michaud, Y. (2001). *A violência*. São Paulo: Ática.
- Michener, H. A.; DeLamater, J. D.; & Myers, D. J. (2005). *Psicologia social*. São Paulo: Thomson.
- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 23-26.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, M. C. S., Assis, S. G., & Njaine, K. (2011). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz.
- Monteiro, M. B. (2013). Conflito e negociação entre grupos. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (pp.411-456). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moraes, R.(1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37),7-32.
- Moreira, M. C. (2007). O impacto da violência doméstica na saúde reprodutiva: uma reflexão sobre a gravidez na adolescência. In M. N. Strey, J. A Silva Neto, & R. L. Horta (Orgs.), *Família e Gênero* (pp. 287-301). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.

- Moura, S. N. C. (2013). O tráfico internacional de mulheres para exploração sexual: a questão do consentimento no protocolo de Palermo. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 8(3). Recuperado de <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/5438/2863>
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2010). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. (7ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Murta, S. G., Santos, B. R. P., Martins, C. P. S., & Oliveira, B. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 117-131.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006a). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006b). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.
- Nascimento, F. S. (2009). *Namoro e violência: um estudo sobre amor, namoro e violência entre jovens de grupos populares e camadas médias*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/8416/arquivo3719_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Nascimento, F. S., & Cordeiro, R. L. M. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 516-525.
- Natt, E. D. M., & Carrieri, A. P. (2014). A teoria das representações sociais e a análise de conteúdo: instrumentos que se complementam na pesquisa em administração. *Cadernos de Estudos Sociais*, 29(2), 73-94.
- Nóbrega, V. K. M. (2011). *Representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher em situação de violência*. Recuperado de http://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14749/1/VannuciaKMN_DISSERT.pdf
- Okada, M. M. (2007). *Violência doméstica contra a mulher: estudo com puérperas atendidas em uma maternidade filantrópica*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7132/tde-13072007-100232/pt-br.php>
- Oliveira, D. C., & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 34-50.
- Oliveira, F. O., & Werba, G. C. (2013). Representações sociais. In M. N. Strey (Org.), *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp.104-117). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, J. F., Paiva, M. S., & Valente, C. L. M. (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), 473-481.

- Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 162-170.
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaine, K., & Oliveira, R. V. C. (2011). Violências nas relações afetivo-sexuais. In: M. S. C. Minayo, S. G. Assis, & K. Njaine (Orgs.), *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* (pp. 87-151). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaine, K., & Pires, T. O. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: Circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 707-718.
- Organização dos Estados Americanos (1994). *Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*, “Convenção de Belém do Pará”. Belém, Pará, Brasil. Recuperado de <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>
- Organização Internacional do trabalho (2007). *O ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e da igualdade de gênero*. 2ªed. Lisboa: OIT.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS.
- Organización Panamericana de la Salud; Centros para el Control y la Prevención de Enfermedades (2013). *Violencia contra la mujer en América Latina y el Caribe: Análisis comparativo de datos poblacionales de 12 países*. Washington, DC: OPS.
- Palhoni, A. R. G. (2011). Representações de mulheres sobre violência contra a mulher e qualidade de vida. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de <http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/708M.PDF>
- Palhoni, A. R. G., Amaral, M. A., & Penna, C. M. M. (2014). Representações de mulheres sobre violência e sua relação com qualidade de vida. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 13(1), 15-24. Recuperado de <http://www.revenf.bvs.br/pdf/objn/v13n1/v13n1a03.pdf>
- Pandey, G. (2011, 25 de maio). Aborto seletivo pode explicar déficit de 8 milhões de meninas na Índia. *BBC Brasil*. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110523_india_meninas_abortos_mv.shtml
- Parada, C. S. (2014). *Representações sociais de gênero no contexto de violência contra a mulher. Um estudo exploratório em dois municípios da Baixada Fluminense*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_80cf81d31f504386eb81d737fdb5dc1f
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165–184.

- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. (Marta Avancini Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Patias, N. D., Bossi, T. J., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(4), 901-915.
- Peixoto, A. F., & Nobre, B. P. R. (2015). A responsabilização da mulher vítima de estupro. *Revista Transgressões*, 3(1), 227-239.
- Pimentel, A. (2011). *Violência Psicológica nas Relações Conjugais – Pesquisa e Intervenção Clínica*. São Paulo: Summus.
- Pinheiro, P. S. M. S., & Almeida, G. A. (2003). *Violência urbana*. São Paulo: Publifolha.
- Procópio, E. V. P., Feliciano, C. G., da Silva, K. V. P., & Katz, C. R. T. (2014). Representação social da violência sexual e sua relação com a adesão ao protocolo de quimioprofilaxia do HIV em mulheres jovens e adolescentes. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 19(6), 1961-1969.
- Queiroz, F. M. (2004). *Não se rima amor e dor: representações sociais sobre violência conjugal*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/9700/arquivo9048_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Ramos, M. E C., & Roque, F.C.F. (2010). O gênero e a violência no casal. In A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e psicologia social* (pp. 527-558). Brasília: TechnoPolitik.
- Reichnheim, M. E., Dias, A. S., & Moraes, C. L. (2006). Co-ocorrência de violência física e conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública*, 40(4), 595-603.
- Ribeiro, C. G. (2011) *Representações sociais da violência doméstica: qualidade de vida e resiliência entre mulheres vítimas e não vítimas*. (Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Paraíba). Recuperado de <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7023/1/arquivototal.pdf>
- Ribeiro, C. G., & Coutinho, M. P. L. (2011). Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. *Revista Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2009). *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Rosset, S. M. (2004). *O casal nosso de cada dia*. Curitiba: Sol.
- Rubio-Garay, F., Carrasco, M. A., Amor, P. J., & López-González, M. A. (2015) Factores asociados a la violencia en el noviazgo entre adolescentes: una revisión crítica. *Anuario de Psicología Jurídica*, 25(2015), 47-56.

- Sá, C. P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In M. J. P. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*, (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sanabria, M. (2005). *À procura do feminino*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Sanchis, J. S. (2005). *Estudio de los factores que favorecen la continuidad en el maltrato de la mujer*. (Tesis Doctoral, Facultad de Psicología, Universitat de València). Recuperado de <http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/10158/sepulveda.pdf?sequence=1>
- Sani, A. I. (2007). Sinalização do ambiente natural infantil (S.A.N.I.). In M. R. Simões, C. Machado, M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Coords.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 123-135). Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2011). *Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*. Coimbra: Almedina.
- Santiago, R. A., & Coelho, M. T. A. D. (2007). A violência contra a mulher: antecedentes históricos. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, 11(1).
- Santos, C. M. (2008). *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil*. Recuperado de: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/301.pdf>
- Santos, K. B. (2012). *Violência não faz meu gênero: representações sociais da violência contra a mulher por alunos e professores do ensino médio de uma escola pública*. (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal). Recuperado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10910/1/2012_KarineBritodosSantos.pdf
- Santos, T. C. B., Scarparo, H. B. K., Hernandez, A. R. C., Herranz, J. S., & Blanco, A. (2013). Estudio psicosocial sobre las representaciones sociales de gênero. *Divers.: Perspect. Psicol.*, 9(2), 243-255.
- Sardenberg, C. M. B., & Macedo, M. S. (2011). Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In A. A. A. Costa, A. T. Rodrigues, & I. M. Vanin (Orgs.), *Ensino e gênero: perspectivas transversais* (pp. 33-48). Salvador, BA: UFBA – NEIM.
- Scarpatti, A. S., Rosa, E. M., & Guerra, V. M. (2014). Representações sociais da violência sexual na produção científica nacional. *Psicologia Argumento*, 32(77), 9-18.
- Schleiniger, C. S., & Strey, M. N. (2013). Violência e gênero nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes: enfrentamento intersetorial. In *Seminário Internacional sobre políticas públicas, intersetorialidade e família: Desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional*. Porto Alegre, RS. Recuperado de <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/30.pdf>

- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F., Falcão, M. T. C., & Figueiredo, W. S. (2005). *Violência dói e não é direito: violência contra a mulher, saúde e direitos humanos*. São Paulo: Unesp.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. (Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Trad.). *Educação e realidade*, 20(2).
- Secretaria Geral da ONU (2006). *In-depth study on all forms of violence against women*. Nova York, EUA: Organização das Nações Unidas.
- Silva, A. C. L. G., Coelho, E. B. S., & Njaine, K. (2014). Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), 1255-1262.
- Silva Filho, C. C. (2013). *Violência Doméstica Contra a Mulher: Representações Sociais de Profissionais na Estratégia de Saúde da Família*. (Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Bahia). Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9559/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20CL%C3%81UDIO%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20para%20Homologa%C3%A7%C3%A3o%2025.02.pdf>
- Silva, G. C. C., Santos, L. M., Teixeira, L. A., Lustosa, M. A., Couto, S. C. R., Vicente, T. A., & Pagotto, V. P. F. (2005). A mulher e sua posição na sociedade: Da antiguidade aos dias atuais. *Revista da SBPH*, 8(2), 65-76.
- Soares, B. M. (2005). *Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários(as)*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Soares, J. S. F. (2012). *Violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes do ensino médio de escolas públicas e privadas de Porto Alegre: prevalência e redes de apoio*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56234/000860422.pdf?sequence=1>
- Soares, J. S. F., Lopes, M. J. M., & Njaine, K. (2013). Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: busca de ajuda e rede de apoio. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(6), 1121-1130.
- Sosa, G. R. A. (2013). Las representaciones sociales de la violencia en las relaciones de pareja en Medellín en el siglo XXI. *Revista CES Psicología*, 6(1), 134-158.
- Souza, A. A. P. (2010). *Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba). Recuperado de <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7022/1/arquivototal.pdf>
- Souza, T. S. (2013). *Os filhos do silêncio: crianças e jovens expostos à violência conjugal – um estudo de casos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal). Recuperado de http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5018/T%C3%A2nia_Sousa_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1

- Sow, F. (2004). As mutilações genitais femininas: estado atual na África. *Revista eletrônica Labrys Estudos Feministas, Brasília, Montreal, Paris*, (5).
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308.
- Straus, M., & Gozjolko, K. (2014). "Intimate terrorism" and gender differences in injury of dating partners by male and female university students. *Journal of Family Violence*, 29(1), 51-65.
- Strey, M. N., Azambuja, M. P. R., & Jaeger, F. P. (2004). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.
- Swain, T. N. (2001). Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. *História: Questões & Debates*, 34(1), 11-44.
- Taquette, S. R. (2009). Violência entre namorados na adolescência. *Adolescência & Saúde*, 6, 6-12.
- Teixeira, A. I. G. S. (2015). *Violência física no namoro em jovens universitários*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal). Recuperado de http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/4728/1/msc_aigsteixeira.pdf
- Torres, T. L., & Camargo, B. V. (2008). Representações sociais da AIDS e da terapia anti-retroviral para pessoas vivendo com HIV. *Psicologia: teoria e prática*, 10(1), 64-78.
- Venturi, G., & Godinho, T. (2013). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo; Edições SESC SP.
- Vilá, M. P., & Tordera, M. P. (2011). *Prevención de la violencia de género en la adolescencia*. Barcelona, Espanha: Icaria.
- Vilhena, V. C. (2009). *Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Sofia*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo). Recuperado de http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2206
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- World Health Organization (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence*. Geneva: WHO.
- Zaluar, A. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 3-17.

Anexos

Anexo A

Roteiro de Entrevista

1. Quando você ouve a palavra “mulher”, quais são as primeiras coisas que te vem à cabeça?

2. Quando você ouve a expressão “violência contra a mulher” quais são as primeiras coisas que te vem à cabeça?

3. Para você, o que é a violência contra a mulher?

4. Você já ouviu falar de violência entre marido e esposa?

4.1 Fale um pouco sobre esse tipo de violência.

4.2. Em sua opinião, por que esse tipo de violência acontece?

5. Você já ouviu falar de violência entre namorados?

5.1 Se sim, fale um pouco sobre esse tipo de violência.

5.2. Em sua opinião, por que acontece violência entre namorados?

5.3 Caso a resposta seja negativa: Vamos fazer de conta (supor) que existe violência entre os namorados. Por que, então, este tipo de violência existe?

6. No momento você está se relacionando com alguém, seja ficando ou namorando? Caso sim, há quanto tempo?

Caso não, você já teve algum relacionamento amoroso, seja ficar ou namoro?

6.1. Fale um pouco sobre esse relacionamento: como vocês se conheceram, quanto tempo dura/durou.

7. Para você o que não deve acontecer (o que é inaceitável) em um relacionamento?

8. Em seu relacionamento atual já aconteceu alguma situação de violência? Fale um pouco sobre essa situação.

8.1 Em sua opinião, por que essa situação de violência aconteceu?

8.2 Então, você já sofreu violência por parte de seu namorado/ficante? Como foi?

8.3 Você já provocou algum tipo de violência contra seu/sua namorado/a ou ficante?

Como foi?

9. E em relacionamentos anteriores já houve alguma situação de violência. Como foi?

9.1 Em sua opinião, por que essa situação de violência aconteceu?

10. Você acredita que existem motivos para que haja violência nos relacionamentos?

Quais?

11. Se você sofresse violência por parte de seu/sua namorado/a ou ficante, o que você faria?

Anexo B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa. As informações existentes neste documento são para que você entenda os objetivos da pesquisa, e saiba que a sua participação é voluntária. Se durante a leitura deste documento houver alguma dúvida, você deve fazer perguntas para que possa entender do que se trata. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar participar deste estudo, assine ao final deste documento.

01. Informações sobre a Pesquisa:

Título do Projeto de Pesquisa: Violência contra a mulher: Representações sociais de alunos/as adolescentes

Pesquisadora Responsável: Ana Márcia de Almeida Rezende

Telefone e e-mail para Contato: (79)999307939 anamarcia.almeidarezende@gmail.com

Professor Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva

Telefone para Contato do orientador: (79) 21056784.

FINALIDADE DA PESQUISA: Esta pesquisa tem por objetivo compreender o que alunos(as) pensam sobre a violência contra a mulher em relações como o casamento e o namoro.

PROCEDIMENTO: Você será solicitado a responder a uma entrevista sobre a violência contra a mulher e não precisará se identificar. A entrevista será realizada na própria escola em que você estuda, em uma sala a ser indicada pela direção e será conduzida pela pesquisadora responsável. A pesquisadora explicará os objetivos do estudo e tirará as dúvidas que houver sobre a pesquisa. Você tem a liberdade de não responder a todas as questões perguntadas, como também pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você tem a garantia da pesquisadora de que os seus dados serão mantidos sob sigilo.

RISCOS E BENEFÍCIOS: A pesquisa não apresenta riscos para você, pois será realizada dentro da escola. Como benefícios espera-se compreender o que os(as) alunos(as) pensam sobre a violência contra a mulher, o que pode ser importante para o desenvolvimento de atividades de prevenção na escola sobre esse tipo de violência.

DESCONFORTO: Caso haja algum tipo de desconforto, você não precisará participar da atividade proposta, podendo desistir a qualquer momento.

CUSTOS: A pesquisa será realizada na própria escola no horário das aulas, sem custo nenhum. Você também não receberá remuneração financeira, em dinheiro, pela sua participação.

PARTICIPAÇÃO: A participação é **voluntária** e caso você queira desistir de participar da pesquisa, poderá fazê-lo em qualquer tempo e no momento em que desejar sem nenhum prejuízo.

Durante o decorrer da pesquisa, caso você venha a ter alguma dúvida ou precise de alguma orientação a mais, use o telefone ou o email da pesquisadora responsável.

PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: Você tem o compromisso da pesquisadora de que a sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO:

Fui informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Ana Márcia de Almeida Rezende sobre a pesquisa, os procedimentos que serão realizados, assim como os possíveis riscos e benefícios da minha participação. A pesquisadora me garantiu que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo para mim.

Considerando os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, declaro que concordo em participar desta pesquisa.

Nomes e Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura da Pesquisadora

_____, ____/____/____
Local

Data